

MARIA JOSÉ SANTOS

O MST e as mulheres tecendo as resistências: a luta antirracista e o romper das
cercas

São Paulo – SP

2024

MARIA JOSÉ SANTOS

O MST e as mulheres tecendo as resistências: a luta antirracista e o romper das
cercas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (área de Geografia), na área de concentração “Desenvolvimento territorial”, na linha de pesquisa “Campesinato, capitalismo e tecnologias”.

Orientador: José Gilberto de Souza

Coorientadora: Roberta Sperandio Traspadini

São Paulo – SP

2024

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Santos, Maria José.
S237 O MST e as mulheres tecendo as resistências : a luta antirracista
e o romper das cercas / Maria José Santos. – São Paulo, 2024.
136 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: José Gilberto de Souza.
Coorientadora: Roberta Sperandio Traspadini.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial na
América Latina e Caribe) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de
Mesquita Filho", Instituto de Políticas Públicas e Relações
Internacionais, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento
Territorial na América Latina e Caribe, São Paulo, 2024.

1. Geografia rural. 2. Desenvolvimento rural – Brasil. 3. Mulheres
do campo – Brasil. 4. Antirracismo. 5. Movimento dos Trabalhadores
Rurais Sem Terra. I. Título.

CDD 305.420981

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

Ao considerar experiências de outros modos de viver e produzir nos quilombos e assentamentos, este trabalho contribui com a luta antirracista na perspectiva emancipatória. Entende-se como necessária a política de reparação social, e que para além desta, a práxis antirracista deve revelar-se na construção de um processo emancipatório que consolide uma nova forma de organização societária, para além do capital.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

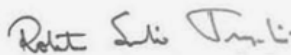
Considering experiences of other ways of living and producing in quilombos and settlements, this work contributes to the anti-racist struggle from an emancipatory perspective. Social reparation policies are considered necessary; however, beyond them, anti-racist praxis must manifest itself in the construction of an emancipatory process that consolidates a new form of societal organization beyond capital.

IMPACTO POTENCIAL DE ESTA INVESTIGACIÓN

Al considerar experiencias de otras formas de vivir y producir en quilombos y asentamientos, este trabajo contribuye a la lucha antirracista desde una perspectiva emancipadora. Se considera necesaria la política de reparación social; sin embargo, más allá de esta, la praxis antirracista debe manifestarse en la construcción de un proceso emancipador que consolide una nueva forma de organización societaria, más allá del capital.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE MARIA JOSÉ SANTOS, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA AMÉRICA LATINA E CARIBE, DO INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS - UNIDADE COMPLEMENTAR - SÃO PAULO.

Aos 30 dias do mês de setembro do ano de 2024, às 14:00 horas, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de MARIA JOSÉ SANTOS, intitulada **O MST e as mulheres tecendo as resistências: a luta antirracista e o romper das cercas.** . A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Profa. Dra. ROBERTA SPERANDIO TRASPADINI (Co-orientador(a) - Participação Presencial) do(a) . / Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Profa. Dra. MARIA NALVA RODRIGUES DE ARAUJO BOGO (Participação Virtual) do(a) Departamento de Educação / UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA, Profa. Dra. CLAUDILENE DA COSTA RAMALHO (Participação Virtual) do(a) . / UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES JEQUITINHONHA E MUCURI.. Após a exposição pela mestranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: **APROVADA**. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

A handwritten signature in dark ink, appearing to read "Roberta Sperandio Traspadini", is positioned above the printed name.

Profa. Dra. ROBERTA SPERANDIO TRASPADINI

Dedico esta pesquisa às famílias Sem Terra, que fazem parte dessa organização transgressora que é o MST. Dedico também ao povo do Jequitinhonha e Mucuri, ao meu avô materno (*in memoriam*), e também aos meus ancestrais, por me ensinarem o valor da luta e de onde vem as nossas conquistas.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações aqui expressas são de responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a visão da CAPES.

Começo agradecendo aos meus ancestrais, ao meu avô Antônio Rodrigues Batista (*in memoriam*), às crianças que continuam nascendo com todos estes mesmos princípios de liberdade. Que possamos compreender o legado dos mais velhos e continuar preparando cultivos para os que virão depois de nós.

Agradeço ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, organizador de uma práxis transgressora, meu chão pedagógico onde aprendo que a liberdade se encontra na possibilidade de lutar sempre.

Agradeço às famílias dos assentamentos Aruega e Nova Vida por me permitirem aprender sobre a dimensão pedagógica da luta e da comunidade. Estes territórios significam centelhas daquilo que almejamos como extraordinário – o inédito viável de Paulo Freire - em meio ao cotidiano da norma desumana, e afirmam que a luta vale a pena.

Agradeço, em especial, a todas as mulheres que carinhosamente caminham comigo nas peleias cotidianas nos assentamentos Aruega e Nova Vida, em meio às construções que fazemos de afetos, solidariedade e lutas.

Agradeço às companheiras e amigas fundamentais nesta jornada de estudos, Guê Oliveira, Claudilene da Costa, Alba Reis, Helenice Pereira, Michele Neves, Naiane Santos, Eliene Brito, Marliceia Cardoso, pelas trocas infindáveis com diálogos, vivências e reflexões, elementos indissociáveis neste estudo. Também aos companheiros Samuel Costa, Fabio Pimentel, Paulo Sérgio, Edilmar Cardoso que também contribuíram com o desenvolvimento desta pesquisa desde as nossas longas prosas me fazendo refletir sobre o processo dessa escrita.

Agradeço ao Senhor Walter Pinheiro, pelos momentos de prosa e inspiração, me provocando a escrever sobre o nosso povo que veio de África, pois, como ele mesmo diz, o nosso povo é muito resistente e de uma sabedoria grande. As tardes de sábado ou manhãs de domingo com a sua visita em nossa casa, entre uma conversa e outra foram fundamentais, servindo de inspiração para as reflexões presentes neste

estudo.

Agradeço à Suely Virgínia, pesquisadora e psicóloga social, por me ajudar neste percurso da escrevivência, e de ao mesmo tempo trabalhar a dor, cultivar afetos durante o percurso da escrita dessa dissertação. Nos conhecemos no período da especialização e seguimos trilhando os caminhos do mestrado, nos estudos e na compreensão ampla da vida, desejo longevidade nesse compartilhamento em que eu aprendo a cada dia. És uma referência neste estudo e na vida de muitas mulheres negras.

Agradeço à Agatha Letícia por ler tão cuidadosamente este trabalho me auxiliando na escrita, me incentivando em meio “à pressa e o tempo de morder palavras” como ela mesma disse em um texto poético compartilhado.. Obrigada querida Agatha, pela oportunidade que tivemos de diálogos com a vida mais do que com as regras.

Meus orientadores José Gilberto de Souza, Roberta Sperandio Traspadini, duas pessoas queridas encontradas na circularidade da vida e dos caminhos da educação popular, por si mesma transgressora. Este encontro tem sido para mim uma confluência marcante. Agradeço a vocês, por me orientarem nesta pesquisa-ação, agradeço pela sensibilidade e pelo incentivo em provocar sempre para uma outra dimensão da realização da vida, pelo compromisso com a luta por dignidade e de emancipação humana. Os caminhos trilhados no encontro com a Universidade pública, não se encerram com esta dissertação.

Agradeço à professora Silvia Beatriz Adoue pelas contribuições que perpassaram desde o nosso Grupo de Estudo, e a banca de qualificação onde trouxe provocações essenciais no repensar de uma práxis emancipatória em diálogo com este estudo.

Agradeço à turma Zacimba Gaba – nome dado pela turma 2022, do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe - em especial ao Núcleo de Base Luiza Mahin pela mística forte e bonita que simbolizou nossa construção coletiva, sendo inspiração organizativa e pedagógica durante o tempo em que passamos juntos e vivenciamos, desde à prática político-pedagógica da Escola Nacional Florestan Fernandes, a leveza nos estudos através das ricas discussões em núcleos e em sala de aula. O que culminou na construção de nossa identidade, com o lema em forma de grito e canto: “Zacimba Gaba! Zacimba Gaba! Não mais senhores! Não mais escravidão! aos nossos inimigos o veneno da serpente. Seu Tupinambá,

quando vem à aldeia, ele traz na cinta uma cobra coral, oié uma cobra coral... oié uma cobra coral”.

Também agradeço à Escola Nacional Florestan Fernandes e a partir das educadoras Carla Loop, Rosana Fernandes e Selma Santos reconhecemos o cuidado e o profissionalismo militante no acompanhamento político pedagógico com a nossa turma e demais processos formativos da Escola.

Agradeço ao meu tio Natal, o meu pai de consideração ao qual recordo com orgulho das histórias de enfrentamentos na época de acampamento, contadas e recontadas muitas vezes, das lutas no INCRA, das ocupações de terra que ajudou a fazer, das marchas e dos calos nos pés durante as caminhadas rumo à Brasília pela luta por uma Reforma agrária popular. Sei de onde vêm as minhas conquistas, as nossas conquistas.

Agradeço à minha mãe Maria dos Anjos, por ter me dado semente boa e nutrido meu corpo. És para mim força inspiradora no cultivo da alegria como uma trincheira. Da mesma forma agradeço à Vovó Hilda, querida, por compartilhar sabedorias até mesmo no silêncio, e nos ensinar o valor sagrado das palavras.

Agradeço ao meu companheiro Romário Contão, pelo cultivo de vida compartilhada, nas possibilidades de leveza do ser, por ser parte nesta construção contribuindo no vivenciar dessa pesquisa.

*Iraguiar, Miguel, Francisco, Juvenal e Joaquim,
Mortos no massacre de Felisburgo
Não foi por acaso!
20 de novembro ano de 2004
5 pessoas **negras Sem Terra**
Brutalmente assassinados pelo fazendeiro Adriano Chafik Luedy.
Racismo. Latifúndio. Escravidão.
Terra. Resistência e luta (Elaboração própria)*

RESUMO

Este é um estudo sobre a práxis emancipatória na construção da reforma agrária popular e tem como fio condutor a questão étnico-racial enquanto um elemento fundamental nesta práxis. Focamos nas experiências de lutas e resistências a partir da práxis da ocupação do MST no Vale do Jequitinhonha e Mucuri, estado de Minas Gerais, estabelecendo um diálogo com a luta antirracista, anticolonialista, antipatriarcal sem as quais não se constrói uma luta anticapitalista. Articulamos uma reflexão sobre a importância do feminismo popular e camponês, ressaltando a importância das mulheres negras, e o necessário diálogo com o feminismo negro. Refletimos sobre as experiências de aquilombamentos em assentamentos rurais analisando a sua dinâmica produtiva como formas de resistência da produção e reprodução social, analisando como estas existências se contrapõem a partir da forma de reprodução material desses sujeitos à lógica eurocêntrica, colonizadora, do patriarcado, do racismo estrutural e do capitalismo dependente. Ao longo do percurso deste estudo estabelecemos uma vinculação entre a luta pela terra e a luta antirracista e refletimos como estas duas dimensões caminharam dialogicamente juntas, ou não, na história do Brasil. Contudo, apontamos elementos da luta antirracista presentes na construção da Reforma Agrária Popular demarcando uma relação dialógica entre a práxis da ocupação do MST e a práxis histórica da luta negra, indígena e popular. Intencionamos destacar a importância da construção permanente do caráter emancipatório do MST levando em consideração seus objetivos de lutar pela terra, por reforma agrária popular e pela transformação social. Apontamos experiências grávidas de futuro, germes de um amanhã sem racismo e sem formas de dominação, para então, refletirmos sobre qual deve ser a compreensão dialética da luta antirracista na construção da reforma agrária popular. A compreensão possível até aqui, é muito óbvia, se trata da necessidade de reafirmar a luta antirracista, assim como todas as demais lutas, pois, o enfrentamento ao racismo estrutural em suas raízes profundas deve intencionar de forma constante, dentro de uma práxis emancipatória, a luta pela terra e território com as questões de gênero, raça e classe.

Palavras-chave: emancipação; racismo estrutural; reforma agrária popular.

ABSTRACT

This study explores emancipatory praxis in the construction of popular agrarian reform, with the ethnic-racial issue as a fundamental element of this praxis. We focus on the experiences of struggle and resistance through the MST's occupation praxis in the Vale do Jequitinhonha e Mucuri, in the state of Minas Gerais, establishing a dialogue with anti-racist, anti-colonial, and anti-patriarchal struggles—without which an anti-capitalist struggle cannot be built. We articulate a reflection on the significance of popular and peasant feminism, emphasizing the role of Black women and the necessary dialogue with Black feminism. Additionally, we analyze quilombamento experiences in rural settlements, examining their productive dynamics as forms of resistance in both production and social reproduction. We assess how these existences, through their modes of material reproduction, counteract the Eurocentric, colonial, patriarchal, structurally racist, and dependent capitalist logic. Throughout this study, we establish a link between the struggle for land and the anti-racist struggle, reflecting on how these two dimensions have historically walked together—or not—in Brazil. Nevertheless, we highlight elements of the anti-racist struggle present in the construction of Popular Agrarian Reform, marking a dialogical relationship between the MST's occupation praxis and the historical praxis of Black, Indigenous, and popular struggles. Our aim is to emphasize the ongoing construction of the emancipatory character of the MST, considering its objectives of fighting for land, for popular agrarian reform, and for social transformation. We point to experiences pregnant with the future—seeds of a tomorrow without racism and domination—so that we may then reflect on the necessary dialectical understanding of the anti-racist struggle in the construction of popular agrarian reform. The understanding reached thus far is evident: it is essential to reaffirm the anti-racist struggle, alongside all other struggles. Confronting structural racism at its deep roots must continuously integrate, within an emancipatory praxis, the struggle for land and territory with the issues of gender, race, and class.

Keywords: emancipation; racism structural; popular agrarian reform.

RESUMEN

Este estudio analiza la praxis emancipadora en la construcción de la reforma agraria popular, considerando la cuestión étnico-racial como un elemento fundamental en esta praxis. Nos centramos en las experiencias de lucha y resistencia a partir de la praxis de ocupación del MST en los Vales de Jequitinhonha y Mucuri, en el estado de Minas Gerais, estableciendo un diálogo con las luchas antirracista, anticolonial y antipatriarcal, sin las cuales no es posible construir una lucha anticapitalista. Articulamos una reflexión sobre la importancia del feminismo popular y campesino, destacando el papel fundamental de las mujeres negras y el necesario diálogo con el feminismo negro. Asimismo, analizamos experiencias de quilombamento en asentamientos rurales, examinando su dinámica productiva como formas de resistencia en la producción y reproducción social. Observamos cómo estas formas de existencia, a través de sus modos de reproducción material, se oponen a la lógica eurocéntrica, colonial, patriarcal, del racismo estructural y del capitalismo dependiente. A lo largo de este estudio, establecemos una relación entre la lucha por la tierra y la lucha antirracista, reflexionando sobre cómo estas dos dimensiones han caminado juntas—o no—a lo largo de la historia de Brasil. Sin embargo, señalamos elementos de la lucha antirracista presentes en la construcción de la Reforma Agraria Popular, marcando una relación dialógica entre la praxis de ocupación del MST y la praxis histórica de las luchas negras, indígenas y populares. Nuestro objetivo es destacar la construcción permanente del carácter emancipador del MST, considerando sus objetivos de luchar por la tierra, por la reforma agraria popular y por la transformación social. Apuntamos a experiencias cargadas de futuro, semillas de un mañana sin racismo y sin formas de dominación, para luego reflexionar sobre la comprensión dialéctica necesaria de la lucha antirracista en la construcción de la reforma agraria popular. La comprensión alcanzada hasta ahora es clara: es fundamental reafirmar la lucha antirracista, al igual que todas las demás luchas. El enfrentamiento al racismo estructural en sus raíces profundas debe integrar de manera constante, dentro de una praxis emancipadora, la lucha por la tierra y el territorio con las cuestiones de género, raza y clase.

Palabras clave: emancipación; racismo estructural; reforma agraria popular.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Assembleia no acampamento na Fazenda Aruega, Novo Cruzeiro, MG, 1988	54
Figura 2 –	Ocupação Fazenda Sapezinho, município de Novo Cruzeiro, Vale Jequitinhonha- MG – 19850	57
Figura 3 –	Conflito entre trabalhadores rurais Sem Terra e a polícia em ocupação na fazenda Bela Vista – MG, 1988.....	58
Figura 4 –	Assentamento Aruega, 2024.....	62
Figura 5 –	Mapa de localização dos assentamentos que compõem a regional Vale do Mucuri – MG.....	64
Figura 6 –	O senhor Walter Pinheiro Gonçalves observa a imagem de uma família Sem Terra da Fazenda Aruega (1988), durante a exposição “Nossa História” realizada no assentamento Nova Vida, ano 2021.....	85
Figura 7 –	Participação das crianças na “Festa da Pamonha”, atividade cultural no acampamento Nova Vida no período de resistência ao despejo, ano 2008	88
Figura 8 –	Oficina de construção de Xequerês envolvendo as crianças e as mulheres, no assentamento Nova Vida, ano 2017.....	89
Figura 9 –	Oficina de construção de xequerês realizada junto com as mulheres e as crianças no assentamento Nova Vida, em preparação para o Circuito Mineiro de Arte e Cultura da Reforma Agrária, ano 2017.....	90
Figura 10 –	Adolescentes brincando de pular corda no assentamento Nova Vida.....	91
Figura 11 –	Escola do Assentamento Aruega	93
Figura 12 –	Biblioteca Comunitária Mafalda, construída em mutirão e trabalho voluntário Assentamento Nova Vida.....	95
Figura 13 –	Assentamento Nova Vida, 2024.....	98
Figura 14 –	Horta familiar no assentamento Nova Vida.....	102
Figura 15 –	Trabalho coletivo familiar no plantio de mandioca.....	103
Figura 16 –	Plantio consorciado de milho e feijão.....	103

Figura 17 –	Feijão produzido nos assentamentos Nova Vida e Aruega (Novo Cruzeiro) e Mãe Esperança (Teófilo Otoni) sendo comercializados na Feira estadual da reforma agrária em Belo Horizonte, 2023.....	104
Figura 18 –	Encontro no ano de 1988 com pessoas que já moraram na fazenda Aruega antes da ocupação.....	119

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABTO	Associação de Bairros de Teófilo Otoni
CPT	Comissão Pastoral da Terra
ENFF	Escola Nacional Florestan Fernandes
GETREC	Grupo de Estudos Terra Raça e Classe
GMOM	Grupo de Mulheres Organizadas do Mucuri
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
LPJ	Levante Popular da Juventude
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MG	Minas Gerais
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTD	Movimento dos Trabalhadores Desempregados
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PJR	Pastoral da Juventude Rural
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
UDR	União democrática dos Ruralistas
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
1.1	O chão onde piso em meio à uma territorialidade camponesa, indígena e afrodescendente	27
1.2	Elas sempre tiveram presentes	29
2	SOBRE A PRÁXIS EMANCIPATÓRIA E A LUTA ANTIRRACISTA	35
2.1	A indissociabilidade entre a luta antirracista e a luta pela emancipação humana	38
2.2	A territorialidade negra e indígena do Vale do Jequitinhonha: uma história de lutas e resistências.....	46
2.3	A resistência: primeira ocupação do MST no Estado de Minas Gerais, uma caminhada de 36 anos	52
2.4	A luta continua! Assentamento Nova Vida, uma caminhada de 22 anos...	64
2.5	Mulheres Sem Terra! a dimensão negra na territorialidade que nos compõe.....	68
3	A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIABILIDADE NA DIMENSÃO DO PRODUZIR E DO VIVER.....	78
3.1	Reminiscências de quilombismo nas experiências de sociabilidade dos assentamentos rurais.....	80
3.2	O cotidiano e o popular dos assentamentos Aruega e Nova Vida, município de Novo Cruzeiro - Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais.....	84
3.3	A perspectiva de comunidade, o quilombar e a agroecologia como referências	96
3.4	As dinâmicas produtivas como formas de resistência da produção e reprodução social	100

4	TEÇAMOS A LUTA ANTIRRACISTA NA REFORMA AGRÁRIA POPULAR...	110
4.1	Uma reflexão sobre o popular na construção da reforma agrária	110
4.2	O assentamento: território de possibilidades.....	115
4.3	A práxis da ocupação dos que descendem de povos ancestrais na reforma agrária popular	119
4.4	Alguns elementos sobre o debate étnico-racial no MST	121
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS: “COMEÇO, MEIO, COMEÇO”	125
	REFERÊNCIAS	129

1 INTRODUÇÃO

Não é no papel que você cria, mas no seu interior,
nas vísceras e nos tecidos vivos — chamo isto de
escrita orgânica (Anzaldúa, 1980).

Demarcar conforme trecho acima da autora Glória Anzaldúa, que esta dissertação é uma escrita orgânica, reafirma primeiramente que este processo de elaboração é profundamente coletivo, onde a dimensão política fala como uma orientação para a dimensão epistêmica e ontológica. Desta forma, ciente do significado desta opção política pelo tema, ressalvo que nos orientar pela práxis que transgride, incomoda a lógica formal, a norma comum do racismo, do patriarcado e da razão ocidental hegemônica.

O foco deste estudo é a perspectiva antirracista como uma das premissas fundamentais para uma práxis emancipatória, portanto, a emancipação é a categoria chave central neste estudo. Destacamos o racismo estrutural como elemento principal, compreendendo também a luta contra o imperialismo e o patriarcado na definição desta práxis.

A pesquisa, portanto, tem como objetivo geral *compreender a práxis emancipatória na pedagogia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na construção da reforma agrária popular a partir da questão étnico-racial como um elemento na estratégia emancipatória, a partir da experiência dos assentamentos Aruega e Nova Vida no Vale do Jequitinhonha.*

Como objetivos específicos definimos: 1) Analisar a territorialidade negra e indígena no Vale do Jequitinhonha, destacando as dinâmicas culturais e sociais presentes na região; 2) Investigar a experiência do MST na luta pela terra no Vale do Jequitinhonha, enfocando as estratégias de resistência e organização dos assentamentos Aruega e Nova Vida; 3) Identificar o protagonismo das mulheres Sem Terra, especialmente das mulheres negras, na luta de classes e de enfrentamento ao capital, construindo e defendendo os territórios no contexto da reforma agrária popular; 4) Abordar as experiências de aquilombamento em assentamentos rurais, considerando suas dinâmicas produtivas como formas de resistência e reprodução social frente ao racismo estrutural articulado entre gênero, raça e classe.

A metodologia desta pesquisa é fundamentada na pesquisa participante, com a atuação no MST sendo o ponto central, ou seja, na participação militante, pois, são várias as dimensões político - pedagógicas presentes em todos os processos de formação no MST constitutivas da dimensão de práxis. Assim, trabalhar a partir da

pesquisa - ação significa interligar conhecimentos e ações, ou extrair da ação novos conhecimentos. Além da participação, supõe uma forma de ação planejada de caráter social, educacional, técnico ou outro, conforme abordado por Thiollent (2022).

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (Thiollent, 2022, p. 14).

Com referência nesta orientação metodológica da pesquisa-ação partimos de uma reflexão iniciada em nosso último trabalho denominado “A práxis antirracista na construção da reforma agrária popular” (Santos, 2021)¹. Retomamos algumas ações como forma de expressar o fundamento desta metodologia de pesquisa: a participação militante nos diferentes processos de formação, dos quais fui refletindo sobre a importância da intencionalidade em perspectiva antirracista, envolvendo a luta pela ocupação da terra, o trabalho de base e a organização popular, bem como outras ações pontuais como o trabalho de base a partir da educação popular durante a experiência de alfabetização na Jornada Mineira de Alfabetização de Jovens e Adultos - “Sim eu Posso” e os Círculos de Cultura Paulo Freire.

Refletir a partir do que temos contribuído na construção das metodologias de estudo do programa agrário que experimentem o formar-fazendo (formação), a partir de experiências concretas que dialogam com a realidade vivida em meio à crise estrutural do capital. Essas experiências são impulsionadas pela luta, pelo trabalho e pela formação, não de forma separadas mas como parte de um método – dialético –, instigando para a construção de ações que incidam na realidade de modo pedagógico.

Trabalhando, por exemplo, a perspectiva da form(ação) de plantios, a construção da Biblioteca Comunitária Mafalda no assentamento Nova Vida, município de Novo Cruzeiro², a comemoração de aniversários dos assentamentos que retomam a memória e a história da luta pela terra a partir da Exposição “Nossa

¹ Algumas ações refletidas no artigo como possibilidades de práxis antirracistas: A formação e consolidação do setor de gênero e o coletivo LGBT Sem Terra como um exercício de práxis feminista, a busca pela compreensão e por uma organicidade que vincule ações de luta e formação a partir da relação entre terra, raça e classe, conforme construído a partir do Coletivo Terra, Raça e Classe. A ocupação da terra e a constituição dos acampamentos e assentamentos; a educação no MST, e as jornadas de alfabetização; a agroecologia, a arte e a cultura no MST e o exemplo específico a partir da construção da Escola de Artes João das Neves e o Bloco de carnaval pisa ligeiro (Santos, 2021, p. 23)

² Sobre a construção da Biblioteca Comunitária Mafalda, discutiremos mais adiante, dando ênfase principalmente ao processo de construção coletiva na comunidade a partir dos mutirões e trabalho solidário das famílias do assentamento Nova Vida, município de Novo Cruzeiro.

História".³ O trabalho formativo envolvendo a arte e a cultura nos assentamentos, enfim, se trata da experiência cotidiana que envolve a participação do conjunto do movimento e dos sujeitos do território, sem perder de vista o método – emanado da processualidade, conflitividade e contradição presente no cotidiano - que nos ajuda a desvelar a realidade para transformá-la.

Também na metodologia, eu trabalho com as fotografias como fonte histórica e instrumento de pesquisa. A nossa principal referência metodológica neste caso da fotografia é a autora Maria Ciavatta (2002) , a partir do seu livro, “O mundo do trabalho em imagens: a fotografia como fonte histórica do Rio de Janeiro de 1900 a 1930”. Neste estudo a autora trabalha a partir das imagens como fonte histórica, compreendendo a fotografia como uma mediação, nos apresenta uma caracterização do mundo do trabalho no período das reformas urbanas, além de possibilitar uma leitura sobre o cotidiano dos trabalhadores, perpassando pelo entendimento das relações de poder, suscitando diálogos e evidenciando contextos guardados silenciosamente, apontando para o que precisa ser desvelado a partir das imagens.

Ciavatta (2002) compreende a fotografia como fonte histórica e mediação, isto é, um processo social complexo, em que a imagem não diz apenas, “isto foi”, mas é um objeto que é produto, tanto das relações técnicas e econômicas, quanto culturais, que suscita diálogos, pois, são ricas em sugestões para análises. E neste caso, as imagens trabalhadas, sugerem sobre a presença do protagonismo da luta indígena, negra e popular nos territórios. Utilizamos-as para dialogar, numa perspectiva também de educar o nosso olhar e a consciência, de dar a ler ao mundo em torno e de pensar sobre a realidade.

Assim, as imagens neste estudo, devem ser compreendidas não como uma iconografia em si mesma, mas como uma explicitação visual das lutas sociais instituídas nos territórios ao longo do tempo. Não são, portanto, imagens de

³ A exposição é parte dos momentos de celebração dos aniversários dos assentamentos na regional Vale do Mucuri e também já foi realizada em atividades como a jornada universitária em defesa da reforma agrária na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), rememora a história da luta pela terra no Brasil vinculando com a história dos assentamentos. A metodologia perpassa pelas possibilidades criativas de cada momento: na universidade e em um dos aniversários do assentamento Mãe Esperança no município de Teófilo Otoni em 2024, por exemplo, foi construído um barraco Sem Terra feito de lona preta, relembrando a moradia de uma família sem terra em um acampamento, e dentro havia a exposição das fotografias. Então, perpassa pela mística da exposição de imagens, a contação de história, músicas, a mística. Se caracteriza por ser uma ação itinerante que trabalha a memória histórica e afetiva da luta, é realizada de modo criativo a partir da construção coletiva em cada área. Exposição Nossa História. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/v/1KZJ9HmjKu/>. Acesso em 17 jan.2024.

representação, são imagens que por si só, expõem textos e contextos, muitos conflitos, muitas contradições. As imagens apresentam, em uma outra linguagem, o pensamento demarcado pela política da práxis antirracista e anticapital. Neste sentido, utilizo-as com o objetivo de reconhecer uma memória coletiva de lutas pela emancipação, sendo assim, uma memória de alcance educativo. “Cada registro é parte de uma história e constitui ele próprio um princípio de memória” (Ciavatta, 2002, p. 30).

Assim, reiteramos que as fotografias como metodologia de pesquisa expressam uma compreensão pelo olhar, nos permitindo compreender as relações no território, pois, conforme ela descreve:

Se a imagem acompanha a vida humana como representação da realidade, como memória e expressão da cultura de um povo, de uma época, garantia de uma visão do passado, hoje, com a comunicação informatizada, ela nos desafia a compreendê-la em novas temporalidades, como mediação complexa dos processos educativos (Ciavatta, 2002, p. 24).

Neste sentido as imagens, os olhos da história, falam também das nossas contradições. Uma infinidade de dimensões aparecem nas fotografias, e, através de seus detalhes, permitem-nos desvendar, discutir, refletir sobre a dimensão dessa construção à qual compreendemos a práxis, ou desta atuação ativa, reflexiva na realidade histórica a partir dos assentamentos no Vale do Jequitinhonha. E que assim nos afirma dentro de uma construção fundamental, a do materialismo histórico dialético.

A partir das imagens visualizamos um espaço transformado, como resultado do trabalho e da luta de classes, pois, os territórios ocupados, onde antes não se via vida pulsando, após a ocupação é perceptível as transformações com base na produção agroecológica, as moradias, a diversidade cultural, a área social onde se organiza a escola, a biblioteca comunitária, o campo de futebol, o cemitério, áreas de produção e de lazer, a praça comunitária, posto de saúde, etc., proporcionando à terra a sua função social, de produzir alimentos saudáveis, gerar trabalho, preservando o meio ambiente, formando uma comunidade, aprofundando a relação humana com a natureza e principalmente propiciando vida digna às pessoas que foram historicamente excluídas ou usurpadas desse direito.

Estas abordagens nos permitem além de observar, vivenciar as dinâmicas internas, as estratégias de resistência no/do movimento fundindo a relação entre dimensões do vivido, do registrado nas fotografias, a resistência popular no território. A imersão nos territórios, como filha dessa terra e dessa luta, as atividades do MST

oferecem textos/contextos para compreender como as comunidades Sem Terra vivenciam, enfrentam e resistem às estruturas de poder que se configuraram a partir do escravismo colonial, alicerçado no racismo estrutural, o patriarcado e outras formas de dominação e opressão.

Estes são alguns dos elementos que dão materialidade para a metodologia desta pesquisa, e que durante a especialização dissertamos em forma de artigo como possibilidades de serem elementos antirracistas na construção da reforma agrária popular, ao ser dada a devida intencionalidade ao processo, podendo se configurar enquanto perspectiva antirracista (Santos, 2021). O que elucidamos a partir daquele estudo inicial, foram os processos que, no nosso entender, deságuam em um sentido de formação humana centrado em um novo processo de sociabilidade, antirracista, para além e anticapital, que demarca, não sem contradições, o enfrentamento à lógica da razão mercantil ocidental, do racismo estrutural e do patriarcado enquanto formas de opressão compondo a nossa formação social hegemônica, inerente aos desdobramentos do capitalismo dependente.

Reiteramos ainda que as dimensões da intuição e da observação, o “assuntar a vida” parafraseando Conceição Evaristo (2020), também são partes da metodologia. Por exemplo, uma visita do Senhor Walter Pinheiro, à nossa casa, que passou a ser rotina, com longas prosas nas tardes de sábado ou manhãs de domingo, assim como, ouvir músicas, ler/sentir poesias, conversar com a minha avó ou com as companheiras de caminhada, são partes da condição formativa fundamentais que forjaram processos reflexivos neste estudo. E, se assim não fosse, não seria antirracista, nem anticapitalista, tampouco antipatriarcal a intencionalidade colocada nesse trabalho, de existir, pensar, sentir para além das amarras mercantis e da lógica eurocêntrica.

Estabelecemos uma reflexão crítica sobre o papel do MST no contexto de uma realidade hegemonicamente eurocêntrica branca, marcada pelo capitalismo dependente sob o jugo do imperialismo e pela divisão social do trabalho em afirmar seu lugar na luta antirracista, antipatriarcal, antiLGBTfóbica, anti-imperialista e anticapitalista ao se posicionar na sociedade como uma força política e social construindo saídas coletivas de enfrentamento às desigualdades estruturantes presentes na sociedade brasileira. Analisamos, portanto, os desafios encontrados, e também as suas ações que se rebelam contra as estruturas de dominação, e que contribuem para a construção de alternativas emancipatórias.

Consideramos o contexto histórico e social do racismo estrutural, do patriarcado e da *modernidade europeia*⁴, que moldam as relações sociais, culturais, ambientais, humanas, políticas e econômicas no Brasil. Essas reflexões são essenciais para compreender as complexidades das formas de opressão e resistências enfrentadas pela classe trabalhadora em suas diferentes formas de existir, nas periferias das cidades, nas comunidades rurais, quilombos, assentamentos da reforma agrária, etc., e como essas comunidades ainda resistem e reafirmam uma identidade coletiva camponesa, indígena, negra, popular fundamentadas também em uma ancestralidade e memória que se encontram presentes como resistência.

Para embasar teoricamente nossa análise, dialogamos com autores como Carolina Maria de Jesus (2014), Lélia González (2020), Beatriz Nascimento (2021), Paulo Freire (1996), Frantz Fanon (2022), Antônio Bispo dos Santos (2023), Abdias Nascimento (1980). Esses pensadores oferecem arcabouço teórico-prático fundamental para entendermos as dinâmicas de colonização, exploração e resistência que permeiam a história e a realidade atual das comunidades rurais e demais territórios populares do Brasil.

Nossa pesquisa enfoca a práxis emancipatória, entendida como a prática reflexiva e transformadora que busca não apenas resistir às estruturas opressivas, mas também construir novas – ou renovadas historicamente – formas de organização humana, social, política, cultural e econômica. Investigamos como o MST desenvolve essas estratégias de emancipação e como elas são vivenciadas e interpretadas pelos próprios militantes e comunidades envolvidas.

Utilizamos uma abordagem qualitativa para coleta e análise de dados, incluindo a observação-participante. Essas técnicas nos permitiram captar a diversidade de experiências e perspectivas dentro do MST, enriquecendo nossa compreensão das práticas cotidianas de resistência e das dinâmicas de poder no contexto da luta pela reforma agrária popular.

⁴ É recorrente encontrarmos neste texto a noção de modernidade europeia ou modernidade eurocêntrica, baseamos em (Almeida, 2021) ao nos proporcionar elementos para essa compreensão. Trata-se de uma construção de meados do século XVI do contexto da expansão comercial burguesa, perpassando pelo iluminismo (XVIII) até o século do espírito positivista e do racismo científico (XIX). A história da raça, ou das raças, o iluminismo enquanto fundamento filosófico das grandes revoluções liberais, as revoluções inglesas, americana e a francesa foram um ápice do processo de reorganização do mundo, de uma longa e brutal transição para o capitalismo, levando à vitória da civilização. “E foi esse movimento de levar a civilização para onde ela não existia que redundou em um processo de destruição e morte, de espoliação e aviltamento, feito em nome da *razão* e a que se denominou *colonialismo*” (Almeida, 2021, p. 26-27).

Para analisar as discussões, adotamos a reflexão teórica ao longo de todo o processo de pesquisa, conectando as leituras com as práticas observadas e vivenciadas nos territórios e na organização. Essa integração teórico-prática nos permitiu não apenas descrever, mas também “escrevivenciar”, compreender profundamente as dinâmicas de luta antirracista e emancipatória no contexto da reforma agrária popular.

A escrevivência é um termo cunhado por Conceição Evaristo (2020), dando ênfase à escrita de mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra e a escrita nos pertencem também. A nossa escrevivência traz a experiência, a vivência de nossa condição de pessoa brasileira de origem africana.

Finalmente, nos posicionamos sobre as implicações dessas reflexões para a teoria e prática social, compreendendo que os processos de racialização estão intrinsecamente ligados à uma questão agrária e à nossa formação social brasileira alicerçada do modo de produção escravista colonial. Este pressuposto é o elemento fundante que ancora nosso debate. Pois, a “raça é um elemento essencialmente político, [...] utilizado para naturalizar desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários” (Almeida, 2021, p. 31)⁵.

Compreender, portanto, que o racismo estrutural determina a conformação da luta de classes no Brasil, nos informa sobre os elementos a considerar no fortalecimento das lutas coletivas, atravessadas pelas questões de gênero, raça e classe. Esta é uma tarefa do tempo presente, e neste trabalho tratamos dessa vinculação, onde buscamos compreender a luta pela terra e a emancipação

⁵ Em meio a escrita desta dissertação, não poderia deixar de ressaltar o episódio de violência: Acompanhamos a denúncia de assédio sexual praticado pelo ex-ministro dos Direitos Humanos e Cidadania, Silívio Almeida, contra a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco. Outras mulheres também denunciaram as violências de assédio sexual praticado pelo ex-ministro. Mais informações sobre o caso podem ser encontradas em: GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra. Ministra Anielle Franco relatou assédio de Silvío Almeida a integrantes do governo Lula. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/ministra-anielle-franco-relatou-assedio-de-silvio-almeida-a-integrantes-do-governo-lula/>. Acesso em: 17 jan 2025. Quando acontece entre os nossos pares, é cortar em nossa própria carne, ao enfrentarmos o desafio de construir organizações, partidos, comunidades, lugares, bons e seguros de se viver e relacionar. Assim a importância de “romper o silêncio”, combater todas as formas de violências dentre elas o racismo e o sexismo, atuando de maneira a não perpetuação das violências, se quisermos ser verdadeiros e verdadeiras com uma práxis emancipatória. Lembrando que Anielle Franco é irmã de Marielle Franco. Neste sentido, com pesar, reflito: “com quantos quilos de medo se faz uma tradição?”. (Tom Zé, 1972). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zLTMM3r8wYI>. Acesso em: 11 set. 2024.

humana. Nos desafiamos a propor uma reflexão que dialogue sobre a perspectiva da emancipação e a relação entre os quilombos e assentamentos rurais, sendo uma mulher negra orgânica deste próprio que fazer cotidiano.

Esses espaços culturais e políticos, enraizados no popular, são fundamentais não apenas como locais de moradia, mas como construção de sociabilidades, caracterizadas como centros de produção de conhecimento, práticas agroecológicas, formas alternativas de organização social e econômica. Trabalhamos com a noção do aquilombar, entendido como busca por uma ruptura com a lógica dominante de exploração e exclusão, proporcionando um ambiente onde a cultura camponesa, negra e indígena é compreendida, valorizada e também afirmada como espaço-tempo emancipadores nas ações de educação popular em contraposição às estruturas opressivas historicamente estabelecidas.

Neste sentido, o caminho teórico-metodológico para esta reflexão da luta antirracista na reforma agrária popular perpassou pela compreensão do significado de dois termos, o popular⁶ e o aquilombar. “O popular, partindo do método de Marx, é esse território cuja análise tem como ponto de partida, e de chegada, a história da luta de classes” (Traspadini; Souza, 2023). E as classes sociais, acrescentam os autores, neste estágio de desenvolvimento social, encontram-se situadas no tempo histórico do modo de produção capitalista, desde sua gênese à atualidade.

Aquilombar, neste contexto, não se restringe apenas à criação de espaços físicos de resistência, mas engloba a formação de sujeitos e de comunidades que desenvolvem a solidariedade como princípio, e onde se fortalecem os laços culturais e sociais entre os sujeitos. Moura (2020) descreve que os quilombos expressaram a contradição entre as duas classes fundamentais do escravismo: senhores e escravizados

Os escravos negros, para resistirem à situação de oprimidos em que se encontravam, criaram várias formas de resistência, a fim de se salvaguardarem social e mesmo biologicamente, do regime que os oprimia (Moura, 2020, p.19).

⁶ Ao longo do texto afirmamos a centralidade do popular, definindo-o tendo em vista a discussão das relações étnico-raciais em contexto de desenvolvimento desigual dependente, realidade da qual se constrói a luta pela terra e pela reforma agrária popular a partir do MST e o seu objetivo estratégico de transformação social. Utilizamos como base para compreensão do popular ao longo desta dissertação, o artigo intitulado Vigência e Relevância de Dialética da dependência à Luz de Marion Greenwood. Escrito por Roberta Traspadini e José Gilberto de Souza, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/376309083_Vigencia_e_Relevancia_de_Dialetica_da_dependencia_a_Luz_de_Marion_Greenwood_The_Validity_and_Relevance_of_the_Dialectic_of_Dependence_in_the_Light_of_Marion_Greenwood. Acesso em: Set.2024.

Assim, a análise do quilombo neste estudo não se limita ao aspecto físico dos assentamentos rurais, mas também abrange suas dimensões políticas, culturais e econômicas, contribuindo para uma compreensão mais ampla das práticas de resistência e emancipação dentro do movimento social como o MST. Também conforme Nascimento (2021, p. 248) “O enunciado quilombo geralmente é uma expressão, independente do significado. A palavra é um invocador, um instrumento de invocação/evocação/revelação”. E marca um processo de ação, atividade, que possui importância devido à sua característica de ser processo, não estático, mas dinâmico (Nascimento, 2021). Significando, portanto, para além da negação do modo de produção escravocrata, mas, também uma forma de sociabilidade e de elementos já trazidos da África.

Refletimos profundamente sobre o papel desempenhado pelo MST ao afirmar a sua construção histórica ao longo destes 40 anos, enquanto uma força social e política de luta da classe trabalhadora. A atualização do Programa Agrário, a partir de seus fundamentos e pilares, aponta elementos e desafios que o coloca frente às lutas contra o racismo estrutural, o patriarcado, a LGBTfobia, e o imperialismo dentro de um contexto dominado pela lógica eurocêntrica hegemônica do capitalismo dependente.

Não perder essa memória reafirmada a partir do sentido e significado dos quilombos é fundamental no reivindicar da práxis emancipatória que os tempos atuais pedem na construção da reforma agrária popular, pois, de fato, somos herdeiros e herdeiras dos conhecimentos e lutas ancestrais de nossos povos afrolatinos. Afirmar que “os nossos passos vêm de longe”, traz a responsabilidade de continuar a ser “um marco de estrada”⁷.

Ao refletirmos sobre a práxis emancipatória, estamos demarcando a importância da ação-reflexiva a partir da reforma agrária popular compreendendo a luta contra todos os grilhões, neste estudo aprofundamos a partir da perspectiva antirracista enquanto uma premissa fundamental. Este é um estudo que em toda sua processualidade, denuncia o problema do racismo estrutural e anuncia a necessidade de uma práxis emancipatória dentro deste processo histórico e dialético de luta contra o modelo capitalista dependente, ao qual a intencionalidade teórico-crítico-prática deve ser construída permanentemente nas ações da reforma agrária popular.

⁷ Ho Chi Minh. Marco de estrada. Disponível em: <https://outubrorubro.blogspot.com/2011/02/marco-de-estrada-ho-chi-minh.html>. Acesso em: 12 jan. 2025.

A realidade centrada na práxis do capitalismo dependente e na divisão social do trabalho, permeia as estruturas sociais, culturais, ambientais, políticas e econômicas da nossa sociedade. As referências teórico-práticas-militantes que nos baseamos neste estudo, nos proporcionam um diálogo enriquecedor com os sujeitos Sem Terra, ampliando nossa compreensão das dinâmicas anticoloniais e antissistêmicas. A participação militante, central em nossa metodologia, oferece o alicerce necessário para as reflexões que fazemos, permitindo uma análise sobre algumas ações de resistência adotadas desde o período em que originou o MST na luta pela reforma agrária⁸.

Como parte desta introdução, demarcamos nesta escrita, a partir do subtítulo: *O chão onde piso em meio à uma territorialidade camponesa, indígena e afrodescendente*. Sob esse chão, no primeiro capítulo definimos a luta antirracista, compreendendo a indissociabilidade entre a histórica resistência negra e a luta pela emancipação humana. Analisamos a territorialidade negra e indígena no Vale do Jequitinhonha, discutindo a primeira ocupação da terra, organizada pelo MST em Minas Gerais, no ano 1988, na fazenda Aruega, município de Novo Cruzeiro e a experiência realizada em 2004 a partir da ocupação protagonizada pelos “filhos (as) de Aruega” e que culminou no assentamento Nova Vida, no mesmo município. Também discutimos neste capítulo a luta feminista negra, compreendendo o papel das mulheres negras junto ao feminismo camponês e popular, enquanto uma experiência de referência dentro de uma práxis emancipatória, evidenciando o protagonismo das mulheres Sem Terra e da mulher negra na territorialidade do Vale do Jequitinhonha, este item é denominado: *Mulheres Sem Terra! a dimensão negra na territorialidade que nos compõe*.

O segundo capítulo trata-se da existência desses sujeitos homens e mulheres enquanto processo de resistência, assim, analisa as dinâmicas produtivas como formas de resistência da produção e reprodução social, identifica reminiscências de

⁸ O período de gestação do MST durou cerca de quatro anos, até seu nascimento em 1984, quando decidiram formar um movimento camponês nacional, este marco é delimitado no 1º Encontro Nacional em Cascavel, no Paraná. “Digamos que a semente do MST foi plantada em 7 de setembro de 1979, ainda em plena ditadura militar, quando aconteceu a ocupação da Fazenda Macali, em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul. Daí em diante muitas outras lutas foram necessárias e realizadas em busca de soluções para os sem-terra, que nos processos de resistência foram tomando consciência de que a luta deveria ser em prol de um objetivo maior, a terra, a reforma agrária e a transformação social. Marcos como a ocupação das Fazendas Macali e Brilhante em 1979, no Rio Grande do Sul, o acampamento na Encruzilhada Natalino (1980) que se tornou símbolo de luta por um regime democrático; a ocupação da Fazenda Anoni no ano de 1980 no município de Sarandi, são referências históricas da origem do MST, “A história da luta pela terra e o MST. Um grande movimento em gestação” (Morissawa, 2001, p.123-125).

quilombismo nas experiências de sociabilidade dos assentamentos rurais, refletindo sobre o cotidiano e o popular dos assentamentos Aruega e Nova Vida⁹, município de Novo Cruzeiro, Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais, discute a perspectiva de comunidade, o quilombar e a agroecologia como referências.

No terceiro capítulo, ao dialogar com a perspectiva da emancipação, retomamos a noção da práxis que como demonstramos ao longo deste estudo é o resultado de ações na realidade, envolvendo a ocupação da propriedade privada da terra, a história e as existências dos sujeitos. Neste sentido, refletiremos em que medida essas ações conformam uma práxis emancipatória na reforma agrária popular em processo.

1.1 O chão onde piso em meio à uma territorialidade camponesa, indígena e afrodescendente

Apesar da realidade de separação entre seres humanos e natureza, a estratificação do trabalho ao qual fomos e somos submetidas/os conforme descrevo no poema abaixo “Transmutar a dor”, o chão onde piso é o da formação em comunidade e da educação popular, enquanto um dos lugares onde há resistências. Afinal estamos em permanente disputa com a norma comum do racismo estrutural, da razão ocidental e da sua lógica eurocentrada, portanto é necessário mais do que transmutar a dor, mas transformar as estruturas e relações de poder existentes na sociedade.

Transmutar a dor

Minha tataravó, por parte do meu avô, foi “pegada no laço”
 Minha tataravó, por parte da minha avó.... eu ainda não conseguir entender
 Minha Bisavó foi escravizada!
 Minha vó foi lavadeira, carregava lata d’água na cabeça e quebrava pedras!
 Meu avô, foi posseiro, meeiro, cativo, migrante
 O filho do meu avô, e da minha vó foi engraxate para ajudar nas despesas
 em casa
 O outro tio é ajudante de pedreiro (que profissão linda, a de construir
 casas!) mas, infelizmente ele é ajudante de pedreiro
 Minha tia foi mãe preta dos filhos brancos na casa grande
 Minha mãe preta foi mucama no serviço doméstico, na lavoura, no eito e
 “servente” na escola = *ajudante* de serviços gerais = assistente de serviços
 básicos - ASB

⁹ Ainda que os assentamentos Aruega e Nova Vida, município de Novo Cruzeiro estejam localizados conforme organização do IBGE no Vale do Jequitinhonha. Na organicidade do MST estes dois assentamentos fazem parte do Vale do Mucuri, pelos motivos dessas localizações serem trechos de transição do Vale do Jequitinhonha para o Vale do Mucuri, ou de divisa entres os vales, também há uma proximidade com o município de Teófilo Otoni.

Minhas primas tiveram uma “condição melhor”: vendedora, manicure,
 atendente, migrante, servidora pública, microempreendedora...
 Eu? Mulher, negra.
 Nasci 101 anos após formalmente abolida a escravidão.
 Minha vó nasceu 49 anos após formalmente abolida a escravidão.
 Minha bisã foi escravizada
 Cresço nesse mundo da colonialidade
 Que nos atravessa
 Lutamos e nos desfazemos de dores e pesos que não são nossos
 Que a ancestralidade nossa
 Ajude-nos a resistir no que somos
 Ressignificar somente não basta
 Reparação é pouco (Elaboração própria)

Pedagogia da autonomia (Freire, 1996) foi o livro que li durante a minha primeira tarefa que recebi da organização, alfabetizar jovens e adultos no assentamento Aruega, eu tinha 16 anos e desde criança gostava de brincar de dar aulas. Talvez seja por aí que começou a se realizar o sonho do meu avô, ele queria que eu fosse “professora”, assunto que abordo um pouco mais à frente neste texto.

Piso no chão condicionado pela realidade do capitalismo de desenvolvimento desigual dependente que coloca a vida da classe trabalhadora sob a realidade da ocupação refúgio, da condição de migrante, da massa sobrando, não se encaixando nem na condição de exército de reserva, mas, sendo colocada na condição de massa marginal, conforme reflete González (2020).

Foi nesta condição que cresci na territorialidade negra-indígena do Vale do Jequitinhonha, sendo filha única de Maria dos Anjos que dividiu a dimensão do cuidado e a educação entre a minha avó (Hilda Batista) e o meu avô (Antônio Rodrigues), até os meus sete anos de idade, antes de irmos morar no assentamento. A memória que cultivo desta família perpassa as dimensões do trabalho, do afeto e da solidariedade. Observando e brincando aprendi o valor do trabalho, pois, eu também possuía as minhas pequenas ferramentas, pequenos equipamentos ou instrumentos. Ir para a roça, colher café, olhar os passarinhos no arrozal e a goma no terreiro são algumas dessas dimensões. Dos afetos, a memória da construção do balanço no pé de manga, a casinha grande de brincar até cansar ou os diversos momentos de contação de histórias, são dimensões de uma infância na roça, sem televisão. Da solidariedade me lembro de como sempre tínhamos muita fartura, que apesar da simplicidade da vida, sempre havia muito o que compartilhar. Das festas, a maior lembrança são dos dias das fogueiras de Santo Antônio ou de São João, também a Folia de Reis que sempre após a cantoria do divino seguia com a brincadeira do caboclo e do passo a quatro.

Este chão representa mais do que um simples lugar físico, é um território carregado de história, memória, cultura e resistência. E como mulher negra, historiadora, militante do MST, esse chão-território é um reflexo das minhas experiências de vida, das lutas que sou parte e das conquistas que celebramos. É também um corpo, o meu corpo, e o corpo de muitas mulheres negras, que carrega as marcas e memórias de vivências pessoais e coletivas. Cada passo, obriga a ser um ato de resistência e afirmação, um movimento em direção à busca por transgredir. É a partir desse corpo-território que compreendo a unidade existente entre a minha identidade, minhas raízes e a militância no MST.

As vivências pessoais e coletivas forjam o chão sólido sobre o qual se constrói a luta. Me entender enquanto mulher negra tem sido uma descoberta em processo, assim, é que também busco intencionar para que seja parte da luta antirracista. É a partir dessas experiências que compreendo a importância de reconhecer e valorizar nossas bases históricas e culturais. Elas não apenas moldam nossa identidade, mas também nos fornecem as ferramentas necessárias para enfrentar e superar as contradições estruturais que o capitalismo, o racismo e o sexismo nos impõe.

Assim, ser parte de uma organização, esta pequena parcela da sociedade brasileira que constrói a luta por mudanças sociais, a partir da reforma agrária popular, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, instiga a refletir sobre o que construímos, alternativas que apontam uma infinidade de ações e dimensões de um horizonte de humanidade possível. É a partir desta pedagogia em movimento, que dialogo com outras pedagogias e estabeleço as conexões entre comunidades-quilombos-acampamentos-assentamentos-mulheres que se fazem presentes nesse estudo.

1.2 Elas sempre tiveram presentes

Lemos a escritora brasileira, Carolina Maria de Jesus (2014) para trazer o problema da fome, de modo a desnaturalizar essa realidade tão presente, a realidade da fome, e pela qual ela já descrevia "...Há de existir alguém que lendo o que eu escrevo dirá... isto é mentira! Mas as misérias são reais". Continuam sendo reais as várias formas de misérias, dentre elas a fome em um Brasil com enormes potenciais de terras férteis e de produção de alimentos.

Também lemos Lélia Gonzalez (2020), Beatriz Nascimento (2021), Conceição Evaristo (2020), assim experimentamos uma narrativa de vida que também é a nossa, porque são leituras que falam de nós, nos quartos de despejos, na marginalidade, nos becos, nas favelas, nos arredores das fazendas, nos quilombos, nas casas de pau-a-pique, nos acampamentos, ou nos assentamentos. E dizem também da nossa amefricanidade constituída aqui desde as nossas lutas e resistências. Parafraseando Evaristo (2016) em *Olhos d'água*, todas nos espelhamos, via história e memória, nos olhos de nossas mães. E, como sustenta Antônio Machado (2023), *O olho que vê não é olho porque o vejas; é olho porque te vê*. Então, os olhos de nossas mulheres negras – e de nós mulheres negras - se apresentam como janelas que nos remetem a processos ancestrais materializados em nosso tempo. Portanto, nos olhos de minha mãe prevejo histórias vividas e memórias sentidas (Evaristo, 2016).

É assim que nesta parte introdutória do estudo reflito sobre o *chão onde piso* e relaciono com as mulheres – elas sempre estiveram presentes -, por exemplo, com a experiência das mulheres que participaram da resistência ao despejo no acampamento em momentos de enfrentamento durante a ocupação da fazenda Aruega, em que elas e as crianças tinham à frente da polícia seus corpos pequenos e corajosos em posição de luta na defesa da terra e do território. Ou em Nova Vida em que as mulheres mesmo sendo acumuladas/sobrecarregadas no chamado trabalho reprodutivo ainda são grandes produtoras de grãos (milho e feijão) e hortaliças no assentamento.

Essas mulheres em sua maioria participaram/participam das jornadas dos “08 de março”, uma construção de mulheres camponesas e que juntamente às ações de resistência no território cunham uma práxis, a partir do feminismo camponês e popular. Essas mulheres cuidam da terra, como cuidam dos filhos e do cultivo. Cuidar, portanto, representa uma política emancipatória de enfrentamento à compra e venda do capital. Antes mesmo de pensarem sobre, vivenciam a condição do cuidar pensando o presente, futuro. Estas mulheres produzem alimentos diversos para o corpo e para a alma. Logo, trabalham no sentido ontológico para além da mercadoria, da coisificação do ser. Estão para além da igualdade formal e produzem, não sem contradições, a igualdade de gênero substantiva. Estas mulheres, como salienta Pinassi e Mafort (2012), se envolveram de maneira

complexa e cotidiana em questões ambientais, de classe, de gênero, o que eu acrescentaria, também de raça.

O sentido de transgredir dentro das contradições do tempo histórico em que vivemos, é algo que tenho experimentado nas construções envolvendo a luta pela terra e pela reforma agrária desde o ano de 1996 quando fomos morar em um território ocupado pelo MST. A partir daí, a relação orgânica militante é uma construção que para mim não completa 28 anos, a contar apenas a partir dos sete anos de idade e do dia em que eu e minha mãe pisamos no chão do primeiro Assentamento do MST em Minas Gerais. Sem sombras de dúvida, esta é a experiência de grande relevância para mim e este trabalho, pois, toda uma visão de mundo passa a ser ressignificada, desde o conteúdo e a estética da escola, as palavras, as músicas, as assembleias, a história da luta contada e recontada a cada mística de aniversário. São incontáveis os estímulos formativos que essa vivência propicia a uma pessoa.

Este trabalho, portanto, se traduz como uma mescla de reflexões sobre a educação popular e a práxis emancipatória no contexto do racismo estrutural, apesar dos condicionamentos da sociedade capitalista eurocentrada que implica inclusive no “roubo do tempo” para aprofundar os elementos de estudos que dão bases para o conhecimento teórico do objeto estudado, ainda que, este é um tema do qual nunca estive fora dele, pelo contrário, sempre atravessou a minha existência enquanto mulher negra, de um contexto brasileiro de desigualdades profundas enraizadas no racismo, na inferiorização e na exploração.

A escrita negra transcende fronteiras disciplinares e geográficas, quebrando paradigmas científicos de não presença no texto. Ela oferece uma perspectiva antiepistemicida que desafia as estruturas hegemônicas do conhecimento. A partir da compreensão do corpo-território, exploramos como a escrita pode ser viva, pulsante, vivenciando o mundo, saboreando emoções, tocando e respirando outras cosmovisões (Miranda, 2020). Essa perspectiva é essencial para construir uma práxis que reconheça e valorize a riqueza das experiências e conhecimentos produzidos pelas comunidades nos territórios, neste caso, focamos na territorialidade negra-indígena-camponesa-popular de dois assentamentos do Vale do Jequitinhonha.

Para concluir demarcando essa escrita insurgente, inspiradas nas mulheres negras que escreveram antes de mim, as que estão ao meu lado, e naquelas que

nunca puderam escrever porque tiveram esse direito negado, retomo o que prometi na introdução, quando mencionei sobre o ato de me tornar educadora de jovens e adultos no assentamento Aruega, comentei que significou a possibilidade da realização do sonho do meu avô. Ele era neto de uma mulher (indígena/originária), “pega no laço”, era muito bonita, de cabelos lisos e grandes como ele gostava de contar. Vô não pôde ser alfabetizado, e queria que eu fosse professora, considerava ser essa a profissão mais linda, e minha avó de modo não diferente, nunca se esqueceu de perguntar e cobrar pelo “dever de casa” todas as vezes em que eu chegava da escola, querer que eu estudasse, sempre esteve na prioridade das pessoas que estando em minha volta se preocuparam com meu processo de escolarização e educação.

Até tentaram se alfabetizar frequentando a escola durante alguns meses, fazendo parte de um programa de alfabetização denominado Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL)¹⁰, que não deu certo, a escola era longe, o trabalho árduo durante o dia, o lápis ficou pesado demais para mais esta tarefa da vida. Da mesma forma, minha mãe, que até os 36 anos havia concluído apenas os anos iniciais, ainda assim me alfabetizou em casa antes de matricular-me na escola, ela concluiu o ensino fundamental após ir morar no assentamento Aruega.

São muitos os processos que fazem parte desta construção feita de gente, afeto, terra, negações, lutas, conquistas, poesias e resistências, que perpassam por uma trajetória de experienciar no MST desde a infância Sem Terrinha, estudando na escola do assentamento, onde tive a oportunidade de vivenciar o 1º Encontro Estadual das Crianças Sem Terrinha de Minas Gerais (1997). Na juventude, comecei em 2005, aos 16 anos de idade, a dar aulas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), iniciei neste então, um caminho concreto de educação popular vinculada à educação formal, a partir da experiência educativa escolar no assentamento. A educação popular entendida como uma práxis que não separa a razão da sensibilidade, tampouco a história dos sujeitos do conteúdo curricular, refaz o sentido formal da educação em que a única disciplina que tem sentido é a do desejo de transformação.

¹⁰ O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) foi criado no período da ditadura militar e teve seu início no ano de 1967 durante o Governo de Costa e Silva. A criação do MOBRAL ocorreu em substituição ao método de alfabetização de jovens e adultos de Paulo Freire. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_Brasileiro_de_Alfabetiza%C3%A7%C3%A3o. Acesso em 21 nov. 2024.

Essas são algumas das motivações que compõem em grande medida e instigam, por exemplo, na escolha deste objeto de estudo. O trilhar destes caminhos militantes levou-me a ingressar na segunda turma do Curso de História pelos Movimentos Sociais do Campo, no ano de 2011 junto a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), possibilitado pela conquista do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). O trabalho monográfico realizado teve como título: *A migração sazonal no Vale do Jequitinhonha – MG: de migrantes “boias-frias” a sobrantes* (Santos, 2011), tema que já constituía uma preocupação por compreender sobre a realidade dos trabalhadores e trabalhadoras a partir da territorialidade do Vale do Jequitinhonha. Atualmente, compreendo que se trata do aprofundamento de uma análise, que se iniciou neste período, ao qual mesmo não havendo desde o início as categorias principais como racismo estrutural, práxis, emancipação, capitalismo dependente, se trata dos mesmos sujeitos expropriados e racializados compondo o campesinato negro.

Considero também que este percorrido poderia ser intitulado de *O chão onde piso para falar de uma práxis*, associado ao tema das mulheres negras dos assentamentos – Elas sempre estiveram presentes - como dimensão e significado de uma *escrevivência* particular. Este termo foi construído pela escritora negra Conceição Evaristo, demonstrando que o ato de escrever se dá profundamente em cumplicidade com a vivência de quem narra, de quem escreve. Neste sentido compreendi que a minha escrita, a nossa escrita, apresenta no texto a história do outro, da outra e pertence a uma coletividade (Nunes, 2020, p.18). É sobre isto também, que se trata a questão racial, falar de mim é falar de nós – o que significa dizer que *Elas sempre estiveram presentes em mim* -, de uma territorialidade que nos compõe e das questões existenciais que nos atravessam. Dialogando com Evaristo (2020, p. 38), a “Escrevivência não é uma escrita narcísica, pois não é uma escrita de si, que se limita a uma história de um eu sozinho, que se perde na solidão de Narciso”.

Pelo contrário, essa escrita é impregnada de coletividade. Foi necessária uma pausa para organizá-la, ainda assim, encontraremos ausências e lacunas, pois, tem sido um desafio trabalhar o avesso da norma comum do racismo e da colonialidade, descolonizar, desnaturalizar o que foi naturalizado, atendendo ao que nos pedem nestes tempos atuais, não sermos comuns e trabalharmos sempre nas possibilidades que ampliam o nosso olhar sobre a sociedade e a vida, é desafiador.

Imbuída do sentido de como poetizou Antônio Bispo (2023, s/p), que as “nossas trajetórias nos movem, nossa ancestralidade nos guia”¹¹, e parafraseando Conceição Evaristo (2017), a partir do seu poema “Vozes mulheres”: “faremos ouvir a ressonância do eco da vida-liberdade”, pois

Se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossos e nossas ancestrais. Potência de voz, de criação, de engenhosidade que a casa-grande soube escravizar para o deleite de seus filhos. E se a voz de nossas ancestrais tinha rumos e funções demarcadas pela casa-grande, a nossa escrita não (Evaristo, 2020, p. 30).

Sendo assim, as minhas perguntas são as nossas perguntas, de um território, de uma organização e carregam essa intencionalidade na perspectiva transgressora de ser também antirracista. A intenção é a de concretizar neste estudo, um esforço de reflexão sobre essa construção coletiva em processo, mediada pelo (o que, e, como) construímos no cotidiano da luta pela reforma agrária popular rumo à uma sociedade transformada nos territórios em que vivemos e produzimos vida. Com a licença poética, encerro essas primeiras palavras escritas, demarcando esta pesquisa-ação militante, parafraseando Mario Benedetti (1999) em seu Poema *Transgressão*, neste mandato minucioso e cruel, as frugais transgressões devem ser construídas, pois, obedecer cegamente deixa cego, crescemos somente na ousadia, somente quando transgredimos alguma ordem, o futuro se torna respirável.

¹¹ Trecho retirado do poema de Antônio Bispo, musicado por Lazzo Matumbi: Disponível em: Site: <https://www.redesdamare.org.br/br/artigo/321/somos-comeco-meio-e-comeco-um-ate-breve-a-nego-bispo>. Acesso em 10 jan. 2024

2 SOBRE A PRÁXIS EMANCIPATÓRIA E A LUTA ANTIRRACISTA

A forma como compreendemos a relação entre teoria e prática na construção do conhecimento, define, na disputa, o sentido que damos à categoria práxis. Conforme o filósofo Adolfo Sánchez Vázquez (2011), a práxis não é apenas teórica, mas também se manifesta na ação concreta e na transformação da realidade. Nas palavras do autor,

Se a práxis é fundamento do conhecimento, [...] se nosso pensamento concorda com as coisas que preexistem a ele, não é um problema que possa ser resolvido teoricamente, [...]. Para mostrar sua verdade há que sair de si mesmo, plasmar-se, ganhar corpo na própria realidade, sob a forma de atividade prática (Vázquez, 2011, p. 148).

Na mesma linha de raciocínio,

[...] a práxis se movimenta entre o real e o ideal, entre a fantasia e a realidade, entre o mito e o fato. Ao se movimentar cria sentido, alienado ou emancipatório na sociedade, atrelado ao conteúdo da luta de classes no contexto em que ela se dá. Expressa relações construídas socialmente entre o sentido crítico reflexivo e o sentido comum alienado (Traspadini, 2016, p. 35).

No pensamento marxiano e marxista práxis e filosofia da práxis se fundem como método da crítica da economia política e método da teoria para a ação revolucionária. Em sua obra *Filosofia da práxis*, Vázquez (2011) compreende que é na ação prática sobre as coisas que demonstramos se as nossas conclusões teóricas são verdadeiras ou não, ou seja, se têm aderência à realidade concreta ou se conformam processos cuja materialidade histórica não se visualiza. Em outras palavras, na filosofia da práxis, verificamos se, de fato, compreendemos a prática como critério da verdade. A verdade, mediada pelo conflito de classes, deve ser o sentido balizador de uma reflexão em que se busca explicitar a perspectiva antirracista em meio a uma sociedade burguesa historicamente racista. Na filosofia da práxis o racismo estrutural e seu avesso, a política antirracista produzida na luta por terra pelo MST, torna-se um dos elementos que destacamos como parte integrante da práxis emancipatória na construção da reforma agrária popular.

Definimos então a luta antirracista em diálogo com a construção histórica do Movimento Negro em 1978¹², em que mais do que uma compreensão conceitual

¹² Em 1978, foi criado o Movimento Negro Unificado (MNU), um dos grupos mais importantes da história do ativismo negro no Brasil. A fundação do MNU foi uma resposta organizada contra a discriminação racial e a marginalização da população negra. O MNU buscava promover a união dos negros brasileiros e lutar por seus direitos de maneira articulada e estruturada (Domingues, 2007

sobre o que é o que não deve ser considerado como Movimento Negro, é importante destacar a sua atuação concreta na luta contra o racismo

Importa-nos compreender a potência desse movimento social e destacar as dimensões mais reveladoras do seu caráter emancipatório, reivindicativo e afirmativo, que o caracterizam como um importante ator político e como um educador de pessoas, coletivos e instituições sociais ao longo da história e percorrendo as mais diversas gerações (Gomes, 2017, p.23).

Destarte, também afirma Jurema Werneck (2010), que “os nossos passos vêm de longe” nos fazendo lembrar, que as raízes do protesto negro (Moura, 2023), dão as bases para o aprofundamento do que compreendemos hoje como conjunto de ações protagonizadas por intelectuais e ativistas negros e negras que atuaram na segunda metade do século XX, evidenciando a profundidade do racismo e a perspectiva antirracista necessária para compreendermos os tempos atuais. Também poderíamos discorrer sobre uma infinidade de resistências desde a travessia do oceano atlântico nos navios negreiros, que caracterizou o processo da diáspora com as capturas de pessoas em África. As lutas, batalhas, revoltas, resistências camponesa, negra e indígena que demarcam o período desde a colonização até os dias de hoje, e assim, demarcamos a perspectiva antirracista da luta de classes. Também a definimos em diálogo com esta interface que perpassa pela compreensão da negritude de indivíduos que tomam para si o reconhecimento da sua identidade como pessoas negras, comunidades ou populações indígenas e afro-descentes. Como ressalta Moura (1995), ainda está por ser escrita a recuperação da formação social brasileira à luz das histórias de lutas populares. É notório o processo racista da história oficial, afinal, nos termos do autor, a biografia de todos os grandes processos de luta popular ainda está por ser escrita.

A compreensão por onde estabelecemos o ponto de unidade entre práxis emancipatória e luta antirracista é definida neste trabalho como aquela por meio da qual buscamos construir a partir de uma dada realidade, um processo de ruptura com o modo de produção do capitalismo. Especificamente, estudadas a partir do caso brasileiro, da sua formação de desenvolvimento dependente no século XIX, formado a partir do escravismo colonial, e, que como regulador das desigualdades tem no racismo e no patriarcado seus alicerces de dominação e exploração.

Trata-se da luta realizada contra a superexploração e a opressão estruturais de todos os povos marginalizados racialmente e etnicamente, tidos como os

Apud Gomes, 2017, p.22).

ninguéns. Trata-se também do princípio de verdade, manifesto na luta pela construção, no nosso tempo, de uma organização popular em que compreenda os sujeitos – indígenas, camponeses, afrodescendentes – como protagonistas das histórias de resistências no continente. (Traspadini; Souza, 2023, p. 216). É partir desta compreensão que estabelecemos o ponto de unidade entre práxis emancipatória e a luta antirracista na reforma agrária popular.

Em se tratando da práxis emancipatória, que engloba um compromisso profundo com a transformação social, em uma perspectiva de classe trabalhadora, nos referenciamos no marxismo enquanto uma filosofia prático-crítica preocupada com a transformação.

O marxismo se apresenta para nós, em primeiro lugar, como uma crítica do existente por meio da qual se expressa nossa inconformidade com o mundo social que nos rodeia. A crítica dessa realidade presente promove a busca de uma alternativa social na qual os males sociais denunciados pela crítica encontrem uma solução, ou seja, a crítica remete a um projeto de transformação da realidade presente que se caracteriza, em relação a este presente injusto, como um projeto de emancipação ou libertação. Assim, crítica e projeto se encontram estreitamente entrelaçados. Mas o projeto não é só uma ideia ou ideal; implica, sim, um desejo, uma aspiração a realizá-lo. Desse modo, para que esse projeto não seja um simples sonho, desejo ou utopia pura, é necessário conhecer a realidade que deve ser transformada, as possibilidades que essa realidade oferece para isso, e deve se conhecer também qual é o sujeito ou os sujeitos que podem realizar essa mudança, assim como os meios adequados para essa realização. [...] o marxismo não é só crítica, projeto e conhecimento, já que cumpre uma função não só teórica como prática (Vázquez, 2011, p. 443).

A citação de Vázquez (2011), elucida a essência do marxismo como uma filosofia prático-crítica que vai além da mera crítica teórica, mas, engloba um compromisso profundo com a transformação social. Ao nos referenciarmos no marxismo, reconhecemos a necessidade de uma análise crítica do sistema existente, que expõe contradições estruturais e se ocupa com a construção de uma sociedade emancipada.

Esta crítica, entretanto, não é um fim em si mesma; ela é inseparável de um projeto de emancipação que visa concretizar uma realidade nova e socialmente justa. Para que esse projeto se materialize, é imperativo compreender detalhadamente a realidade que precisa ser transformada, as potencialidades inerentes a essa realidade e os sujeitos sociais capazes de impulsionar essa mudança. Assim, o marxismo se destaca não apenas como uma ferramenta teórica de crítica, mas também como uma força prática de transformação, orientando ações concretas para a construção de uma sociedade livre de todas as amarras da

exploração e opressão. Se tratando, portanto, da luta antirracista a compreendemos como parte desta práxis emancipatória de luta contra todos os grilhões, conforme apreendemos desde à filosofia da práxis.

2.1 A indissociabilidade entre luta antirracista e a luta pela emancipação humana

É recorrente neste trabalho demarcarmos sobre essa capacidade dos trabalhadores, “condenados da terra”¹³ de se colocarem em movimento no enfrentamento ao modelo opressor vigente, seja no escravismo colonial ou no capitalismo. No caso específico do capitalismo dependente, demarcado no século XIX, no momento em que as economias formalizam suas independências do lastro colonial escravista e constituem os marcos jurídicos do Estado Nacional, a luta pela terra e pela autonomia acompanhará a história de diversos movimentos sociais do campo. Sobre estes marcos buscamos reforçar luta de classes e a luta antirracista enquanto elementos que compõem uma unidade teórico-prática de luta pela emancipação humana. Dentro da história de lutas e resistências frente ao modelo escravocrata colonial, vimos como os e as lutadoras negras não resistiram apenas pela sua emancipação, isto é, objetivando livrar-se do cativeiro, foram além criando espaços-tempos de resistências como os diversos quilombos que compõem a história do continente. Os modos de vida dos quilombos, foram atuantes em nosso processo de formação enquanto nação brasileira, integravam a luta por um outro mundo possível, emancipando-se dos grilhões escravistas coloniais, a partir do fundamento mercantil da constituição da República (Moura, 2000). Os povos quilombolas se mantêm presentes nas principais lutas, como por exemplo, as que envolvem a questão agrária, demonstrando, inclusive, uma indissociabilidade da práxis negra na luta pela emancipação humana, logo de vinculação inerente entre classe-raça-gênero.

É essencial entender o racismo a partir das contradições estruturais do sistema capitalista, e, no contexto brasileiro, essa abordagem nos ajuda a desvendar as dinâmicas complexas que permeiam a luta de classes no país. O racismo no Brasil não pode ser dissociado das estruturas econômicas e sociais que

¹³ Esta é uma referência à obra escrita por Frantz Fanon (1925-1961), importante pensador antirracista e anticolonial.

historicamente perpetuam diversas desigualdades. Ao analisar o racismo sob a lente das contradições do capitalismo, podemos identificar como a exploração econômica e a opressão racial e de gênero estão interligadas, contribuindo para uma compreensão mais profunda e abrangente das desigualdades sociais que afetam principalmente a população negra, as mulheres, os sujeitos LGBTQIA+, a classe trabalhadora de modo geral (Souza, 2023).

Como indaga a intelectual negra do serviço social Cristiane Sabino de Souza,

Como apreender a dinâmica da luta de classes no território sem levar em conta todo o sistema de dominação criado estrategicamente pelas classes dominantes, ao longo da nossa formação sócio-histórica moderna, para controlar e reprimir os/as trabalhadores/as “livres”? (Souza, 2023, p. 18).

Por isso, se trata da luta pela emancipação humana, ou seja, uma luta contra todas as correntes. Dessa forma, abordamos a luta de classes no Brasil na sua totalidade, reconhecendo que a luta antirracista é indissociável da luta contra a exploração econômica, contra o racismo e o sexismo sistemas de opressões intrínsecos ao capitalismo e o patriarcado.

Neste contexto, as contribuições de Clóvis Moura (2020) e de Lélia González são fundamentais. Em sua obra "Dialética Radical do Brasil Negro", Moura (2000) argumenta que o racismo no Brasil é uma construção histórica que serve aos interesses do capitalismo. Ele demonstra como a escravidão e a subsequente marginalização dos negros após a abolição foram mecanismos para manter uma estrutura econômica desigual, onde a população negra foi relegada a posições subalternas. Moura enfatiza que a resistência negra, desde os quilombos até os movimentos contemporâneos, é uma luta contra essa opressão sistêmica, evidenciando a interseção entre racismo e exploração econômica. Lélia, por sua vez, na condição de mulher negra, salienta que em se tratando do escravismo colonial, é necessário repensar o sentido da *América Ladina* feminista, em alusão ao conhecimento e resistência de parte das mulheres quilombolas que compõem a história do continente, ou melhor, a fusão de dois continentes - África e América – a partir da territorialidade negra.

Complementando essa perspectiva, Silvio Almeida (2021), em "Racismo Estrutural", oferece uma análise detalhada de como o racismo é institucionalizado nas sociedades capitalistas. Almeida destaca que o racismo não é apenas um conjunto de atitudes ou preconceitos individuais, mas um sistema de opressão que

está embutido nas estruturas econômicas, políticas e sociais, assim como o sexismo, eu diria. Ele argumenta que, para combater o racismo de forma eficaz, é necessário dismantelar as estruturas que o sustentam, o que inclui uma crítica profunda ao próprio sistema capitalista que perpetua as desigualdades.

A combinação das análises de Moura, González e Almeida nos permite compreender que o racismo no Brasil é um mecanismo de manutenção do *status quo* econômico e social da acumulação de capital em diferentes fases, entre 1500 e a atualidade. A luta antirracista, portanto, deve ser vista como uma composição inegociável do caráter da luta de classes na América Latina e o Caribe, uma vez que a opressão racial e a exploração econômica são elos de um mesmo sistema. Ao reconhecer essa relação, podemos formular estratégias de resistência que abordem simultaneamente as desigualdades raciais, sexuais e econômicas, na luta pela transformação estrutural da sociedade brasileira.

Essa compreensão é essencial para uma ação qualificada na realidade brasileira. Reconhecer que a luta racial é inseparável da luta contra a exploração capitalista nos ajuda a construir uma estratégia política e social com ações mais inclusivas e efetivas. E compreender, na realidade concreta, porque mulheres negras recebem salários menores que mulheres brancas, e homens negros recebem salários menores que homens brancos. Além também, de no real concreto constataremos porque no sistema prisional brasileiro a população preta, jovem, periférica é excessiva maioria. Nesse sentido, somente através da unidade dessas lutas – classe, raça e gênero - é que podemos aspirar a uma sociedade verdadeiramente justa e igualitária, onde todas as formas de opressão sejam erradicadas.

Em uma análise marxista das relações raciais, Dennis de Oliveira, prefaciando o livro de Clóvis Moura (2020), *Dialética radical do Brasil negro*, nos apresenta como a concepção Moureana tem impactos significativos nesta discursão, ao compreender que o racismo deve ser compreendido como um elemento central que está na *gênese* do próprio capitalismo brasileiro - significando que ele desenvolve *pari passu* às estruturas de opressão racial (Oliveira, 2020, p. 13).

Também, Cristiane Sabino de Souza (2021) reforça a compreensão da questão racial como elemento fundamental na formação social, política, cultural e econômica do Brasil, o que inclui compreender o processo que constitui o racismo enquanto fator dinamizador e organizador das relações de desigualdades e ao

mesmo tempo de perpetuação delas. O racismo como fundamento da dependência, logo, da superexploração da força de trabalho.

Neste sentido, apreendemos a perspectiva antirracista, com base nas raízes do protesto e da práxis negra, na luta pela humanização, da participação na ação por desmarginalizar todos os segmentos sociais oprimidos, ou seja, a luta contra todas as históricas formas de opressão-superexploração, na busca pela revolução radicalmente democrática das relações sociais no país. Nas palavras de Sandra Procópio (2023),

A perspectiva de colocar a opressão racial dentro da lógica do sistema capitalista brasileiro aponta para a necessidade de se articular a luta contra o racismo com a luta contra o capital. Em outras palavras, luta antirracista e luta de classes se imbricam e se articulam mutuamente (Oliveira, 2020, p. 14).

Florestan Fernandes (2017), ao abordar a luta contra o racismo e a desigualdade racial no Brasil, destaca como a opressão racial está intimamente ligada à opressão de classe, neste sentido, se trata de uma questão racial e social, na qual sujeitos racializados devem emancipar-se coletivamente em termos de sua condição racial e de força de trabalho, pois, o racismo serve como mecanismo de controle e manutenção da lógica de exploração econômica da classe trabalhadora.

Assim, ao demarcamos a perspectiva antirracista na luta de classes, analisamos o contexto de formação social entrecruzado pelo escravismo, pelo colonialismo, pelo imperialismo e pelo racismo na conformação do capitalismo dependente brasileiro e latino. Na rota da acumulação primitiva de capital, o colonialismo definiu a pilhagem, o genocídio, a imposição de uma língua latina, o apagamento de muitas histórias e memórias, a destruição de modos de vida anteriores ao processo de demarcação da invasão escravista colonial. Foi um real processo de consolidação do memoricídio (Baéz, 2010).

O desenvolvimento capitalista dependente, a partir da divisão social e internacional do trabalho, impôs a ampla maioria da classe trabalhadora brasileira, a marginalização e as desigualdades na extração de mais valia. O que nos leva a refletir sobre quem são os corpos vítimas do genocídio o do encarceramento em massa nas grandes cidades, ou quem se encontra nas condições de subemprego, de flexibilização e precarização do trabalho.

A análise crítica da marginalização e das desigualdades nos processos de trabalho pode ser fortalecida com dados que evidenciam como essas dinâmicas

impactam grupos específicos, especialmente as populações negras e periféricas no Brasil. Em 2023, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) apresenta que a informalidade no mercado de trabalho atingiu de maneira desproporcional os trabalhadores negros, com uma taxa de 47,4%, em contraste com 34,5% entre trabalhadores brancos. Essa disparidade reflete o racismo estrutural e a segmentação racial no mercado de trabalho, onde negros estão concentrados nos setores mais precarizados, como a construção civil (65,2%) e os serviços domésticos (66,6%), (DIEESE, 2023).

Além disso, o fenômeno do genocídio da população negra é alarmante. Em 2021, aproximadamente 77% das vítimas de homicídios no Brasil eram negras, revelando uma violência sistemática que atinge de forma mais intensa esse grupo. O encarceramento em massa segue a mesma lógica discriminatória, com cerca de 66% da população carcerária composta por pessoas negras, evidenciando uma seletividade penal que perpetua a exclusão social (DIEESE, 2023).

Esses dados destacam como a divisão social do trabalho, alimentada por desigualdades históricas e racismo, continua a marginalizar corpos negros e periféricos, tanto nas dinâmicas de trabalho quanto na violência urbana e encarceramento, refletindo um quadro de injustiça social que demanda ações estruturais urgentes.

Além das desigualdades nos processos de trabalho e nas dinâmicas urbanas, a concentração de terras no Brasil é um fator histórico violento de como a expropriação e a marginalização afetam comunidades inteiras. Imagine o que significa para uma família que, por gerações, cultivou a terra apenas para ver sua pequena parcela cercada por vastos latifúndios pertencentes a poucos. Dados do Censo Agropecuário de 2017 revelam que apenas 1% dos proprietários controla quase metade das terras agricultáveis do país, enquanto a maioria dos pequenos agricultores tenta sobreviver com apenas 2,3% dessas terras.

Mas esses números representam mais do que estatísticas frias; eles contam a história de milhões de brasileiros, especialmente a população negra, os camponeses pobres e os povos indígenas, que continuam a lutar por um pedaço de terra que lhes permita viver com dignidade. Para muitos, a terra é mais do que um meio de subsistência; ela é a conexão com suas raízes, com a ancestralidade, e com o direito básico de existir.

Entretanto, essas mesmas comunidades, que deveriam ser valorizadas pela sua rica herança cultural e conhecimentos tradicionais, são muitas vezes empurradas para as margens da sociedade, onde o acesso à terra, à educação e ao trabalho digno lhes é cerceado. Forçadas a migrar, dado o empobrecimento no campo, o endividamento e a expansão da fronteira agrícola, não lhes resta outra coisa, senão engrossar as fileiras da superexploração e da exclusão nas cidades. Essa realidade se reflete nas estatísticas de pobreza, subemprego, na violência institucional contra os corpos da classe trabalhadora, maioria negra, na criminalização dos movimentos sociais, e nas dificuldades enfrentadas por aqueles e aquelas que buscam uma vida melhor, mas que se deparam com barreiras quase intransponíveis.

Portanto, ao falar sobre a concentração de terras, estamos salientando a centralidade da questão agrária ainda não resolvida. Problema este vinculado ao poder econômico e político que tem como base a perpetuação das desigualdades e do racismo. Esta realidade envolvendo a concentração fundiária e a não realização de uma reforma agrária tem implicado em consequências na vida de famílias nas periferias, povos indígenas, quilombolas, camponeses, ribeirinhos e outros povos do campo e da cidade, além das consequências ao meio ambiente, devido à uma estrutura agrária não resolvida, e que acarreta à perpetuação de outras desigualdades, exclusões e injustiças todos os dias, nas vidas de pessoas que possuem o direito de viver em suas terras e territórios sem medo de serem deslocadas, despejadas ou criminalizadas.

Tudo isso, compõe o processo que constitui o racismo estrutural e define o caráter da luta antirracista na práxis emancipatória. A contar os impactos que atravessam a nossa vida em dimensões que envolvem subjetividade e sociabilidade humana, não somente como pessoas camponesas, negras e indígenas, mas, enquanto sujeitos racializados que compõem, mesmo quando são negados, a história do Brasil.

A título de enriquecer esta noção de luta antirracista vinculada à luta pela emancipação humana ou à uma práxis emancipatória, citamos um exemplo de nossa história: os Jacobinos Negros, a partir da luta em São Domingos, no início do século XIX, questionaram a modernidade inerente às ideias Bonapartistas da Revolução Francesa, bem como o que estava sendo construído como marco civilizatório burguês (Marcussi, 2018).

A contestação dos Jacobinos negros foi original, e, tornou-se referência ideopolítica no processo de questionamento do capitalismo e da ideia de liberdade e igualdade que este modo de produção de fato realiza. Considero importante demarcar esta leitura e sentido, pois trata-se de uma luta pela emancipação humana.

A revolução Haitiana significou a maior contestação à revolução Francesa (burguesa) de 1789, pois, enquanto brancos pobres e ricos, conquistavam a *sua* “liberdade”, “igualdade”, formais, os negros e negras continuavam escravizados nas colônias. É neste sentido que a luta em São Domingos, atual Haiti, significou um sendeiro na história da América Latina e o Caribe, ao pautar o real sentido de *liberdade*, condição que não poderia ser admitida pelos burgueses civilizadores, já que a modernidade e a civilização carregam consigo a escravidão, o domínio, a violência (Queiroz, 2017).

Se na referência continental temos a revolução haitiana, no Brasil temos o primeiro Estado livre de todo o continente americano, uma denúncia viva do sistema implantado pelos europeus, Palmares. Palmares foi, juntamente com a resistência nas matas da diversidade dos povos indígenas, a primeira tentativa brasileira formal no sentido da criação de uma sociedade democrática e igualitária que, em termos políticos e socioeconômicos, realizou um grande avanço. Essa foi a grande experiência da República Negra de Palmares que, durante um século (1595-1695), floresceu na antiga Capitania de Pernambuco, como aponta a intelectual negra Lélia González.

[...] ali existiu uma efetiva harmonia racial, já que sua população, constituída por negros, índios, brancos e mestiços, vivia do trabalho livre cujos benefícios revertiam para todos, sem exceção. Na verdade, Palmares foi berço da nacionalidade brasileira. E o mesmo se pode dizer com relação aos quilombos, onde a língua oficial era o “pretuguês”, e o catolicismo (sem os padres, é claro) a religião comum (González, 2020, p. 44).

Também, em *Dialética radical do Brasil negro*, do autor Clóvis Moura (2020) é destacado, que o projeto político da República de Palmares, era “surpreendentemente progressista para a época”, uma vez que se organizava na propriedade coletiva da terra, na policultura e no direcionamento da produção para os seus membros, conforme reitera Dênis Oliveira (2020, p. 14) no prefácio do livro de Moura. Ou seja, haviam contribuições para um projeto político de Brasil, assim também, todo o conjunto de revoltas e lutas dos quilombos e movimentos

protagonizados por negros e negras não eram apenas “revoltas pontuais”, mas significavam a construção de projetos políticos alternativos necessários. Conforme (Moura, 2020), Palmares foi a maior manifestação de rebeldia contra o escravismo na América Latina. Durou quase cem anos e, durante esse período, desestabilizou regionalmente o sistema escravocrata. Além da luta e resistência, a história de Palmares tem como referência a policultura, assim como na reforma agrária popular tem-se construído a agroecologia como um princípio. Estas são referências que vamos retomar no terceiro capítulo, sobre as relações de produção frente ao racismo estrutural, e refletindo sobre a existência de experiências negras, indígenas e populares, na reforma agrária popular a partir dos territórios e dos desafios que perpassam a construção de territórios livres.

É sobre estes “fazimentos”, ou seja, significa mais do que ações realizadas mecanicamente, mas possui relação com o trabalho e a luta na sua dimensão libertadora, também diz-se das diversas práticas culturais, artísticas da cultura popular, de um fazer histórico e criativo do povo brasileiro, em se tratando das formas de resistir à realidade do cotidiano, estes são elementos em que este estudo tem como referência.

Da luta contra todos os grilhões decorre uma práxis emancipatória, e é neste sentido que a definimos nesta pesquisa como uma construção antagônica à práxis hegemônica do capitalismo baseado na opressão, exploração e dominação. A partir dessa compreensão definimos que o nosso objeto de estudo é a reforma agrária popular e a emancipação humana, tendo a questão étnico-racial como eixo principal que atravessa essa pesquisa, voltada para a territorialidade negra e indígena do Vale do Jequitinhonha sob o olhar e a subjetividade de uma mulher negra, historiadora, militante do Movimento Sem Terra.

Ao tratarmos das relações raciais buscamos ao longo dessa pesquisa estabelecer esta relação com o que estamos denominando de luta antirracista, frente ao racismo estrutural e o capitalismo de desenvolvimento desigual e dependente, a ponto de implicar em reflexões em torno da construção da reforma agrária popular, essa é uma compreensão teórico-político envolvendo a práxis emancipatória.

A luta antirracista conforme definimos nesta pesquisa é uma interface, que perpassa pelo enfrentamento ao racismo estrutural, das lutas da negritude de indivíduos que tomam para si o reconhecimento da sua identidade como pessoas,

comunidades ou populações afrodescendentes. Também a definimos como uma luta realizada contra a opressão estrutural de povos marginalizados racialmente e etnicamente. Na construção da reforma agrária popular esta é uma dimensão importante e em processo, sendo gestada como uma dimensão importante dentro do MST, que em sua pedagogia em movimento, e, ao longo de sua trajetória, vai dando passos buscando se assentar na história. Delimitamos neste estudo a importância do aprendizado com os quilombos, e utilizamos a experiência da territorialidade negra e indígena no Vale do Jequitinhonha como uma potencialidade nessa construção.

Trata-se de compreender o papel da América Latina e África na luta de classes, em apreender as diferentes cosmologias, visões de mundo que se encontram entrelaçadas na diversidade do povo brasileiro, na formação originária e ancestral que perpassam as dimensões étnico-racial, e que permanecem em luta e resistência para sobreviver diante o processo de colonização do passado e do presente.

2.2 A territorialidade negra e indígena do Vale do Jequitinhonha: uma história de lutas e resistências

O Vale do Jequitinhonha, localizado no Nordeste de Minas Gerais, é uma área que compreende 55 municípios e representa 14% do tamanho do estado. A região, banhada pelo rio Jequitinhonha, abriga cerca de 950 mil pessoas e é dividida em três microrregiões: Baixo, Médio e Alto Jequitinhonha. O Baixo Jequitinhonha inclui a microrregião de Almenara, próxima à Bahia, enquanto o Médio engloba Pedra Azul e Araçuaí. O Alto Jequitinhonha, situado mais próximo da Região Metropolitana de Belo Horizonte, abrange as microrregiões de Diamantina e Capelinha (Campos, 2023).

O trecho da canção “gente humilde” nos apresenta uma possibilidade de reflexão sobre a força do popular da nossa gente que em meio às dificuldades, na aridez do sertão ou das repetidas expropriações das quais atingem o povo do Vale do Jequitinhonha, ainda vemos a beleza, a alegria, a cultura e a luta cotidiana em forma de resistência.

Tem certos dias
Em que eu penso em minha gente

E sinto assim
 Todo o meu peito se apertar
 Porque parece
 Que acontece de repente
 Feito um desejo de eu viver
 Sem me notar
 Igual a como
 Quando eu passo no subúrbio
 Eu muito bem
 Vindo de trem de algum lugar
 E aí me dá
 Como uma inveja dessa gente
 Que vai em frente
 Sem nem ter com quem contar (Trecho da canção “Gente humilde”, de
 Chico Buarque).

A palavra Jequitinhonha, na língua do povo maxakali, corresponde à uma relação com o rio Jequitinhonha, jequi é um instrumento utilizado para pegar peixes, que também eram conhecidos como onhas. Entre os povos indígenas dessa rica região, estão, os Boruns também conhecidos como Botocutos, os Aranãs, Pankararus e Pataxós, além da forte presença de povoações quilombolas, tais como Gravatá, Cruzinha, Catitu do Meio, Rosário e Mutuca.¹⁴ A canção de autoria de Gonzaga Medeiros e cantada por Rubinho do Vale, expressa essa presença indígena no Vale: “Conta, canta contador, conta a história que eu pedi. Dizem que o jequi tem onha, conta as onhas do jequi [...]” (Vale, 1984).

O Vale do Jequitinhonha ficou conhecido como o “Vale da miséria”, e, recentemente, como o “Vale do Lítio”, essas são designações que comprovam o processo histórico de imposição do capital a partir das suas várias formas de violências explícitas no processo de expropriação do trabalho e apropriação do território (Campos, 2023).

É também parte da estratégia da chamada modernização, ou do desenvolvimento capitalista dependente, desigual e combinado, que precisou denominar o Vale como a região do atraso, para satisfazer o lógica de desenvolvimentismo econômico, projeto que se estruturou na região, e, que possui origem no escravismo colonial, nas expropriações dos povos indígenas e afrodescendentes, na produção de relações de trabalho que definiram trabalhadores e trabalhadoras como posseiros, meeiros, cativos, migrantes, “boias-frias”,

¹⁴ Ver site: Disponível em:
<https://grupovivejar.com.br/vale-do-jequitinhonha/#:~:text=A%20origem%20do%20nome%20Jequitinhonha&text=%E2%80%9CJequi%E2%80%9D%20era%20um%20tipo%20de,se%20no%20jequi%20tem%20onha%E2%80%9D>. Acesso em: 4 jul. 2017

sem-terra, entre outras categorias de sujeitos definidas pelas relações de classe e pelas disputas pela terra e pelo território.

José de Souza Martins (1981), nos permite compreender o debate da produção e apropriação, aludindo à ideia de cativeiro. Nos termos do autor, o fim do cativeiro do escravizado dá começo ao cativeiro da terra, à compra e venda da mercadoria terra e do trabalho livre, não necessariamente assalariado, em se tratando do povo do campo. Esta é uma parte da história do campesinato brasileiro conforme relata no livro *O cativeiro da terra*.

Também trabalhamos com a concepção estabelecida por Girardi (2022) sobre a indissociabilidade entre a questão agrária e a questão racial no Brasil, onde conclui que a questão agrária e o racismo combinados segregaram os negros às regiões mais pobres do país, restringiram o acesso deles à terra e fizeram com que eles tenham os piores indicadores de qualidade de vida e de condições de reprodução no campo.

Girardi (2022) argumenta que a história da colonização e da escravidão no Brasil criou uma estrutura agrária profundamente desigual, onde os negros foram sistematicamente excluídos da posse e do uso da terra. Após a abolição da escravatura, essa exclusão não apenas persistiu, mas também foi institucionalizada através de políticas públicas e práticas sociais que perpetuaram a marginalização dos afro-brasileiros.

A restrição no acesso à terra também significa que muitos negros não possuem segurança fundiária, o que os torna vulneráveis a despejos e à violência no campo. Essa situação agrava a precariedade das condições de vida, limitando o acesso a direitos básicos como alimentação, moradia, educação, saúde e saneamento.

Além disso, Girardi (2022) aponta que a combinação entre a questão agrária e o racismo institucional resulta em indicadores de qualidade de vida significativamente inferiores para a população negra. Esses indicadores incluem menores rendimentos, maior insegurança alimentar, menores índices de escolaridade e acesso limitado a serviços de saúde, o que perpetua um ciclo de pobreza e exclusão social.

A concentração de terras está diretamente ligada às questões raciais, pois a população negra foi majoritariamente relegada às periferias urbanas e às áreas rurais mais pobres e menos produtivas. Essas regiões, muitas vezes marcadas pela

escassez de recursos e pela falta de infraestruturas básicas, dificultam a possibilidade de desenvolvimento econômico e social para as comunidades rurais e urbanas.

Ao trabalhar com essa concepção, buscamos evidenciar como a luta pela reforma agrária popular no Brasil é também uma luta antirracista. Reconhecer a indissociabilidade entre questão racial e questão agrária nos permite aprofundar a compreensão da luta pela terra em sua dimensão estrutural, também formular políticas públicas de reparação histórica, vinculada à educação, a reforma agrária, ou outras políticas que abordem as raízes históricas das desigualdades e promovam a justiça no acesso à terra, aos direitos sociais e aos bens comuns.

Ao tratarmos nesta pesquisa sobre a territorialidade negra e indígena do Vale do Jequitinhonha consideramos esta relação que se encontra presente no campesinato brasileiro dentro da conformação étnico-racial neste grande país denominado Brasil, cuja característica, durante quase 400 anos foi o regime de escravidão. Estruturou-se um modelo de empreendimento colonial baseado na plantation¹⁵ e na mineração, estabelecendo no país uma sociedade colonialista e escravocrata.

Ser senhor do escravo era condição para ser o senhor da terra e senhor das gentes. Para o senhor a sua terra era a terra trabalhada pelo seu cativo. Durante muito tempo, no período colonial a concessão de sesmarias aos grandes fazendeiros foi condicionada pelo ter escravos. [...] A terra era um assunto de brancos. As antigas ordenações do reino excluíam do processo quem não tivesse sangue limpo, quem fosse bastardo, quem fosse fruto de mestiçagem com não-cristão (Martins, 1981, p. 110).

O trabalho escravizado modelou a sociedade brasileira entre os séculos VI e XIX, deu-lhe o ethos dominante, estabeleceu as relações de produção fundamentais na estrutura dessa sociedade e direcionou o tipo de desenvolvimento¹⁶ do capitalismo brasileiro subsequente de instituições, bem como de grupos étnicos, de gênero e de classe, após a abolição (Moura, 2020).

¹⁵ Trabalhamos com a compreensão da plantation caracterizada como uma forma de plantagem específica do modelo dominante durante o escravismo colonial, e, que juntamente com a escravidão constituiu categoria fundamental do modo de produção escravista colonial. Por ser a forma dominante, o trabalho escravizado atingiu a outros setores da produção e se generalizou na vida social (Gorender 2016, p. 119 e 138).

¹⁶ Recorremos nesta pesquisa à Teoria Marxista da Dependência para compreensão da nossa realidade social de classe trabalhadora subordinada às relações imperialistas e condicionada ao desenvolvimento dependente, detemos em estudar o pensamento de Lélia González que mesmo não sendo vinculada diretamente à TMD possui contribuições significativas dentro desta compreensão.

Porém, a longo tempo a resistência é realizada em todo o país. Particularmente no Vale do Jequitinhonha as lutas por resistência e libertação se tornaram práxis revolucionárias, iniciadas nas florestas, territórios conhecidos pelos povos indígenas e afroamericanos, orientando esses grupos à criação de estratégias que impediram a entrada de “gente estranha” na região, durante anos. Longe de ser uma característica somente do nosso território, o conhecimento dos ambientes de florestas, permitiu, nas lutas por libertação, a construção de experiências singulares de lutas, como o caso do Haiti em 1804, primeira nação a independentizar-se no continente latino-americano a partir da luta pelo fim da escravidão (James, 2010).

Os séculos XVIII e XIX foram marcados pelo massacre de indígenas e pela discriminação racial no Vale do Jequitinhonha, feitos com o objetivo do seu extermínio físico e/ou cultural. As práticas da ideia de civilização ocidental se impuseram a partir da captura, do estupro, escravização, massacre de etnias inteiras, ou seja, uma guerra foi declarada em nome da suposta aposta em um sentido de democracia e desenvolvimento, ambos mercantis. A mata foi cortada e domada, abriram-se fazendas, o gado foi trazido para a região, juntamente com a transmissão de doenças até então desconhecidas no território. As pessoas das etnias negras e indígenas foram escravizadas, e/ou “domesticadas”, “amansadas”, evangelizadas sob a “proteção da fazenda”, sendo que, com o tempo, algumas destas se transformaram em agregadas, posseiros, e, mais tarde, em trabalhadores rurais sem-terra, como é o caso das famílias Sem Terra que ocuparam as Fazenda Aruega em 1988 e a fazenda Gravatá no ano de 2002, no município de Novo Cruzeiro, séculos XX e XXI.

Conforme Moreno (2001) os escravocratas enquadraram os indígenas no status de inimigos oficiais do Governo com o objetivo de justificar a guerra que se deflagrou contra esses povos, visando o seu extermínio e a consequente ocupação privada, não sem luta, dos seus territórios.

A perseguição militar, o memoricídio¹⁷ cultural, a desorganização de modos de vida originários, foram as práticas violentas usuais desse empreendimento colonial que, com o passar do tempo, não desapareceram por completo. Ou seja, encontram-se presentes a mesma lógica destrutiva e colonizadora na vida concreta do povo negro e indígena no campo e nas cidades, até o momento atual. Vide

¹⁷ Conceito trabalhado por Fernando Baez (2010), em “A história da destruição cultural da América latina da conquista à globalização”.

atualidade no Vale do Jequitinhonha sendo transformado em polo de extração do Lítio¹⁸.

O modelo de extração mineral em larga escala, adotado em países ditos em desenvolvimento, como o Brasil, Nicarágua, Equador, El Salvador, Costa Rica e Paraguai, por exemplo, significa, a nível mundial, um instrumento impulsionador da economia. Por outro lado, para as localidades forçadas a sobreviver à exploração do capital, o sistema de extração é sinônimo de duras batalhas para as comunidades, que enfrentam remoções compulsórias, instalação de rotas de fuga de suas próprias terras, e a convivência com as inúmeras consequências sociais e ambientais que se instalam nas comunidades com a chegada das mineradoras. [...] O impacto das atividades abalam profundamente a subjetividade dos indivíduos, os modos de vida, as atividades laborais e a economia local, as expressões culturais e religiosas. Ultrapassando as bordas da vida social, arrasam com paisagens e contaminam solos, plantações, vegetação, exterminam animais e recursos hídricos (Cáritas MG, 2023, s/p).

Assim, as comunidades enfrentam remoções compulsórias de suas terras ancestrais, perda de acesso aos bens comuns essenciais como água e terras para agricultura, a destruição de modos de vida tradicionais. Além disso, a chegada das mineradoras frequentemente traz impactos sociais negativos, como aumento da criminalidade, impactos na saúde mental, na economia, ocorre desestruturação familiar, comunidades divididas pela chegada de trabalhadores temporários, e outros impactos que afetam diretamente a população.

Percebemos também que a exploração mineral em larga escala não apenas transforma paisagens naturais, destruindo ecossistemas locais e habitats de fauna e flora, mas também gera poluição severa do solo, água e ar. A contaminação resultante pode persistir por décadas após o encerramento das operações, afetando a saúde das pessoas e reduzindo a qualidade de vida das comunidades locais.

Além dos aspectos materiais e ambientais, a exploração mineral em larga escala também tem um impacto profundo na subjetividade das pessoas atingidas. A perda de identidade cultural e o desgaste das práticas tradicionais e expressões religiosas são consequências psicossociais que não são facilmente mensuráveis, mas que têm um impacto duradouro na coesão social e no modo de vida das comunidades.

Ou seja, o processo de neoliberalismo e recolonização se mantém atualizado na contemporaneidade. Porém, as culturas indígenas e negras sobrevivem e

¹⁸ Ver matéria completa: Projeto, “vale do lítio” transformará o Jequitinhonha em polo de exploração para benefício externo. Publicação 21 dez. 2023, por Luísa Campos da Cáritas Regional de Minas Gerais. Disponível em: <https://mg.caritas.org.br/noticias/projeto-vale-do-litio-transformara-o-jequitinhonha-em-polo-de-exploracao-para-beneficio-externo>. Acesso em: 20 jun. 2024.

resistem entre nós, em meio à realidade de aprofundamento da lógica extrativista, exploratória, desenvolvimentista e neoliberal que se verifica de muitas maneiras. “Barro, madeira, tecelagem, corda, cipó, dança, música, os ditados populares, história, culinária, o conhecimento das plantas e da natureza, religiosidade, fazem parte desse grito que atravessa séculos” (Soares, 2017, p. 5).

A pesar desta história sangrenta, indígenas e negros conseguiram estabelecer uma relação social, territorial e ancestral que não só marcou o campesinato, como criou e segue criando novas formas de resistência que delineiam, inclusive os seus estilos de vida, a exemplo, mencionamos os chamados “Territórios em rebeldia” na expressão de Raúl Zibetchi (2022), se trata das experiências das comunidades, os quilombos, os acampamentos e assentamentos, as comunidades indígenas, a periferia refazendo as resistências desde as possibilidades do presente.

Por esses motivos, para escovar a história a contrapelo, como nos incita Walter Benjamin, citado por Michel Lowy (2011), voltamos nosso olhar para essa história se fazendo práxis emancipatória, dando visibilidade ao que resiste: às lutas, costumes, tradições, o modo de ser e de se organizar no Vale do Jequitinhonha, em meio, e ao mesmo tempo em luta, contra o sistema hegemônico.

Neste sentido, o próximo item deste capítulo, trata-se da primeira ocupação de terra realizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) a partir da ocupação da Fazenda Aruega no município de Novo Cruzeiro em Minas Gerais, localidade que faz parte do Médio Vale Jequitinhonha, caracterizando uma luta que tem como marco histórico, a ocupação realizada no ano de 1988 como uma experiência viva até o momento atual.

2.3 A resistência: primeira ocupação do MST no Estado de Minas Gerais, uma caminhada de 36 anos

Refletir sobre a experiência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), especificamente na territorialidade negra e indígena do Vale do Jequitinhonha, revela um capítulo importante na história de resistência e luta pela terra na região do Médio Vale do Jequitinhonha e Mucuri. Atualmente o assentamento Aruega, não apenas representa uma conquista concreta de acesso à terra para trabalhadores rurais sem-terra, mas também é um símbolo de uma longa

trajetória de mobilização e organização popular. Parafraseando o poeta Pedro Terra (1996), a partir do seu poema *Pedagogia dos Aços*, há uma nação de homens e mulheres excluídos da nação, excluídos da vida, combatendo depois das cercas.

As ocupações nos estados seguem a luta do MST desde 1984, na fazenda Anoni iniciando seu processo de luta política pela terra no Brasil. Ver entrevista com João Pedro Stédile concedida ao Bernardo Mançano no livro: *Brava gente, a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil* (2012). O período de gestação do MST durou cerca de quatro anos, até o nascimento em 1984, quando decidiram formar um movimento camponês nacional, este marco é delimitado no 1º Encontro Nacional em Cascavel, no Paraná. “Digamos que a semente do MST foi plantada em 7 de setembro de 1979, ainda em plena ditadura militar, quando aconteceu a ocupação da Fazenda Macali, em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul. Daí em diante muitas outras lutas foram necessárias e realizadas em busca de soluções para os sem-terra, que nos processos de resistência foram tomando consciência de que a luta deveria ser em prol de um objetivo maior, a reforma agrária. Marcos como a ocupação das Fazendas Macali e Brilhante em 1979, no Rio Grande do Sul, o acampamento na Encruzilhada Natalino (1980) que se tornou símbolo de luta por um regime democrático; a ocupação da Fazenda Anoni no ano de 1980 no município de Sarandi, são marcos da origem do MST. (Morissawa, 2001, p.123 - 125).

A imagem abaixo é de um dos momentos de assembleia, que eram realizadas de forma muito frequente no acampamento em Aruega. As assembleias sempre iniciavam acompanhadas de muita animação, com forró e música ao som de uma sanfona. Após as discussões e as decisões tomadas continuava o forró e a festa. O local onde elas aconteciam, atualmente é a praça do assentamento que corresponde a área social, composta pela igreja, posto de saúde, galpão comunitário, o bar, a escola também se encontra próximo da praça. A mesma é conhecida como “Praça da alegria”, um traço de uma memória afetiva e histórica vivenciada no espaço da praça comunitária.

**Figura 1 - Assembleia no acampamento na Fazenda Aruega,
Novo Cruzeiro, MG, 1988**



Fonte: Arquivo Douglas Mansur (1988).

A ocupação da Fazenda Aruega no município de Novo Cruzeiro, contou com a participação de 300 famílias sem-terra, significa uma referência histórica na luta pela reforma agrária realizada pelo MST no estado de Minas Gerais, e tem como marco a ocupação realizada no dia 12 de fevereiro do ano 1988.

Em Minas Gerais, o MST nasceu nos vales do Mucuri e do Jequitinhonha. Em 1984, nas Comunidades Eclesiais de Base do município de Poté começaram as primeiras reuniões, promovidas pela Comissão Pastoral da Terra. Nas CEBs, as famílias discutiam as experiências de lutas que o MST vinha realizando nos estados do Sul. Os trabalhadores rurais estavam interessados em conhecer mais a respeito das ocupações de terra e em como construir o Movimento em Minas. Por essa razão, aumentava o número de famílias participantes nas reuniões para discutirem a reforma agrária. O conteúdo das reuniões era marcado pela compreensão de que não bastava esperar por uma política do governo, mas que os próprios trabalhadores deveriam construir a sua organização para lutar pela terra [...]. Com o apoio de lideranças do MST, que vieram da Bahia e Santa Catarina, avaliaram que era necessário, primeiro, organizar o Movimento na região do Vale do Jequitinhonha, por meio da ocupação da terra e formação de novas lideranças, para depois realizarem os trabalhos de base em outras regiões. Nessa época, o MST mantinha uma secretaria em Belo Horizonte que foi transferida para Teófilo Otoni (Fernandes, 2000, p. 135-136).

A presença e atuação do MST no Vale do Jequitinhonha se entrelaça com uma memória histórica rica e diversa, como aponta Fernandes (2000) em seu texto “Territorialização e consolidação do MST 1985-1990”. Esta memória não se restringe apenas aos trabalhadores rurais Sem Terra, mas abrange uma pluralidade de grupos e comunidades, incluindo os povos Boruns, Pankararu, Aranã, Tupinambá, Maxakali,

Pataxó, comunidades negras, quilombos, trabalhadores migrantes, artesãos e artesãs, entre outros, cada um desses grupos contribuiu, à sua maneira, para a resistência no território, contra o cativeiro da terra, a exclusão e a marginalização, lutando por justiça social, reconhecimento de direitos e dignidade no campo.

O assentamento Aruega representa não apenas a conquista territorial ou a reconstrução social e econômica, mas também espaço de sociabilidade das famílias assentadas dentro da perspectiva da reforma agrária popular. A partir da ocupação e da organização coletiva, o MST organiza junto às famílias a redistribuição da terra, articulada à uma construção da reforma agrária, ou seja, perpassando pela educação popular, o fortalecimento da cultura local, as relações humanas, o desenvolvimento da produção a partir da agroecologia como alternativa de desenvolvimento e um modo de vida, a defesa de práticas de saúde alternativa, e o uso da terra como direito e um bem comum da natureza.

No entanto, os desafios enfrentados pelo MST no Vale do Jequitinhonha são significativos, devido à histórica concentração da terra e o modelo de desenvolvimento hegemônico na agricultura brasileira, implicam no descaso, abandono da reforma agrária, tais condições explicam a luta constante pela qual as famílias precisam estar para terem acesso aos direitos mínimos como educação, energia, moradia, créditos para produção, somando-se às condições climáticas áridas e a infraestrutura precarizada da região apresentam obstáculos adicionais para a consolidação dos assentamentos e para o desenvolvimento sócio-econômico, humano sustentável das comunidades.

Além disso, a intolerância por parte de setores conservadores e interesses econômicos poderosos frequentemente resulta em conflitos e ameaças à segurança das famílias, seja pelo modelo de desenvolvimento imposto desde às grandes fazendas, a pecuária extensiva, as grandes plantações de eucalipto, a mineração, estratégias que mantêm a região como produtora de mão de obra barata, ou de fornecedora de matéria prima dentro da lógica de desenvolvimento dependente, visto por exemplo, a realidade da migração sazonal na região.

Portanto, ao analisar a experiência do MST no Vale do Jequitinhonha, é essencial não apenas reconhecer suas conquistas, mas também refletir sobre os desafios persistentes e a importância da política de reforma agrária enquanto uma política pública necessária ao desenvolvimento humano, vinculada a um projeto de

país, e, que ainda não temos. Os Sem Terra em luta significam esta pequena parcela da sociedade em movimento nesta construção de um projeto onde a efetivação da reforma agrária popular tem sido colocada como ação fundamental na sociedade

A luta pela terra no Vale do Jequitinhonha é uma luta em defesa de um território, de um modo de vida, por justiça social e pela dignidade humana a partir de um lugar demarcado pela resistência dos povos e que continua a inspirar e mobilizar a luta social rumo a transformação da sociedade, como é o caso da luta desenvolvida pelo MST a partir da reforma agrária. No período da luta em Aruega, a repressão foi articulada pela União Democrática dos Ruralistas (UDR), juntamente com o prefeito da cidade e os latifundiários da região. Mesmo a área sendo considerada improdutiva e a liminar da reintegração de posse não ter sido concedida ao suposto proprietário, o governo estadual enviou seiscentos soldados para Novo Cruzeiro, que acamparam ao lado do acampamento Sem Terra com a missão de realizar o despejo das famílias, pois, a decisão era realizar o despejo, o prefeito já divulgava que os sem-terra não permaneceriam na Fazenda Aruega e menos ainda na região, por quatro meses a área permaneceu bloqueada pela polícia, por meio de um cerco que impediam a entrada ou a saída das pessoas, isolados, sem alimentação algumas famílias começaram a desistir (Fernandes, 2000).

Em meio ao cenário de confronto e resistência no Vale do Jequitinhonha, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) protagonizou outra importante luta em março do mesmo ano, realizando a segunda ocupação na fazenda Sapezinho, situada nas proximidades da Fazenda Aruega. Este evento marcou um passo significativo na luta pela terra na região, envolvendo cerca de 250 famílias que buscavam acesso à terra para fins de moradia e produção agrícola.

A ocupação da fazenda Sapezinho, sendo mais um episódio da luta pela terra, representou também um ato de reivindicação territorial e de resistência contra um sistema de concentração fundiária que historicamente excluiu trabalhadores rurais e comunidades tradicionais das áreas produtivas. Para as famílias envolvidas, a ocupação simbolizou a busca por justiça social e pela garantia de condições dignas de vida no campo, mas significou também a possibilidade de uma construção nova de projeto de vida e de sociedade.

Figura 2 – Ocupação fazenda Sapezinho, município de Novo Cruzeiro, Vale do Jequitinhonha- MG – 1988



Fonte: Arquivo do MST Vale do Mucuri, 1988.

Porém, a ocupação da fazenda Sapezinho vivenciou muito cedo a saga dos despejos. Despejados da terra, carregarão em suas histórias e memórias a dor da destruição e a indignação pelas injustiças. Pois, mesmo realizando a resistência durante seis meses, o cerco de policiais se fortaleceu. Através de uma ação estratégica, por quatro meses a polícia militar bloqueou a área impedindo a saída dos trabalhadores do acampamento, muitos foram pegos e torturados.

Com a liminar de reintegração de posse, a dificuldade em manter a resistência, e a possibilidade de uma ação violenta por parte da polícia, aconteceu o despejo, e as famílias foram acampar de forma provisória em uma pequena propriedade no município de Itaipé, na comunidade de Pedra do Chifre, cedida por um camponês pertencente à família dos “Valu”, e que tinham três filhos acampados, Deusdete Gonçalves, Geraldo Gonçalves e Anísia Gonçalves. Após esse processo despejo, lutas e resistências havia um excedente de famílias das duas ocupações, Aruega e Sapezinho que seguiram na luta pela terra passando ainda pelo difícil episódio de confronto com pistoleiros e a polícia na Fazenda Bela Vista, próximo à região de Topázio no Vale do Mucuri, conforme imagem abaixo.

Figura 3 – Conflito entre trabalhadores rurais Sem Terra e a polícia em ocupação na fazenda Bela Vista – MG, 1988, envolvendo as famílias que foram despejadas da Fazenda Sapezinho



Fonte: Arquivo da Associação Aprender a Produzir Juntos (APJ), 1988.

A imagem expõe um campo de batalha onde trabalhadores sem terra enfrentam com intransigência os jagunços e policiais. A intolerância dos policiais e jagunços armados conseguiram impor através da força o despejo violento das famílias na fazenda Bela Vista, município de Teófilo Otoni. Os fazendeiros, articulados junto à União Democrática Ruralista (UDR) não poderiam tolerar mais um passo na luta pela reforma agrária, para eles a conquista de Aruega que estava cada dia mais visível na sociedade, já era motivo para a repressão atuar embrenhada de vingança e humilhações, como foi no despejo da fazenda Bela Vista.

Fernandes (2000, p. 137) descreve que no dia 05 de setembro de 1989 as famílias ocuparam a Fazenda Bela Vista no município de Teófilo Otoni, ação que foi marcada por grande truculência exercida pela polícia contra os trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra. Em menos de vinte e quatro horas, a ocupação foi combatida violentamente pelos jagunços e depois pelos policiais que impediram as famílias de montarem o acampamento, nesta propriedade privada de 2.700 hectares em que a luta tinha como objetivo ocupar e exigir a vistoria por parte do Instituto de

Colonização e Reforma Agrária (INCRA), órgão responsável pelas desapropriações para fins de reforma agrária.

No confronto, uma pessoa adulta foi baleada no maxilar, três pessoas foram atingidas por tiros nas pernas, duas crianças irmãs (Neide Rodrigues e Josimar Rodrigues) ficaram perdidas na mata, à beira do rio Mucuri durante uma semana. Neide Rodrigues encontra-se assentada no assentamento Liberdade, município de Periquito, e Josimar Rodrigues atualmente encontra-se assentado no município de Resplendor-MG. Neste conflito, vários trabalhadores foram presos e as famílias tiveram que recuar diante da violência e da repressão policial enfrentadas. Os tombamentos em luta, conformam a história viva do Movimento, presente nos seus cantos, nas suas místicas, nos seus choros e risos em oferenda à presença do passado desses homens e mulheres, presentes em nossas mãos e olhos. Mãos que lutam, olhos que registram a luta.

A resistência nas fazendas Aruega e Sapezinho revelam a tenacidade das famílias em enfrentar adversidades significativas, incluindo, a possibilidade da fome, a repressão policial e a ameaça constante de despejo. O cerco policial prolongado na Fazenda Sapezinho, culminando em prisões e relatos de tortura, destaca a violência sistemática enfrentada pelas comunidades que ousam desafiar a concentração da terra no Brasil.

O episódio na Fazenda Bela Vista, com crianças feridas e uma pessoa baleada, sublinha a característica do estado brasileiro, que define “quanto vale a vida do lado de dentro da cerca”, o alto custo humano das lutas. Essa história não apenas evidencia a resistência e a determinação dos Sem Terra, mas também ressalta a necessidade da reforma agrária popular, inclusive como reparação histórica e como direito à terra, na urgência da efetivação das políticas públicas que garantam a vida e os direitos dos povos nos territórios.

Após enfrentarem períodos de intensa resistência e repressão, as famílias das ocupações Aruega e Sapezinho, após o conflito na fazenda Bela Vista, ainda passaram por processos de humilhações sendo colocadas em uma baía¹⁹ na cidade de Teófilo Otoni, enfrentando ainda outros desafios significativos na luta pela terra, passando pela fazenda Craúne, município de Pedra Azul e o longo tempo de acampamento nas margens da BR116, no município de Ponto Marambaia, depois,

¹⁹ Compartimento onde se recolhia os cavalos, atualmente é o espaço da Expominas em Teófilo Otoni.

foram para uma comunidade chamada Lajinha até serem assentadas no assentamento Santa Rosa, município de Itaipé, Vale do Mucuri. Outra parte das famílias excedentes de Aruega foram assentadas na Fazenda Califórnia, no assentamento Primeiro de Junho, município de Tumiritinga, região do Vale do Rio Doce.

O relato das ocupações de terra no contexto da luta do MST nos Vale do Mucuri e Jequitinhonha, ilustram vividamente os desafios e a forte repressão enfrentados pelos trabalhadores rurais sem terra na luta pela reforma agrária.

Importante destacar que o ano de 1988 teve como marco a promulgação da nova Constituição brasileira, prevendo nos artigos 184 e 186 a garantia da desapropriação das terras que não cumprem a sua função social. No entanto, o grito de ordem dos trabalhadores e trabalhadoras rurais Sem Terra, “Sem reforma agrária não há democracia”²⁰ já denunciava resquícios da ditadura militar existente na sociedade combatendo a luta dos Sem Terra que através das ocupações anunciavam a necessidade da reforma agrária no país para que de fato a democracia pudesse se impor.

A persistência e coragem demonstradas nessas ocupações não apenas fortaleceram a luta pela terra em Minas Gerais, como também contribuíram para a territorialização do MST no estado. Conforme documentado por Fernandes (2000, p. 137), esse período histórico marcou um ponto de virada, onde a organização e mobilização de acampamentos rurais sem terra se consolidaram como força social e política dentro da luta pela reforma agrária na sociedade.

As estratégias de repressão, dominação, cooptação e criminalização são ações encadeadas a longo tempo na história. Neste período da década de 1980 o processo de repressão e criminalização dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, perpassou pela militarização da questão agrária e chegou ao ponto em que a polícia de Minas Gerais criou duas armas denominadas *Aruega* e *Sapezinho* com o objetivo de serem utilizadas em confrontos com as famílias Sem Terra. Sobre essas armas, Fernandes (2000), caracteriza que *Aruega* é uma haste de ferro de dois metros com duas pontas em “V”, que são utilizadas como garras para imobilizar a pessoa. O *sapezinho* é uma haste de madeira com uma corrente de um metro e meio e uma esfera de ferro na ponta, utilizada para arrebatrar foices e enxadas.

²⁰ Lema tirado no Primeiro Congresso Nacional do MST, em Cascavel, no estado do Paraná. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/84-86/>. Acesso 10 jul.2024.

A ocupação de terras pelo MST não se restringe apenas a um ato de reivindicação territorial, mas representa uma crítica profunda à estrutura agrária colonialista e racista que historicamente marginaliza e exclui camponeses e comunidades tradicionais, especialmente negras e indígenas. Por meio das ocupações, o movimento não apenas busca redistribuir a terra de maneira mais justa, mas também questiona e desafia as relações de poder e dominação que perpetuam a partir da concentração fundiária a desigualdade social no campo e na cidade, fazendo com que a questão agrária seja também uma questão social.

Este relato exemplifica uma história que se configura como uma práxis emancipatória, contrastando e enfrentando a práxis hegemônica predominante. Ao longo de seus 40 anos de existência, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem se destacado como um movimento social e político orientado a partir da luta pela terra, pela reforma agrária e pela transformação social. Central na sua atuação está o desafio direto de enfrentamento aos processos de expropriação tanto da terra quanto das pessoas que nela trabalham, destacando-se a práxis da ocupação como um elemento essencial desde os primeiros momentos de sua formação.

Nos primeiros meses após a ocupação, as 300 famílias permaneceram acampadas na Fazenda Aruega. O sonho da terra parecia mais próximo, e as famílias foram compreendendo que esta é uma luta em construção permanente, havia ainda um longo caminho pela frente, a prática da solidariedade e da unidade coletiva foram elementos constantes na construção da luta.

Assim seguia mais uma etapa na conquista do assentamento, fase decisiva e difícil, escola para aqueles camponeses que passavam a constituir uma nova identidade. Os acampados na Fazenda Aruega passaram a ser sujeitos da reforma agrária dando continuidade ao processo de construção do sujeito coletivo engajado no movimento (Carvalho, 2000). Compreendemos esse processo de construção de uma identidade, a identidade Sem Terra, construída a partir da luta se fazendo práxis emancipatória, por isso mesmo, a experiência no acampamento é uma memória muito viva para as pessoas.

O acampamento é um espaço de luta e resistência, do ponto de vista físico é o local onde são construídos os vários barracos de lona, em Aruega, constituindo uma agrovila, essa forma de organizar deu vida e sentido ao acampamento que também era o local de organização da resistência, das festas, celebrações e da luta pela reforma agrária (Carvalho, 2000). Também, no Dicionário da educação do

campo (2012), caracteriza-se o acampamento como uma manifestação permanente para pressionar os governos na realização da reforma agrária.

A materialização de uma ação coletiva que torna pública a intencionalidade de reivindicar o direito à terra para produção e moradia. Estar no acampamento é resultado de decisões difíceis tomadas com bases nos desejos e interesses de quem quer transformar a realidade. Todavia, decidir pelo acampamento é optar pela luta e resistência. É preciso lidar com o medo: ir ou ficar? O medo de não dar certo, da violência dos jagunços e muitas vezes da polícia (Fernandes, 2012, p. 21).

Na fazenda Aruega as famílias conseguiram resistir até a conquista efetiva do assentamento. Foram assentadas 25 famílias no ano de 1992. Passados 36 anos de assentamento, residem atualmente na comunidade cerca de 42 famílias, 106 pessoas, e, em média 70 pessoas que são os filhos, filhas, netos e netas dos assentados migraram para outras cidades.

Figura 4 – Assentamento Aruega, 2024



Fonte: Gilliard Colt, 2024.

A imagem mostra uma comunidade, resultante de uma trajetória de lutas, resistências e conquistas. Olhando para esta fotografia podemos refletir sobre a noção de quilombar. Quilombar na perspectiva da existência de diferentes formas de quilombos. Esse, portanto, é o nosso quilombo, é a nossa comunidade, o nosso assentamento, espaço de expressão da nossa liberdade, um lugar bom de se viver.

Nesse sentido, a práxis emancipatória do MST não se dissocia da realidade social mais ampla do Brasil, e está intrinsecamente vinculada à luta negra e indígena. Ela representa uma forma de resistência e construção de alternativas ao modelo agrícola dominante, baseado na monocultura, no latifúndio e na destruição desenfreada dos bens comuns. Os sujeitos desse território cultivam lutas, práticas, conhecimentos ancestrais.

Poderíamos continuar descrevendo um longo percurso histórico do MST no estado de Minas Gerais, compreendendo as formas de lutas e o destino das famílias após a ocupação da fazenda Aruega, compondo este movimento social na forma como existe na atualidade brasileira. Importante ressaltar que se trata de uma trajetória de lutas praticada e apreendida desde a resistência negra e indígena ao modelo colonialista. Neste sentido, reminiscências de práticas quilombolas e indígenas encontram-se vivas neste território.

O movimento atualmente encontra-se territorializado em 9 regionais (Vale do Mucuri, Vale do Jequitinhonha, Vale do Rio Doce, Norte de Minas, Sul de Minas, Zona da Mata, Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e região metropolitana de Belo Horizonte). No caso da regional do Vale do Mucuri, os assentamentos Aruega e Nova Vida, mesmo estando localizados na região do Médio Jequitinhonha, compõem pela organicidade do MST a regional Vale do Mucuri, devido à proximidade das áreas com outros municípios do Vale do Mucuri, como é o caso da aproximação com Teófilo Otoni, cidade pólo do Vale do Mucuri, esta também é uma forma de facilitar a organização interna do MST. Assim, atualmente a regional do Vale do Mucuri é composta por cinco áreas: assentamentos Nova Vida e Aruega no município de Novo Cruzeiro, assentamento Santa Rosa, município de Itaipé, assentamento Esperança do Vale no município de Machacalis e assentamento Mãe Esperança, município de Teófilo Otoni. Até o ano de 2017 as áreas dos Vales Mucuri e Jequitinhonha compunham uma única regional denominada Rosinha Maxakali²¹.

O mapa abaixo localiza os assentamentos do MST na regional do Vale do Mucuri, conforme a organicidade do movimento.

Figura 5 – Mapa de localização dos assentamentos que compõe a regional Vale do Mucuri, MST - MG

²¹ Rosinha Maxakali foi uma mulher indígena pertencente ao povo Maxakali, na região de Águas Formosas em Minas Gerais, uma das referências junto às mulheres na luta contra a expulsão de suas terras.



Fonte: Elaborado por José Salvaterra, Projeto mulheres em resistência (2023).

2.4 A luta continua! O assentamento Nova Vida, uma caminhada de 22 anos

A frase que inicia o título deste item “*A luta continua!*” É evocada de forma recorrente em tons de cumprimentos pelo Senhor Sílvio da Lajinha, do município de Teófilo Otoni, uma personalidade histórica, figura poética, “*peessoa poesia*”, sempre presente na luta pela terra no Vale do Mucuri. Com esta perspectiva da continuidade da luta, tratamos sobre a ocupação da Fazenda Gravatá, município de Novo Cruzeiro, realizada no dia 14 de abril do ano 2002, o acampamento denominado Nova Vida foi construído durante a Jornada Nacional de lutas pela reforma agrária.

Chama ancestral

Sem Terra quando ocupa acende a fogueira
 Invocam gritos de liberdade
 Lembram a luta de Palmares
 Se tornam chamas
 Aquecem nas madrugadas frias
 Fazem reuniões ao pé do fogo
 Reacendem outras fogueiras
 Alumando as noites
 Quando o dia amanhece plantam as sementes
 Acolhe a tempestade
 Levam a dialética até o fim
 Pois essa é uma chama ancestral
 (Elaboração própria)

Outras lutas de ocupações de terra foram realizadas na região a partir dos anos 2001, como parte de uma estratégia de retorno às regiões dos Vales do Mucuri e Jequitinhonha²².

Sendo que este retorno se deu no ano de 2001 com os acampamentos Esperança do Vale, município de Machacalis e o acampamento Franco Duarte, município de Jequitinhonha. Em 2002, além do acampamento Nova Vida, foi realizada a ocupação da Fazenda Iracema, onde atualmente é o assentamento Jerusalém, no município de Rubim, e, a ocupação da Fazenda Nova Alegria, município de Felisburgo, que ficou nacionalmente conhecida pelo Massacre de Felisburgo²³, o violento crime cometido contra mais de 200 famílias acampadas, onde foram assassinadas 5 pessoas pelo grileiro de terras Adriano Chafik, acompanhado por 15 pistoleiros. Em 2003 foi realizada uma ocupação no município de Palmópolis que foi despejada; 2004 foi a ocupação na fazenda Marobá, município de Almenara, acampamento 16 de abril, nesta ocupação a luta possibilitou o reconhecimento da terra como área quilombola (Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, 2018).

No ano de 2006 o MST expandiu para o município de Salto da Divisa, atual assentamento Dom Luciano Mendes, e em 2012 retornou ao município de Novo Cruzeiro com a ocupação da Fazenda São José, também conhecida como Sul América, acampamento Don Enzo, foi despejado no ano seguinte. Algumas dessas ocupações sofreram despejos devido ao descaso das entidades responsáveis pela reforma agrária impossibilitando a desapropriação das fazendas para a realização do assentamento das famílias nas terras ocupadas.

Reconhecer os elos históricos de lutas do passado-presente, e, mesmo se tratando de curtos períodos, como estamos demarcando neste item, a relação entre as lutas de ocupação da Fazenda Aruega, e a Fazenda Gravatá, atual assentamento

²² Na organização geopolítica do MST, o Vale do Mucuri pertenceu até o ano 2018 à mesma Grande Região dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, e tinha o nome de Regional Rosinha Maxakali. Logo, a dimensão territorial desta Regional é muito grande o que demandavam muitas estruturas humanas, físicas e financeiras para o acompanhamento das áreas por parte do movimento, sendo atualmente, dividida, funcionando como duas regionais distintas (Mucuri e Jequitinhonha), sendo que, os assentamentos Nova Vida, Aruega (Novo Cruzeiro), Santa Rosa (Itaipé), Esperança do Vale (Machacalis), Mãe Esperança (Teófilo Otoni) compõem a regional Vale do Mucuri.

²³ Outras informações sobre o Massacre de Felisburgo. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/11/20/massacre-de-felisburgo-completa-16-anos/#:~:text=A%20Fazenda%20Nova%20Alegria%20foi,que%20n%C3%A3o%20cumpram%20fun%C3%A7%C3%A3o%20social>. Acesso em 20 nov.2023.

Nova Vida, são reflexões que nos mostram a sobreposição de gerações compondo territorialidades em disputa, construções em processo dentro da construção da reforma agrária popular, em detrimento da realidade histórica e do espaço geográfico demarcado racialmente.

Conforme relatório sobre “A luta do MST no Baixo Vale do Jequitinhonha”, elaborado por Antoniel Assis de Oliveira, dirigente do MST (2015), constata-se a existência das condições objetivas para levar a luta pela terra a todos os municípios, considerando a realidade de muitas famílias sobreviverem nas cidades em condições precárias, e a permanência de muitos latifundiários improdutivos, que na maioria dos casos são ‘usados’ (quando são) para a pecuária extensiva, onde não geram empregos.

As famílias que moram atualmente no assentamento denominado Nova Vida, residiam em arredores das fazendas próximas do município, outras vieram de Itaipé, e também têm aquelas que são filhos e filhas do assentamento Aruega, jovens que constituíram famílias e decidiram continuar a luta pela terra e pela reforma agrária. “Uma geração de jovens viu uma luta ser vitoriosa”, essa foi a fala de um professor da cidade de Novo Cruzeiro, andando pela comunidade Nova Vida, no ano de 2015, após os resultados de desapropriação da terra (fazenda Gravatá). A frase dita pelo professor, expressa o sentido da práxis da ocupação conforme organizada pelo MST, ganhando materialidade a partir da realidade concreta. Ou seja, a formação de uma consciência crítica da necessidade da construção da reforma agrária popular, se dá de modo prático-crítico à medida em que a luta pela terra questiona a estrutura agrária brasileira, essa forma de luta e atuação compõe a pedagogia do movimento. É também a história se fazendo práxis emancipatória a partir dos sujeitos Sem Terra, pois, as lutas pela terra neste território demarcam um acerto de contas com o passado-presente, como parte de uma luta constante.

É uma luta constante porque ela compõe aquela perspectiva do “começo, meio, começo”, conforme vimos analisando, sob a lente da questão étnico-racial, de um movimentar criando uma consciência da importância da transformação a partir da história sendo construída nas condições da realidade.

Refletir sobre a territorialidade camponesa, negra e indígena a partir da experiência no assentamento Nova Vida, município de Novo Cruzeiro, sob um olhar vinculado à questão étnico-racial, tem como objetivo, compreender essa experiência, e refletir sobre o que a mesma aponta como possibilidades e como desafios para uma outra forma societária dialógica com os objetivos do Movimento dos

Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), dentro do território diverso que é o estado de Minas Gerais.

A existência do assentamento Nova Vida tem uma importância territorial para o município e a região, ao ter se constituído como um assentamento da reforma agrária, do ponto de vista simbólico, pedagógico da luta, mas, também em âmbito social, econômico e cultural, gerando oportunidade de trabalho na terra com a diversidade na produção de alimentos e a possibilidade da vivência comunitária. O caminho percorrido até aqui permitiu a superação da fome. Um povo conquistou o seu respeito, essas mudanças são diagnosticadas na região e revela uma experiência de resistência no território que é parte de uma luta permanente.

No entanto, também convivem com o dilema da migração, uma realidade muito presente, principalmente na vida da juventude do assentamento, que enfrenta as condições do trabalho refúgio, problema estrutural envolvendo o modelo de desenvolvimento que afeta o município de Novo Cruzeiro e toda região do Vale do Jequitinhonha e Mucuri.

Esse contexto deve ser compreendido dentro dessa história envolvendo o chamada campesinato negro, composto no bojo das relações raciais, sob a ótica do capitalismo dependente, de desenvolvimento desigual e combinado, explicitando a problemática sobre a integração dos povos negros na economia, considerando que a maioria da população, praticamente, não alcançou a situação de força de trabalho relacionada ao capitalismo industrial competitivo, configurando em uma condição marginal, no desemprego aberto, ocupação 'refúgio' em serviços puros, trabalho ocasional ou por temporada, ocupação intermitente (Gonzalez, 2020, p. 32).

As famílias que decidiram por ocupar os latifúndios no município ou na região conforme já destacamos, são desta parcela da sociedade brasileira que ficaram na condição de não incluídos no mercado de trabalho. Povos negros e indígenas em sua maioria, se encontrando na categoria de camponeses, posseiros, meeiros, migrantes "bóias-frias", trabalhadores rurais, povos do campo. O caso do assentamento Nova Vida como queremos demonstrar, se insere no bojo dessas relações raciais e sociais de superexploração, assim, temos modos de resistência, e mais do que resistência, a subversão organizada desde a práxis da ocupação, conforme viemos compreendendo no MST.

Sob a lente da questão étnico racial que intenciona no caminhar da luta pela reforma agrária popular identificamos o aprendizado histórico com as mulheres Sem Terra e a Via Campesina, a partir da experiência que colocou uma cunha importante

nesta dimensão da luta, pois, o capitalismo, como vimos, se configura como uma formação sistêmica que unifica todas as opressões e formas de dominação contra a classe trabalhadora, sejam elas racializadas e/ou generificadas.

Neste sentido, *“Mulheres Sem Terra! a dimensão negra na territorialidade que nos compõe”*, é o título do próximo item, dedicado em analisar o papel das mulheres no cunhar de uma práxis na luta pela emancipação. São mulheres do campo e da cidade em luta de classes, que em meio ao racismo e o sexismo, desafiam as relações de poder e as estruturas do capital.

Tecendo resistências

Com as mesmas mãos de arrancar plantações transgênicas
 Com as mesmas mãos de plantar e colher
 Com as mesmas mãos de quebrar os cadeados dos latifúndios
 Com as mesmas mãos que lutam contra todas as formas da fome
 Fome de comida e de beleza
 Te tecemos!
 Oh luta! Contra a estrutura racista e patriarcal do capital.
 (Elaboração própria)

2.5 Mulheres Sem Terra! a dimensão negra na territorialidade que nos compõe

Durante os processos de resistência ao despejo no acampamento, dona Maria José Martins gritava alto para os policiais ouvirem: “nós estamos vivendo como diz a música, em tempo de guerra sem poder sonhar.” O canto da terra sagrada de Paulo Amorim, se transformou em uma espécie de hino para as famílias no assentamento Nova Vida, foram 13 liminares de reintegração de posse vencidas representando uma vitória árdua conquistada com resistência e solidariedade entre as famílias e junto à articulação do MST com a sociedade de Novo Cruzeiro e região.

Na ocupação da fazenda Aruega, o protagonismo das mulheres não foi diferente, elas posicionaram seus corpos à frente, junto com seus filhos e filhas, como barricadas contra a polícia, enquanto os homens protegiam a retaguarda, ou seja, em uma ação de resistência, mulheres e crianças à frente se posicionavam conscientes para amortecer o golpe revelador da manutenção das cercas do escravismo colonial e seus pares violentos, apresentados no confronto direto. Obviamente havia muito pouco tempo para ter medo, muita coragem nos olhos e necessidade de futuro, como diz a canção escrita por Ezter Liu & Ceumar “Você não imagina a coragem do meu coração arisco, eu olho nos olhos da fera, não tenho

medo, nem pisco”²⁴. Essa estratégia exemplifica a coragem e a determinação necessária para enfrentar o confronto direto contra as desigualdades estruturais. Mais do que uma nova fase, o confronto revela históricos processos de resistências que ecoam dos corpos desses homens e mulheres na forma de luta pelo direito à vida.

Também não poderia falar do protagonismo das mulheres, nesta dimensão de territorialidade negra e indígena no Vale do Jequitinhonha sem lembrar de Cidona, mulher negra, de muito axé, força revolucionária nas duras lutas desde o assentamento Franco Duarte, município de Jequitinhonha. A sua história simboliza um marco na re-existência da luta camponesa na região e no estado de Minas Gerais. *“Pesada Cidona, seria a luta, sem tua alegria. Dançar, sem tua voz. Acordar, sem tua poesia. Marchar, sem teu ânimo. O cotidiano sem tua toda disposição. O feminismo, sem tua síntese”*.²⁵

Desse lugar de mulher negra, pesquisadora militante, historiadora e parte da organização MST, que com a sua pedagogia leva sempre os sujeitos a um processo de consciência sobre o mundo, das relações que estabelecemos e da necessidade de transformá-lo, refletimos sobre a capacidade de mobilização popular, esse traço dado pela grande massa de trabalhadoras e trabalhadores quando se colocam em movimento, e que pode ser percebido neste campo vivo e em movimento que compõe a dimensão da luta social, se constituindo em processo.

Mergulhar, pois, no objeto desta pesquisa, compreender o papel das mulheres negras, tem sido uma maneira de captar sobre essa práxis da emancipação realizada pelas mulheres, a ênfase na questão racial e de gênero tão devidas à essas dimensões da realidade. Pois, não existe, uma luta contra o patriarcado, contra o racismo, e contra o capitalismo, em abstrato, conforme discute Zibechi (2022, p. 19) em “Territórios em rebeldia”. Essas são batalhas cotidianas que se manifestam nas experiências reais das mulheres dentro e fora do MST.

Ao revisitar as obras de Carolina Maria de Jesus (2014), Lélia Gonzalez (1998), Beatriz Nascimento (1985) e Conceição Evaristo (2020), mergulhamos em

²⁴ Essa música, costumamos utilizar nas místicas. E durante uma roda de conversa, em um seminário entre as mulheres do assentamento Aruega, elas contaram, a partir de uma metodologia denominada “rio do tempo” sobre a resistência na ocupação da fazenda Aruega. Elas contam com uma verdade nos olhos que revela essa coragem de um “coração arisco” e que *olha nos olhos da fera*, anunciando seu papel na resistência.

²⁵ Poesia escrita por Débora Antoniazzi Del Guerra no ano 2014, para Cidona. Título: “Voa, querida voa. E no que pudermos viva! Disponível em: <https://mst.org.br/2014/06/30/voem-queridas-voem-somos-muitos-que-te-agradecem/>. Acesso em 15 dez.2024

narrativas que não apenas ecoam suas próprias vivências, experimentamos narrativas, leituras que falam de nós, ampliando a nossa compreensão das lutas e resistências negras em realidades diversas: nos “becos da memória”, nos arredores das fazendas, nas casas de pau-a-pique ou nos barracos de lona, nos quartos de despejos nas favelas, nos quilombos e nos assentamentos. Essas histórias não apenas afirmam a nossa amefricanidade, mas também desafiam a narrativa dominante ao expressar as experiências historicamente marginalizadas, porém constituídas com lutas e resistências.

Analisando a situação das mulheres negras da classe trabalhadora, destacamos como o desemprego e subemprego afetam de maneira desproporcional essa população. No Brasil, observamos que os níveis mais baixos de participação na força de trabalho recaem majoritariamente sobre mulheres e pessoas negras, refletindo um sistema que perpetua o racismo e o sexismo estruturalmente. Essa realidade exige uma abordagem crítica que reconheça e enfrente as interseções complexas de raça, gênero e classe na reprodução das desigualdades sociais. Ancorada no escravismo colonial, a divisão sexual do trabalho é também uma divisão racial do trabalho.

Este texto, também expressa as experiências individuais e coletivas das pessoas negras no Brasil, mas também convoca à ação pela transformação estrutural. Expor essas histórias é essencial para dismantelar as estruturas de poder que perpetuam as desigualdades sociais históricas, e assim, fortalecer a construção de uma nova sociedade.

A existência de uma reserva de força de trabalho desempregada e parcialmente empregada é uma característica inerente à sociedade capitalista, criada e reproduzida diretamente pela própria acumulação do capital, a que Marx chamou exército de reserva do trabalho ou exército industrial de reserva. (...) Quaisquer que fossem suas fronteiras históricas, o sistema capitalista sempre criou e manteve um exército industrial de reserva. O capitalismo moderno expandiu-se por todo o mundo, e o mesmo acontece com o seu exército industrial de reserva. As massas famintas do Terceiro Mundo, a importação e subsequente expulsão de “trabalhadores imigrados” pelos países industrializados e a fuga do capital para as regiões onde são baixos os salários são simplesmente manifestações desse fato (Dicionário marxista, 2012, p. 234).

A relação passado-presente, marcada pelas experiências de escravidão, feminicídio, estupro e manipulação sexual das mulheres negras, continua a reverberar na sociedade contemporânea, ativando gatilhos de preconceitos e perpetuando mitos prejudiciais sobre essa parcela da população. Lélia Gonzalez (2020), em sua obra, *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções*

e *diálogos*, destaca como essas históricas formas de violência têm profundas repercussões no cotidiano das mulheres negras hoje.

A condição da mulher negra na sociedade brasileira é encontrada em uma posição de extrema vulnerabilidade. Os estereótipos enraizados pelo racismo e pelo sexismo não apenas limitam suas oportunidades, mas também as colocam em um patamar de maior opressão social-racial, sendo negra e mulher no Brasil, significa ser objeto de tripla discriminação, de classe, raça e gênero, colocando-as em nível mais alto de opressão, dificultando significativamente suas perspectivas de vida e desenvolvimento pessoal e social.

Enquanto mucama, cabia-lhe a tarefa de manter, em todos os níveis, o bom andamento da casa-grande: lavar, passar, cozinhar, fiar tecer, costurar e amamentar as crianças nascidas do “ventre livre” das sinhazinhas. E isso sem contar com as investidas sexuais do senhor branco que, muitas vezes, convidava parentes mais jovens para se iniciarem sexualmente com as mucamas mais atraentes. Desnecessário dizer o quanto eram objeto de ciúme rancoroso da senhora. Após o trabalho pesado na casa-grande, cabia-lhes também o cuidado dos próprios filhos, além da assistência aos companheiros chegados das plantações, engenhos etc. quase mortos de fome e de cansaço (González, 2020, p. 53).

É fundamental aprofundar a reflexão sobre as estratégias que as mulheres negras desenvolvem para não apenas sobreviver, mas também para resistir em um contexto social profundamente marcado pelo capitalismo, o patriarcado, e pelo racismo estrutural. Lélia Gonzalez (2020) nos convida a compreender que nossa realidade histórica como mulheres negras e também ameríndias no Brasil é moldada por uma série de violências, desafios e adversidades, para a autora essa realidade histórica não apenas nos define, mas também nos impulsiona a adotar estratégias de resistência que são tanto individuais quanto coletivas.

No enfrentamento cotidiano às opressões, as mulheres camponesas, negras, indígenas, têm desenvolvido formas de resistência que vão desde práticas culturais e religiosas ancestrais até a organização política e comunitária. Essas estratégias não apenas preservam e fortalecem a identidade cultural afro-brasileira, mas também desafiam as estruturas de poder que perpetuam a marginalização e a desigualdade. Ao reivindicar seus espaços, suas vozes e suas histórias, as mulheres negras desconstróem estereótipos e reafirmam sua humanidade plena, resistindo à tentativa constante de invisibilização e subordinação.

Além disso, é essencial reconhecer que as estratégias de sobrevivência e resistência das mulheres negras dialogam com uma sabedoria ancestral negra, ajustando-se às condições sempre mutáveis de sua realidade social e econômica.

Elas enfrentam não apenas a discriminação racial e de gênero, mas também desafios estruturais como o desemprego, a violência e a falta de acesso a serviços básicos de saúde e educação. Nesse contexto, as estratégias de resistência não se limitam ao enfrentamento direto das injustiças, mas também à construção de redes de apoio mútuo e solidariedade entre as comunidades negras.

Assim, ao refletir sobre as estratégias de sobrevivência e resistência das mulheres negras no Brasil, somos chamados a reconhecer não apenas suas lutas históricas, mas também a vitalidade de suas contribuições para a transformação das estruturas opressoras de dominação de raça, gênero e classe. Essas estratégias não são apenas formas de enfrentamento, mas também expressões de uma luta contínua por relações humanas transformadas, pelo reconhecimento e pela liberdade plena de ser e existir.

A exploração de classe e a discriminação racial constituem as referências básica da luta comum de homens e mulheres pertencentes a um grupo étnico subordinado. A experiência histórica da escravidão negra, por exemplo, foi terrível e sofridamente vivida por homens e mulheres, sejam crianças, adultos ou idosos. E foi dentro da comunidade escrava que se desenvolveram formas político-culturais de resistência que hoje nos permitem continuar uma luta plurissecular pela libertação. O mesmo reflexo é válido para as comunidades indígenas. Por tudo isso, nossa presença nos movimentos étnicos é bastante visível; lá nós, amefricanas e ameríndias, temos participação ativa e, em muitos casos, somos protagonistas (Gonzalez, 2020, p. 13).

Gonzalez (2020) destaca o papel importante das mulheres negras, especialmente durante o período da escravidão, ao revelar como suas práticas cotidianas e valores influenciaram profundamente a estrutura psíquica da sociedade brasileira. Essas mulheres, conhecidas como "mães pretas", desempenharam um papel fundamental na transmissão de valores culturais africanos e na subversão das normas impostas pelo sistema escravocrata. A existência da "mãe preta" constitui-se em elementos de africanização e subversão por meio da cultura e da linguagem a partir do trabalho que realizavam de cuidados e reprodução social. E na condição de "escravas do eito", elas não apenas preservavam suas próprias tradições culturais, mas também agiam como agentes de resistência, estimulando companheiros escravizados à fuga ou à revolta contra seus opressores. Em momentos extremos, muitas optavam pelo suicídio para que o filho trazido no ventre estivesse protegido do destino cruel que lhes aguardava.

González (2020) também compreende que um novo feminismo está sendo construído, dentre os desafios, mas, reconhecendo e enfrentando de maneira explícita o racismo estrutural. Este feminismo não apenas derruba barreiras e quebra silêncios, mas também constrói solidariedade entre diferentes grupos de mulheres, enfrentando as contradições dentro da luta contra o racismo e o patriarcado. Sob uma perspectiva anti-imperialista e do feminismo negro, esse movimento busca não apenas a igualdade formal, mas uma transformação radical das estruturas sociais que perpetuam a opressão.

No Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o feminismo popular e camponês dialoga diretamente com as realidades das mulheres camponesas, negras, sem-terra, quilombolas, indígenas e outras, tanto do campo quanto da cidade. O ano de 2006 marcou um ponto importante, evidenciando o protagonismo das mulheres dentro do MST e da Via Campesina. Ações como as Jornadas de Lutas do “08 de março” destacaram-se como momentos de confronto direto com interesses transnacionais e a reafirmação do feminismo enquanto parte da luta contra o capital, em defesa dos bens comuns, da reforma agrária popular, dos direitos e da justiça social. Essas ações não apenas questionam as estruturas de poder existentes, explicitam o papel das mulheres na luta de classes, fortalece a luta social pela emancipação humana, que ressoa além das fronteiras do movimento, demarcam uma práxis.

A práxis dessas mulheres evidencia um elevado grau da sua consciência de classe que, a partir da dimensão de sua própria luta, potencializam o que nela possa haver de específico e trazem luz aos gravames irreversíveis das contradições que, de modo mais amplo, habita a relação atual do capital com o mundo do trabalho. Além de pôr em xeque falácias da legalidade burguesa, expõe para que o mundo todo testemunhe a tragédia ambiental que o atual padrão de acumulação impõe ao Brasil, país meridional, estruturalmente destinado à condição de colonialidade e de periferia (Pinassi, 2010, p. 135).

Para aprofundar esse texto, podemos refletir mais sobre como as mulheres Sem Terra têm desafiado e questionado as estruturas de poder através de sua participação ativa na luta pela reforma agrária popular. Na experiência da luta impulsionada na ocupação da Fazenda Aruega, discutida anteriormente, as mulheres desempenharam um papel fundamental como lideranças e estrategistas na resistência contra a opressão. Ficavam frequentemente na linha de frente, junto

com as crianças, formando barricadas humanas contra a polícia e outros agentes de repressão, demonstrando coragem e determinação na defesa do território ocupado.

Ao longo das primeiras décadas dos anos 2000, o protagonismo feminista cresceu de maneira significativa dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) junto ao movimento de mulheres da Via Campesina. Esse período testemunhou não apenas a continuidade da prática radical de ocupação como uma marca distintiva da luta pela reforma agrária, mas também um aprofundamento da solidariedade e da organização entre as mulheres Sem Terra.

Pinassi (2010) destaca essa evolução, sublinhando como as mulheres Sem Terra não apenas desafiam as normas tradicionais de opressões de gênero no campo, mas também como sua resistência diante o sistema sócio metabólico do capital se tornou uma força inspiradora de enfrentamentos diretos ao capital, construindo uma práxis emancipatória. Esse protagonismo estratégico não apenas fortalece o movimento, mas também ressalta a importância de uma perspectiva feminista na luta pela transformação social.

Portanto, ao conectar passado e presente na trajetória das mulheres Sem Terra, podemos reconhecer não apenas sua práxis histórica, mas também sua capacidade contínua de inspirar e liderar lutas de base que desafiam o patriarcado materializado nas violências e exploração do trabalho.

Trata-se, pois, de um movimento amplo, crescente e muito articulado de mulheres trabalhadoras, acampadas, assentadas, camponesas, operárias, comerciantes, comerciárias, ambulantes, artistas, estudantes, mães, solteiras, casadas, hetero e homossexuais, africanas, indígenas, européias, orientais, católicas, protestantes, evangélicas, judias, espíritas, mães de santo. Todas mulheres, cuja perspectiva de classe potencializa seu poder de crítica e autocrítica, de desafiar os avanços absolutamente destrutivos do capital, de enfrentar os destacamentos do Estado e das milícias paramilitares, cuja cumplicidade vem comprovando a incompetência e os limites das instituições democrático-burguesas que só podem lhes prometer as ilusões do direito formal. Todas, mulheres que parecem dar um salto ontológico em direção à emancipação ao exigir a construção de uma sociabilidade que seja efetivamente capaz de realizar a *igualdade substantiva* (Pinassi, 2010, p. 135).

Trata-se, portanto, de um movimento composto por uma diversidade de mulheres que transgridem a ordem hegemônica vigente para unir forças na luta contra o modelo do capital e do patriarcado, e pela emancipação humana. Essas mulheres, conforme Pinassi, (2010) são trabalhadoras rurais acampadas e assentadas, camponesas, operárias, comerciantes, artistas, estudantes, mães,

solteiras, casadas, heterossexuais, homossexuais, africanas, indígenas, européias, orientais, de diversas religiões e crenças espirituais.

O poder crítico e autocrítico dessas mulheres, impulsionado por sua perspectiva de classe, fortalece sua capacidade de desafiar as estruturas opressivas do capitalismo de desenvolvimento desigual e dependente. Elas enfrentam não apenas as forças repressivas do Estado e milícias paramilitares, mas também questionam os limites das instituições democrático-burguesas, que muitas vezes oferecem apenas ilusões de direitos formais.

Pinassi (2010), destaca que essas mulheres estão não apenas resistindo, mas exigindo uma transformação profunda na sociabilidade, buscando uma igualdade substantiva que vá além da realização objetiva das questões econômicas e das estruturas que perpetuam desigualdades. Esse movimento representa um salto ontológico em direção à emancipação, desafiando e construindo novas formas de solidariedade e organização popular que são essenciais para uma sociedade transformada.

Sua luta, portanto, não parece ser contra os homens, mas contra as deformações patriarcais que todos (inclusive mulheres) carregam e reproduzem no movimento. Sua práxis ganha ainda mais radicalidade no confronto direto contra as transnacionais que reproduzem de forma explosiva a prática da monocultura e da destruição ambiental (2010, p. 135).

Assim, as ações dessas mulheres não apenas reivindicam seus direitos, mas evidenciam, por meio da práxis, um outro grau da sua consciência de classe que, a partir da dimensão de sua própria luta, potencializam o que nela possa haver de específico e traz luz aos gravames irreversíveis das contradições que, de modo mais amplo, habita a relação atual do capital com o mundo do trabalho. Além de pôr em xeque falácias da legalidade burguesa, expõe por meio da luta, para que o mundo todo testemunhe a tragédia ambiental que o atual padrão de acumulação impõe ao Brasil, estruturalmente destinado à condição de colonialidade e de periferia (Pinassi, 2010).

A ênfase nas questões raciais e de gênero é fundamental, pois essas relações com a realidade não apenas projetam a nossa ação perante as várias formas de desigualdades estruturais, nossos corpos são afetados por elas, movimentamos e sentimos as correntes que nos prendem, forçamos a resistência cotidiana contra as opressões sistêmicas, esta também é uma luta constante.

Não há uma luta em abstrato, é na concreção da vida cotidiana que as mulheres se posicionam contra o patriarcado, o racismo e o capitalismo Zibechi (2022), pelo contrário, é uma luta profundamente enraizada na experiência vivida, nas histórias pessoais e coletivas que moldam as estratégias de resistência e transformação social. Por se tratar de muitas vozes das quais emano e sou emanada, este texto é um exercício de escrevivência coletiva nos termos de Evaristo.

A coragem que anima meu coração arisco, que encara não sem medo os desafios e as adversidades, é compartilhada por muitas outras vozes mulheres dentro e fora do MST. É uma coragem que se ergue diante das feras do sistema, que desafia o patriarcado, o racismo e o capitalismo, e dá passos, por vezes poucos, ou lentos, e por vezes avançados na construção de uma sociabilidade humana com referência na igualdade substantiva.

Esta jornada como pesquisadora, observadora e participante ativa dentro do MST não apenas fortalece o compromisso de classe, mas também reafirma a importância de continuar a narrar, fortalecer, construir as ações de resistência, que nos exigem coragem, enfrentar o status quo e construir a práxis emancipatória.

Ao examinarmos profundamente essas experiências, reconhecemos não apenas o papel das mulheres, mas a sua capacidade de liderança e sua contribuição imprescindível para um movimento mais amplo que precisa dar saltos qualitativos na construção da reforma agrária popular.

No contexto desta luta, as mulheres Sem Terra, em especial as mulheres negras, desempenham um papel central e transformador na construção e defesa dos territórios. Lélia Gonzalez (2020) sublinha a importância desse protagonismo ao destacar que o protagonismo das mulheres negras nas lutas sociais não é apenas uma questão de representação, mas de práticas e de resistências concretas. Elas não apenas resistem às condições opressivas impostas pelo modelo agrário, mas também redefinem o espaço público através de suas lutas e construções.

Essas mulheres além de enfrentar o modelo socioeconômico e ambiental dominante, também articulam uma crítica contundente ao patriarcado e ao racismo estrutural que permeiam as relações de poder no campo. Suas estratégias incluem desde ocupações de terras até a organização de redes de solidariedade e apoio mútuo, demonstrando uma capacidade extraordinária de mobilização e de construção de alternativas ao modelo dominante de produção do agronegócio.

Ao examinar o protagonismo das mulheres Sem Terra, especialmente das mulheres negras, confirmamos não somente a prática radical das ocupações conforme realizadas no MST, mas também emergem narrativas de resistência que desafiam não apenas a exclusão territorial, mas também a marginalização social e política. Essas mulheres não apenas resistem, mas também reivindicam seu direito legítimo à terra e à dignidade, contribuindo assim para uma práxis ampla de transformação social.

Em suma, as ações das mulheres não se restringem ao enfrentamento das condições adversas no campo, mas provocam uma reflexão profunda sobre as interseções entre raça, gênero e classe na construção de um projeto de sociedade. Ao desafiar as estruturas de poder que perpetuam a desigualdade e a exclusão, essas mulheres não apenas defendem seus territórios físicos, mas também reivindicam seu lugar como protagonistas da transformação social. Suas práticas de resistência e solidariedade são fundamentais na construção de territórios livres de todas as formas de violências, elas impulsionam a luta pela emancipação humana.

O protagonismo das mulheres colocou uma cunha no processo emancipatório a partir da construção do feminismo popular e camponês. **Quando as mulheres avançam não só o machismo retrocede, mas toda a sociedade avança junto** (grifo nosso).

Esse avanço e a coragem das mulheres ganham vida nas palavras de Diva Lopes, que celebra a ousadia e a força das ações do 08 de março em seu poema "Às mulheres que ousam sonhar projetos". A poesia de Divina Lopes captura de forma tocante a essência da luta e da transformação que essas mulheres representam:

Às mulheres que ousam sonhar projetos

A forma suave da mais pura rebeldia traduz os traços deste Ser mulher.
 Desmedidamente ousada, inconfundivelmente capaz.
 transpira coragem, inspira unidade
 conspira coletivamente a construção de caminhos
 que rompem com a acomodação cotidiana.
 Março traz consigo o aroma incomparável dos dias de confronto.
 Das lutas, do campo, da camponesa
 (Aromas de março – Divina Lopes, poeta do MST).

3 A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIABILIDADE NA DIMENSÃO DO PRODUZIR E DO VIVER

O objetivo central deste capítulo é examinar como a perspectiva de comunidade, enquanto forma de organização social, pode se tornar a base de uma nova ordem social. Isso está alinhado com a ideia de integrar a produção e o viver, sugerindo uma sociedade onde essas práticas estejam profundamente interligadas e contribuem para o bem-estar coletivo. Ao destacar a agroecologia como um caminho para essa transição, enfatiza-se a importância de práticas sustentáveis e inclusivas que conectam a produção, especialmente agrícola, com a construção de novas formas de vida e sociabilidade.

Assim, verificamos como as existências e as experiências se contrapõem ou se adequam às estruturas a partir da forma de produção e reprodução material desses sujeitos, possibilitando pensar em como nos encontramos do ponto de vista das relações étnico-raciais no trilhar da luta pela emancipação, e o sentido em que essa construção em processo representa dentro do MST, mas, também na estrutura macro do capitalismo e do racismo estrutural.

A agroecologia, compreendida dentro do projeto político do MST objetiva através da reforma agrária popular, produzir alimentos saudáveis, de forma massiva, para atender as necessidades de todo o povo brasileiro; contribuir na recuperação e cuidado dos bens comuns da natureza, como a terra, sementes, biodiversidade, água, matas e florestas (MST, 2020, p. 2). Ao mesmo tempo trabalha uma cultura de resistência, como parte desta construção em processo no enfrentamento aos problemas estruturais da sociedade e na busca por um modo de vida saudável.

A produção massiva de alimentos é um aspecto essencial e prático na reforma agrária popular; sem a qual, a luta pela terra e a reforma agrária não se justificariam na sociedade. Nesse sentido, os assentamentos se organizam como unidades de produção, para além da totalidade que representam na dimensão de uma outra ontologia em que o trabalho seja verdadeiramente livre. Contudo, é importante destacar que não há produção sem a relação entre ser humano, natureza e o cosmos. Seguindo a perspectiva de Freire (1983), os assentamentos podem ser vistos como unidades pedagógicas na acepção ampla do termo.

Durante a pandemia da COVID-19, o problema da fome, a crise alimentar e a insegurança quanto à disponibilidade de alimentos, que desde antes, já eram

preocupações a serem enfrentadas em via de construção na reforma agrária popular, foram aprofundadas no MST a partir da dimensão da solidariedade. Desde o início da pandemia, o movimento esteve atento a essas dimensões denunciando o problema da fome e impulsionando diversas ações solidárias pelo país. Em vez de aglomerações, voltamos internamente para os acampamentos e assentamentos, que nos proporcionaram a possibilidade de manter as nossas conexões e continuar a trabalhar na terra. A compreensão coletiva dentro do MST foi contundente: era necessário produzir de forma massiva, pois, a solidariedade seria essencial para as pessoas das cidades, principalmente no contexto pandêmico.

Uma experiência pessoal que ilustra essa situação foi quando, durante a chamada “quarentena produtiva sem terra”, fomos à cidade para comprar as necessidades do mês. A fila no supermercado estava muito maior do que o habitual, com pessoas comprando até dois carrinhos cheios de alimentos e produtos. Nós, por outro lado, compramos apenas o essencial e muitas sementes, pois era preciso plantar. A horta no lote tornou-se uma parte significativa desse período de quarentena. A solidariedade e a produção interna nas comunidades nos protegeram de muitos problemas, incluindo o adoecimento mental, que foi acentuado durante aquele cenário pandêmico e o medo do vírus invisível, que causou tantas mortes. As famílias Sem Terra se mantiveram ocupadas, produzindo e organizando ações de doações de alimentos a partir de seus territórios, contribuindo assim para a construção da reforma agrária popular.

Este relato possui o intuito de explicitar o propósito do capítulo, que discute as dinâmicas produtivas como formas de resistência e reprodução social, integrando aspectos de sociabilidade. Obviamente nos deparamos com as questões, os entraves, no que diz respeito à nossa relação com as mercadorias, entretanto, trazemos apontamentos em uma perspectiva focada no projeto de realização da vida a partir da busca por uma autonomia, a segurança alimentar, a valorização da cultura e a escolha consciente dos alimentos. Nesse contexto, a vida campesina continua sendo uma referência importante. Como destaca Shanin (1983), o autoconsumo, a unidade produtiva e o trabalho são aspectos fundamentais do ethos campesino. E que serve como um modelo para entender essas práticas.

Como forma de refletir a partir do que compreendemos como reminiscências de quilombismo ou experiências de aquilombamentos em assentamentos rurais organizados pelo MST, refletimos sobre as dinâmicas produtivas como formas de

resistência da produção e reprodução social, instigando, conforme Basconi e Souza (2023), a construção de caminhos que compreendem o papel da agroecologia para um emergente processo histórico de transição para uma sociedade em que a forma comunidade seja hegemônica.

Neste contexto, este capítulo vai além de uma análise econômica tradicional, ao trabalhar as dinâmicas produtivas como verdadeiros espaços de resistência e transformação social. A proposta é refletirmos sobre uma nova forma de sociabilidade, na qual a resistência através da produção possibilite a partir das ações a crítica ao sistema capitalista hegemônico, ao mesmo tempo em que se constrói alternativas de relações humanas justas, solidárias para a reprodução social. Nesta perspectiva, no item seguinte, dialogamos com o significado do quilombismo enquanto uma referência, pois, além de se tratar da antiguidade do saber negro-africano, também compreendemos que da realidade da estratificação social, nasce a necessidade urgente do negro de defender a sua sobrevivência e de assegurar a sua existência de ser (Nascimento, 1980).

3.1 Reminiscências de quilombismo nas experiências de sociabilidade dos assentamentos rurais

Obviamente este é um assunto extenso e complexo cuja seriedade requer e merece a reflexão das pessoas interessadas numa revisão crítica das definições e julgamentos pejorativos que há séculos pesam sobre os povos negros-africanos. Um futuro melhor para o negro tanto exige uma nova realidade em termos de pão, moradia, saúde, trabalho, como requer um outro clima moral e espiritual de respeito às componentes mais sensíveis da personalidade negra expressas em sua religião, cultura, história, costumes, etc. (Nascimento, 1980, p. 252).

Baseamo-nos na memória, conforme Abdias do Nascimento (1980), resgatá-la significa resgatar a nós mesmos do esquecimento, do nada e da negação e reafirmarmos a nossa presença ativa na história. A memória, esta dimensão significativa da antiguidade afro-brasileira é um elemento central para essa análise. Dialogando com Beatriz Nascimento (1982), para quem o quilombo é a própria história, esta espacialidade emerge como resultado de ações permanentes dos sujeitos sociais, que se amalgama com o sentido de pertencimento, cujo vetor central é um modo de ser e viver, uma sociabilidade que, em tempos de crise, se manifesta com maior amplitude de luta.

Também destacamos alguns dos princípios e propósitos do quilombismo, a partir de Abdias do Nascimento (1980): Trata-se de um movimento político dos negros brasileiros, de inspiração nos quilombos e na República de Palmares, no século XVI, objetivando implantar um Estado Nacional Quilombista baseado em uma sociedade livre, justa, igualitária e soberana. A finalidade básica do Estado Nacional Quilombista é a de promover a felicidade do ser humano, acredita em uma economia de base comunitário-cooperativista; considera a terra, assim como todos os bens e instrumentos de produção de propriedade e uso coletivo; o trabalho não se define como forma de castigo, opressão ou exploração, mas, um direito, uma obrigação social e uma forma de libertação humana; a revolução quilombista é fundamentalmente antirracista, anticapitalista, antilatifundiária, antiimperialista e antineocolonialista. E assim, outros elementos envolvendo a questão ambiental, a educação, as crianças negras, as artes visando a construção de uma sociedade criativa, que estimula todas as potencialidades do ser humano e combate o embrutecimento das relações humanas integram o programa quilombista.

Ao tratarmos as reminiscências indígenas e de quilombismo nos assentamentos e acampamentos, também dialogamos com Martins (1981), sobre a história, que embora não se restrinja ao cotidiano encontra-se intrinsecamente ligada à memória, que vai além da recordação verbalizada. A memória de experiências sociais passadas, e dos antepassados se inscreve nos gestos, nos gostos, na audição, nos sotaques, no paladar e nos cheiros. Nesse contexto, os territórios dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, onde se constrói a reforma agrária popular, dialogam com uma realidade indígena e afrodescendente. Neste sentido a luta do MST a partir da luta pela terra e pela reforma agrária popular envolve o cultivo e a valorização dessa memória cultural e ancestral.

Os quilombos resultaram dessa busca vital das pessoas africanas escravizadas, no esforço de lutar pela sua liberdade e dignidade através da fuga do cativeiro e da organização de uma sociedade livre. A multiplicação dos quilombos fez deles um autêntico movimento amplo e permanente. Significou uma constante vivência das massas africanas, que se recusaram à submissão, à exploração e a violência do sistema escravista. Se estruturava em formas associativas (Nascimento, 1980).

Objetivamente, essa rede de associações, irmandades, confrarias, clubes, grêmios, terreiros, centros, tendas, afochês, escolas de samba, gafieiras foram e são os quilombos [...]. Tanto os permitidos quanto os “ilegais” foram

uma unidade, uma única afirmação humana, étnica e cultural, a um tempo integrando uma prática de libertação e assumindo o comando da própria história. A este complexo de significações, **a esta práxis afro-brasileira, eu denomino de quilombismo** (Nascimento, 1980, p. 255, grifo nosso).

Trabalhar, portanto, a partir de uma perspectiva étnico racial, tem sua importância desde a leitura que fazemos e o olhar que damos ao contar a nossa história. Abdias dialoga com Beatriz nascimento sobre a perspectiva de compreender como os quilombos exerceram um papel fundamental na consciência histórica dos negros. Neste sentido, a continuidade dessa consciência de luta político-social se estende por todos os Estados onde existe a população de origem africana (Nascimento, 1980).

Sobre essa consciência histórica resultante da luta social que refletimos a luta do MST, em Minas Gerais, que, por exemplo, encontra-se organizado em 8 regionais, cada uma com características distintas que refletem a diversidade histórica e cultural da região. A região metropolitana, por exemplo, se destaca por sua origem rural e pela presença dos quilombos urbanos. No sul de Minas Gerais, encontramos vários quilombos históricos, como Quilombo Campo Grande, Campos Gerais, Campos Floridos. Na Zona da Mata mineira, o assentamento Dênis Gonçalves, no município de Goianá, possui um cemitério indígena e carrega a história da colonização e dos chamados ciclos de desenvolvimento agrícola, incluindo a plantation. No Norte de Minas, a luta dos Sem Terra se entrelaça com a dos quilombolas, indígenas, geraizeiros, mateiros, ribeirinhos e outros povos das águas e das florestas. No Vale do Rio Doce, as lutas são semelhantes às dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, envolvendo camponeses, negros e indígenas. Esses exemplos nos ajudam a compreender a existência das lutas negra, indígena, camponesa e popular pela terra e pelo território.

Beatriz Nascimento (2021) compreende o quilombo como um contínuo histórico, uma ideia central também abordada no filme "Orí", de Raquel Gerber (1989), que documenta os movimentos negros brasileiros e destaca o quilombo e a diáspora como elementos centrais desse contínuo histórico. Ainda dialogando com Beatriz, Abdias também reflete:

O modelo quilombista vem atuando como ideia-força, energia que inspira modelos de organização dinâmica desde o século XV. Nessa dinâmica quase sempre heróica, o quilombismo está em constante reatualização, atendendo exigências do tempo histórico e situações do meio geográfico. Circunstância que impôs aos quilombos diferenças em suas formas organizativas. Porém no essencial se igualavam. Foram (e são), nas

palavras da historiadora Beatriz Nascimento, um local onde a liberdade era praticada, onde os laços étnicos e ancestrais eram revigorados (Nascimento 1980, p. 256).

Ao analisarmos o modo de vida, as práticas em geral, e das mulheres em particular, nas dinâmicas produtivas como formas de resistência, somos levadas a refletir sobre como essas práticas dialogam com reminiscências do quilombismo nos assentamentos rurais, nos fazendo pensar sobre a relação entre as dinâmicas produtivas, as formas de sociabilidade, e em como elas representam uma relação ancestral e de continuidade das lutas históricas do quilombismo. Como essas dimensões refletem as lutas raciais, de gênero e classe na construção da reforma agrária popular, ou, como enfatizado no primeiro capítulo, dentro de uma leitura crítica da formação social e racial do Brasil?

O objetivo não é retornar a um passado de forma essencialista, mas refletir sobre a nossa relação com a terra e a natureza. A partir dessa perspectiva, identificamos como algumas dinâmicas produtivas e formas de sociabilidade nas atuais práticas de assentamentos rurais podem dialogar com experiências e valores remanescentes e originários dos povos indígenas.

Essas práticas vão muito além de garantir a sobrevivência; elas nutrem uma identidade coletiva que é parte da memória e da cultura dos povos quilombolas e indígenas. A autonomia surge na forma de cuidar da terra com as próprias mãos, resistindo às pressões externas que tentam moldar seus caminhos. A construção da soberania alimentar e a escolha do alimento vem dessa relação íntima com o solo, onde a preocupação não é apenas com o lucro, mas com a continuidade de um modo de vida, por isso, é tão evidente, por exemplo, o cultivo de uma diversidade produtiva nos assentamentos e acampamentos. A existência desta cultura é visível em cada gesto, em cada celebração, na transmissão dos saberes que atravessam gerações, preservando a memória e a história dos antepassados.

Nos assentamentos, essas práticas não são apenas formas de sobrevivência, mas também de resistência e reafirmação de uma cultura que se recusa a ser apagada. São espaços onde o legado do quilombismo não só sobrevive, mas se reinventa, fortalecendo as lutas atuais por terra, dignidade e justiça social. Cada colheita, cada encontro comunitário, cada ritual de passagem é um testemunho vivo de que a resistência não é apenas uma lembrança do passado, mas uma prática cotidiana de vida e de esperança²⁶.

²⁶ Compreensão Freireana, esperança do verbo esperar. Não há anúncio sem denúncia, assim como toda denúncia gera anúncio. Sem este, a esperança é impossível. Mas, numa autenticamente

3.2 O cotidiano e o popular dos assentamentos Aruega e Nova Vida, município de Novo Cruzeiro - Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais

O cotidiano emerge como elemento estrutural, conforme discutido por Martins (2010), não apenas no contexto material, mas também nas mentalidades e na cultura, refletindo-se em várias escalas sociais e geográficas. Também Ernesto Chê Guevara (1959), explicita que “[...] quando o extraordinário se torna cotidiano é a revolução”. Neste sentido, trabalhamos com algumas imagens e histórias compartilhadas, enfatizando elementos de sociabilidade inscritos nas trajetórias dos assentamentos Aruega e Nova Vida, e que também evidenciam a continuidade da resistência presente na consciência coletiva nesses territórios.

Como reforçado nos itens anteriores deste trabalho, perante a história oficial de negações, afirmou-se por meio da violência uma sociedade escravocrata, colonialista e racista, significando a vitória da civilização e da modernidade sob os nossos corpos, a nossa mentalidade e cultura.

Por outro lado, há resistências cotidianas, conforme vimos identificando. Visitar as pessoas é uma cultura ainda presente nas comunidades, a visita envolve uma forma de afeto, cuidado e como mencionei na introdução tem acontecido algumas serendipidades, como disse Ana Maria Gonçalves (2006), em seu livro “Um defeito de cor”, assim no decorrer dessa pesquisa, circunstâncias agradáveis, tem acontecido de forma constante, a visita do Senhor Walter Pinheiro em nossa casa nos sábados após a feira, ou nos domingos pelas manhãs, aproveitamos para conversar, e ele me permitiu, ser inspiração neste trabalho no refletir de muitas histórias, conflitos como parte do vivido.

Essas interações nos fazem pensar na força da comunidade enquanto forma de organização social. Nessas visitas e encontros, vejo a comunidade como a base de uma nova ordem social, onde as relações humanas se tornam centrais para uma vida coletiva. Essa visão está profundamente alinhada com a ideia de integrar a produção com o viver, sugerindo uma sociedade onde essas práticas estão interligadas de maneira orgânica, contribuindo para um modo de vida em que

utópica, não há como falar em esperança se os braços se cruzam e passivamente se espera. Na verdade, quem espera na pura espera vive um tempo de espera vã. A espera só tem sentido quando, cheios de esperança, lutamos para concretizar o futuro (Freire, 1981, p. 48).

possamos experimentar uma outra relação humana. Assim, também acredita (hooks, 2017, p. 69) “ [...] que a revolução começa justamente na revolução da vida cotidiana”.

Trata-se também de um interesse pela memória, e sobre a lente da questão racial identificamos no cotidiano a história vivida envolvendo os sujeitos e a sua territorialidade dentro de uma experiência baseada na construção da reforma agrária popular. Nesta memória há muito o que considerar, a imagem abaixo, nos permite por exemplo, compreender que “os nossos passos vêm de longe” (Werneck, 2010), essa ideia nos remete à historicidade de vida que nos compõe.

Figura 6: O senhor Walter Pinheiro Gonçalves observa a imagem de uma família Sem Terra da Fazenda Aruega (1988), durante a exposição “Nossa História” realizada no assentamento Nova Vida, ano 2021.



Fonte: Arquivo da Biblioteca Comunitária Mafalda - Assentamento Nova Vida, Novo Cruzeiro – MG.

“Cada registro é parte de uma história e constitui ele próprio um princípio de memória” (Ciavatta, 2020, p. 30). A imagem é parte de uma exposição denominada “Nossa História” realizada no assentamento Nova Vida em 2021, atividade em que trabalhamos a memória, a identidade Sem Terra e a história do MST e da luta pela terra. A exposição em si é um espaço de memória, onde as histórias de lutas e conquistas são revisitadas e lembradas, fortalecendo a identidade e a perspectiva de comunidade.

Uma das pessoas presentes durante a exposição foi o senhor Walter Pinheiro Gonçalves, homem negro, morador do assentamento Nova Vida, e com uma história marcada por muitos sofrimentos vivenciados desde criança trabalhando como vaqueiro desde seus oito anos de idade, realizando todo os tipos de serviços nas fazendas próximas. Quando veio acampar ele e a sua companheira Dona Margarida Coelho da Silva, decidiram trazer junto toda a família, filhos e filhas que também passavam pelas mesmas condições violentas e exaustivas de trabalho.

Observando as imagem, para além da aparência, podemos compreender as dimensões que se encontram presentes na luta pela reforma agrária popular: o lenço simbolizando a luta feminista, a bandeira da via Campesina que traduz a relação com povos camponeses do mundo, o altar católico cristão com a imagem de nossa Senhora Aparecida organizado no espaço de reuniões, o altar também nos remete à colonização, quando fomos forçados e forçadas ao batismo obrigando-nos a esquecer de nossos nomes e memórias, ao mesmo tempo, que também nos faz perceber sobre uma religiosidade popular tão presente na América Latina.

O Senhor Walter Pinheiro, na fotografia, olha para a imagem da década de 1980, e mais do que contemplar, ver semelhanças da sua própria experiência de homem camponês, expropriado, migrante, trabalhador das fazendas desde menino, e, que por muito tempo “viveu lá fora”²⁷. Os olhos do Senhor Walter parecem se deparar com os olhos ancestrais de seus pares em resistência na produção da história.

A análise dessa fotografia feita agora de dentro de uma territorialidade de encontros e desencontros vivenciados a partir do engajamento na luta travada pelo

²⁷ “Lá fora”, diz respeito à região de Araçuaí, município onde o Senhor. Walter nasceu, era um centro comercial de médio porte, enquanto Novo Cruzeiro era conhecido como a região das matas, denominado Vila São Bento. Araçuaí já tinha ligação com outras regiões do Norte de Minas e Bahia, e mais tarde estabeleceu ligação com o médio Jequitinhonha a partir da estrada de ferro Bahia-Minas.

MST, nos permite refletir sobre várias possibilidades, inclusive de discutir o racismo estrutural que perdura na sociedade brasileira e a perspectiva da reforma agrária popular como estratégia de emancipação. Em uma construção antirracista que afirme a concepção do direito à terra, há também um potencial a ser trabalhado, por exemplo, a construção de uma consciência da exigência de reparação social pelo não acesso à terra que tivemos historicamente e de negação da nossa humanidade.

O termo reparação social faz menção aos danos causados pelo colonialismo, escravismo, racismo e as opressões interseccionadas de raça, gênero e classe. A reparação que está sendo discutida para negros e indígenas envolve indenização das terras que foram tomadas/invadidas, por exemplo, terras de quilombolas que foram expulsos de suas terras, a reparação indenizatória pelos assassinatos de pessoas negras que o estado pratica através da polícia, envolve a reparação no sentido da construção de políticas públicas que nos devolvam o direito de sabermos das nossas origens, lembrando que nossos antepassados tiveram que apagar inclusive o nome, então o termo reparação deve compreender o acesso à terra, mas, também todos os direitos humanos ao qual fomos despossuídos.

Essas são dimensões que mostram a sobreposição de gerações compondo territorialidades em disputa, construções em processo dentro da construção da reforma agrária popular, em detrimento da realidade histórica e do espaço geográfico demarcado racialmente. A composição desses territórios demarca um acerto de contas com o passado-presente, como parte de uma luta constante.

Apesar de nossa modernidade ser marcada pela colonização, fazemos referências às resistências e às consequentes sobrevivências que atravessam os tempos e se estabelecem em espaços, configurando-se na sociabilidade vivida nos territórios dos assentamentos Nova Vida e Aruega no município de Novo Cruzeiro, conforme refletimos nas imagens seguintes.

Dialogando com Ciavatta (2002), como outras linguagens a fotografia expressa a compreensão pelo olhar, os modos de ver as relações, também serve para reconhecer uma memória coletiva de lutas pela emancipação, ou seja, é também uma memória de alcance educativo. Estas são memórias de uma coletividade social, ou da gente simples que faz história, e não da vida privada, familiar ou dos “grandes homens” como acontece na história oficial.

Na imagem 07, as crianças participam de um momento de entrega de lembranças aos parceiros, parceiras, apoiadores e apoiadoras da ocupação no acampamento Nova Vida, durante atividade cultural na “Festa da Pamonha”.

A Festa da pamonha foi uma atividade cultural, popular de resistência, organizada no ano de 2008 no acampamento Nova Vida, com a participação da sociedade de Novo Cruzeiro em celebração à colheita do milho e em resistência ao despejo. A atividade contou com a variedade de comidas típicas do milho, frango caipira com angu, milho assado, mingau, acarajé de milho, além das pamonhas feitas ao tempero de sal ou doce, preparadas de forma coletiva pelas famílias no acampamento. O assentamento Nova Vida é uma referência na região na produção do feijão e do milho agroecológico.

A atividade foi parte da resistência junto à sociedade, devido à possibilidade de haver reintegração de posse com a efetivação do despejo das famílias Sem Terra da ocupação.

Figura 7 – Participação das crianças na “Festa da Pamonha” em atividade com a sociedade como parte da resistência ao despejo, no acampamento Nova Vida, ano 2008.



Fonte: Arquivo pessoal, 2008.

A fotografia das crianças entregando lembranças durante a Festa da Pamonha ilustra a relação entre a resistência e a cultura, ou “a terra, arte e pão”, conforme a palavra de ordem do MST que diz: Movimento Sem Terra: Por terra, arte e pão. Grito construído a partir do processo organizativo que resultou no Festival Nacional de Arte e Cultura da Reforma Agrária realizado em Belo Horizonte entre os dias 20 a 24 de julho de 2016

A participação das crianças sem terra traduz o jeito do movimento envolver os sujeitos desde a infância como protagonistas da reforma agrária popular. A participação das crianças entregando lembranças, simboliza a resistência e a continuidade de uma cultura de luta e celebração, mesmo em tempos difíceis. Este ato simples de entrega de lembranças é carregado de simbolismo, representando a continuidade de uma pedagogia e o esperar por um futuro melhor, mesmo em meio a uma fase de resistência ao despejo, concretizado a partir de uma relação entre a luta, a festa, o trabalho e o alimento.

As crianças Sem Terrinha, compreendidas também como sujeitos na luta possuem uma sociabilidade que encontra-se conectada com a terra, a coletividade, a luta por direitos, sendo a educação e a cultura dimensões importantes de participação das crianças.

Figura 8 – Oficina de construção de Xequerês envolvendo as crianças e as mulheres, no assentamento Nova Vida.



Fonte: Arquivo pessoal, 2017.

Momentos como este, demarcam a sociabilidade nos assentamentos e nos lembra que a luta pela terra é, acima de tudo, uma luta pela dignidade, pelos direitos e pela construção de um futuro melhor para todos e todas. O momento de construção coletiva dos instrumentos musicais, também teve o significado do encontro e do diálogo, numa possibilidade simples e rica de aprender e ensinar.

Figura 9 – Oficina de construção de xequerês realizada junto com as mulheres e as crianças no assentamento Nova Vida, em preparação para o Circuito Mineiro de Arte e Cultura da Reforma Agrária, ano 2017.



Fonte: Arquivo pessoal, 2017.

A oficina de construção dos xequerês fez parte da metodologia de mobilização, motivação e diálogo sobre o Circuito mineiro de arte e cultura da reforma agrária no ano de 2017. Recentemente, no ano de 2024 outras oficinas ligadas à arte e a cultura foram realizadas, nos assentamentos, a partir de uma metodologia de construção dos tambores, tendo em vista a formação e o fortalecimento do Bloco “Pisa ligeiro”, que é o Bloco do MST em Minas Gerais formado enquanto espaço onde todas as pessoas podem participar tocando as

enxadas que são os instrumentos principais na percussão. O Bloco também é um instrumento de luta popular, já teve participação no carnaval de Belo Horizonte, nas lutas de ocupação e em momentos de diálogos com a sociedade, o bloco também se faz presente.

Ações de formação como estas têm como objetivo apreender as linguagens artísticas, exercitar a criatividade, desenvolver o trabalho de base, etc. E na metodologia de construção dos tambores envolve a formação política a partir da história do tambor, do território e da luta pela terra. Assim, concomitante ao trabalho de produção dos instrumentos foram proporcionados momentos de estabelecer relações com a história e a memória indígena e africana. Além de serem ações culturais vinculadas às necessidades concretas envolvendo a perspectiva do trabalho e da renda entre as famílias no assentamento. Ao mesmo tempo, dialogando com a construção da reforma agrária popular, compreendendo que o vivenciar artístico-cultural compõe os fundamentos do programa agrário do MST, alimenta sociabilidades e são dimensões essenciais da resistência popular.

Trata-se também de memórias afetivas, de momentos construídos com intencionalidade, de fortalecimento dos vínculos e da relação em comunidade. Na próxima imagem, enfatizamos a perspectiva do brincar, do reconhecimento como iguais na comunidade, assim, localizamo-nos na história e assemelhamo-nos aos povos do mundo.

Figura 10 – Adolescentes brincando de pular corda no assentamento Nova Vida



Fonte: Arquivo pessoal, 2020

A possibilidade do brincar, de vivenciar a arte e a cultura como um direito humano dialoga com uma perspectiva de “defender a alegria como uma trincheira de luta”²⁸. Ainda mais para quem teve a infância marcada pelo trabalho nas fazendas, o acampamento é oportunidade de novas perspectivas de vida. “No acampamento a liberdade é outra, né”, destaca um companheiro ao expressar de forma espontânea sobre a lembrança da fase de acampamento. A comida preparada na cozinha coletiva, as assembleias, os mutirões de trabalho e os jogos de futebol são as lembranças vivas, para além daquelas ao redor da fogueira em vigília nos momentos de resistência.

A sociabilidade nos assentamentos nos lembra que a luta pela terra é, acima de tudo, uma luta pela dignidade, pelos direitos e pela construção de um futuro melhor para todos e todas, e são testemunhos vivos da força e do protagonismo de um povo.

Ainda em forma de expor contextos, destacamos a imagem da Escola Estadual da Fazenda Aruega, uma construção de um contexto de lutas na regional Vale do Mucuri. A escola, que contraditoriamente ainda carrega o nome da fazenda, é uma conquista e símbolo de muito orgulho das famílias no assentamento. Seu projeto de construção tem como base a luta pela reforma agrária e o direito à educação, elemento presente desde o início da ocupação, onde a escola funcionava debaixo de um barraco de lona. O projeto oficial da escola foi iniciado no ano de 1990, após a resistência no acampamento e as lutas de ocupação no INCRA reivindicando o acesso à terra e à educação formal, a mesma foi inaugurada no dia 1º de abril do ano de 1991.

Na fotografia abaixo, visualizamos a escola e as crianças brincando, este foi um dia de encontro, como parte da jornada das crianças Sem Terrinha: Brincar e estudar, fazendo história por reforma agrária popular. O encontro possibilitou a vivência entre as crianças a partir da cultura da infância, com uma programação envolvendo a construção de brinquedos e brincadeiras, trabalhados por Guê Oliveira, tivemos contação de histórias debaixo da árvore gameleira, espaço de memória do assentamento e o momento do plantio de árvores e brincando com o

²⁸ Grito de ordem da terceira edição da Escola de Arte João das Neves (2022), Minas Gerais. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=T1i7tTF8Qjk&t=5s>. Acesso em: 18 out. 2022

Saci, possibilitando de forma lúdica dar intencionalidade ao programa nacional do MST, Plantar Árvores e Produzir Alimentos Saudáveis, a partir do protagonismo das crianças se envolvendo no plantio e na realização de uma peça de teatro sobre o cuidado e a preservação do meio ambiente.²⁹

Figura 11: Escola Estadual do Assentamento Aruega.



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

A longa trajetória de lutas e resistências envolvendo as famílias do assentamento Aruega revela a construção de territórios que são fundamentais para a continuidade e fortalecimento dos objetivos do movimento. Experiências como esta, dentre outras, demonstram a transformação das propriedades privadas, outrora dominadas pelos fazendeiros e coronéis, em assentamentos produtivos, possibilitando a produção e reprodução da vida. Esta mudança não só promove a autonomia e a segurança alimentar, mas também é fundamental na construção de novas formas de sociabilidade, alinhadas com os princípios da reforma agrária popular.

²⁹ Mais informações ver instagram @mstmucuri: Disponível em: https://www.instagram.com/p/DCJ5xEKP6OO/?img_index=2. Acesso em: 9 nov.2024

A reforma agrária popular nos territórios é uma construção vinculada aos objetivos do MST, buscando formas de ir construindo na prática aquelas ações que compreendem o programa agrário da organização. Possui uma vinculação direta com o legado histórico das lutas que permite projetar alianças com o povo e o desenvolvimento de relações com a terra, o território e a produção (MST, 2013, p.59).

Trata-se de construções coletivas e históricas, e o que chamamos a atenção a partir deste olhar voltado para a sociabilidade nos territórios, é a percepção de que estes são espaços com um grande potencial em sentido de desafiar as estruturas coloniais e raciais que moldaram nossa sociedade, no entanto, definir essa construção requer um olhar crítico.

A vivência a partir do trabalho, a agroecologia, a religiosidade, as festas comemorativas, os mutirões na construção dos espaços coletivos, como é o exemplo que destacamos na imagem seguinte, sobre a construção do Espaço Cultural e Biblioteca Comunitária Mafalda no assentamento, contribuem para a formação de uma identidade coletiva, fortalecendo os laços comunitários e possibilitando a participação. Essas práticas presentes nos assentamentos, ajudam a transformar a realidade de quem vive no território, permitindo ser alternativas de relações humanas, de vivência da arte e da cultura, a possibilidade do lazer, convivências que enriquecem um modo de vida e reafirmam a importância de uma comunidade.

A construção do Espaço Cultural e Biblioteca Comunitária Mafalda possui uma longa trajetória ligada à história do assentamento Nova Vida, é um espaço em construção permanente, foi levantado coletivamente por meio do trabalho em mutirão, uma prática presente no assentamento Nova Vida para a realização das obras coletivas.

Figura 12 – Biblioteca Comunitária Mafalda, construção em mutirão - Assentamento Nova Vida.



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

Ao lado da biblioteca, também podemos ver o início de outra construção, a de uma igreja católica, que também diz de uma estrutura social presente no território, ou sobre a relação de colonização que nos atravessa. Nossa reflexão envolve uma abordagem antirracista, mas não somente, trata-se de realidades com contradições, são realidades que exigem, por exemplo, a compreensão das relações de poder, assim como, a compreensão da presença ou a ausência da diversidade religiosa, as diferentes religiões de matriz africana. Mas, ao mesmo tempo, encontramos as práticas da religiosidade afro descendente praticada nos benzimentos, nos banhos de ervas, no culto aos santos, no preparo dos chás, no conhecimento das ervas medicinais, etc. Todas essas são questões que fazem parte da relação social estabelecida nos territórios, neste sentido, é importante a compreensão da ancestralidade, assim como as contribuições do feminismo popular e camponês, o aprofundamento das relações de gênero, e outras compreensões que transcendam a visão eurocêntrica e colonizada que historicamente nos foi imposta, e que portanto, não estão fora de nossos territórios da reforma agrária popular.

Ao analisar a construção de sociabilidades nestes assentamentos, estabelecemos uma relação com o quilombismo conforme trabalhado por Abdias do Nascimento, reconhecendo a importância desses territórios como uma memória viva

daquilo que resistiu historicamente. “Só se pode rememorar o que sobrevive no presente” (MST, 2024). Por isso, podemos dizer que a construção da reforma agrária popular é uma luta atual, em que recriamos, redefinimos e ressignificamos a partir da perspectiva do quilombar como possibilidades vivas de resistência do presente.

Compreendemos que os assentamentos Nova Vida e Aruega carregam profundas influências da história dos quilombos, ou, resistência negra, indígena e popular. A construção da sociabilidade nesses territórios reflete a continuidade de valores ancestrais, como a autonomia e a resistência, que são fundamentais para a cultura popular e a coesão das comunidades. O olhar sobre essas reminiscências históricas, presentes nas práticas e na organização social, destaca como os assentamentos não apenas preservam, mas também, nos chama a atenção para uma presença enraizada da cultura afrodescendente e indígena em um contexto da reforma agrária popular.

Dentro dessa perspectiva, da construção de uma sociabilidade na dimensão do produzir e do viver, buscamos refletir como as práticas produtivas e a vivência cotidiana nos assentamentos estão entrelaçadas. A forma como produzem e vivem, significa mais do que a realização de uma atividade puramente econômica, são meios de criar e cultivar formas de vida e relações sociais que desafiam o sistema capitalista hegemônico.

3.3 A perspectiva de comunidade, o quilombar e a agroecologia como referências

A perspectiva da comunidade, o conceito de quilombar e a agroecologia são três pilares que se entrelaçam e oferecem uma visão integrada para a construção de sociedades contra coloniais. Cada um desses conceitos traz contribuições valiosas para a organização social, a resistência e a produção alimentar, podendo significar referências no enfrentamento ao racismo estrutural.

A perspectiva de comunidade valoriza a coletividade e a solidariedade como fundamentos essenciais para a organização social. Em vez de enxergar os indivíduos como seres isolados, essa abordagem enfatiza a importância da vivência e do apoio mútuo entre os membros de um grupo. Construir uma comunidade sólida significa promover a cooperação, compartilhar os bens comuns, os recursos e criar redes de apoio e acesso que favoreçam a sociabilidade coletiva.

O conceito de aquilombar, inspirado nas práticas históricas dos quilombos, representa uma forma de viver marcada pela resistência, autonomia e solidariedade. Aquilombar não se refere apenas à criação de comunidades, mas a um esforço contínuo para construir espaços de liberdade que desafiem estruturas opressivas. Nos quilombos históricos, essa prática envolvia a criação de sociedades que resistiam ao controle colonial e escravocrata, enquanto promoviam valores de justiça social. Hoje, aquilombar se configura como uma construção de novas formas de viver que preservam e expandem esses valores, muitas vezes em contextos de luta contra as desigualdades sociais, por direitos e autonomia.

Por outro lado, a agroecologia possui uma relação com o modo de vida, neste sentido, é parte da construção da reforma agrária popular, pois representa uma estratégia importante de enfrentamento e de alternativa necessária e prática ao sistema capitalista hegemônico. Ao ter a terra como elemento central, compreender as relações humanas, promover técnicas que respeitam a biodiversidade, os ciclos naturais e a saúde do solo, propõe um modo que desafia a lógica da produção intensiva e a exploração desenfreada dos bens comuns características do capitalismo.

No contexto do MST, a agroecologia, além de necessidade, se torna uma construção de resistência e autonomia, permitindo às comunidades desenvolver sistemas alimentares que não apenas atendem às necessidades nutricionais locais, mas também afirmam uma alternativa concreta à lógica mercantilizante e destrutiva do agronegócio. Ao adotar princípios agroecológicos, os assentamentos e acampamentos fortalecem sua capacidade de se auto organizarem e se auto sustentarem, promovendo práticas que são ecologicamente responsáveis e que reafirmam a relação de equilíbrio que pode haver entre os seres humanos e a natureza.

O modelo agroecológico propõe uma transformação profunda nas relações de produção e consumo, integrando a justiça social e ambiental em sua construção. Ele defende uma visão de desenvolvimento que prioriza a vida coletiva sustentada a partir de uma nova forma de sociabilidade, combatendo a desigualdade e a degradação ambiental geradas pelo sistema capitalista. Dessa forma, a agroecologia não é apenas uma técnica de cultivo, mas um modo de vida, e também um ato político que busca construir uma sociedade mais justa e equilibrada, onde a

produção de alimentos é vista como um meio para a emancipação e a autonomia das comunidades.

A integração dos conceitos de comunidade e quilombo com a agroecologia revela um modo de desenvolvimento que não só constrói uma nova relação social entre as pessoas e a natureza, mas também estabelece uma resistência política e ambiental ao sistema capitalista dominante. A perspectiva de comunidade, ao fomentar a cooperação e o apoio mútuo, cria uma base sólida para a implementação eficaz de práticas agroecológicas. Esta abordagem permite que as comunidades cultivem um sentido de pertencimento e solidariedade, fundamentais para enfrentar as pressões externas e construir alternativas reais ao modelo agrícola convencional baseado no agronegócio.

Nesse contexto, a imagem abaixo nos remete à noção de quilombo na prática. A disposição das casas no assentamento Nova Vida, organizadas em forma de agrovila, exemplifica a aplicação desses princípios. Ela ilustra a importância desse processo, destacando como a configuração espacial reflete o protagonismo dos sujeitos negros e negras na construção de comunidades de resistência. Esta organização não só desafia a lógica do racismo estrutural e do capitalismo desigual dependente, mas também fortalece a relação comunitária e a autonomia dentro do assentamento, tornando-se um exemplo concreto de práxis da ocupação.

Figura 13 – Assentamento Nova Vida, 2024.



Fonte: Cleyton Oliveira, 2024.

A compreensão e a relação com a terra como bem comum tem sido uma construção em processo na reforma agrária popular, compreendendo a agroecologia como central. A crise ambiental coloca em risco a nossa existência, dependemos da natureza para continuarmos vivos e fazendo história, o trabalho é a mediação desta relação natureza e sociedade, transformamos a natureza e também somos transformados.

No que diz respeito à relação com a terra, a canção do artista militante, Zé Pinto (2005), reforça que, “amar a terra, e nela plantar semente, a gente cultiva ela, e ela cultiva a gente”, traduz essa relação que possuímos com o trabalho na terra e com a agroecologia de modo singular. Nesse processo da dimensão da produção e reprodução da vida nos assentamentos rurais, ou nos quilombos é importante considerarmos o domínio e a preservação das práticas ancestrais, as formas de relação com a natureza que apontam um caminhar em direção à ruptura metabólica.

No entanto, os assentamentos são resultados da luta popular e de resistência, de uma reforma agrária construída na “lei ou na marra”, obviamente uma série de dificuldades são encontradas no cotidiano das famílias, que buscam construir a sua “subsistência”, ou a sua forma de economia, em luta, em meio à disputa pelo projeto de desenvolvimento no campo, o que implica na reforma agrária popular não ser ainda o projeto hegemônico no país, muito menos no plano do governo fragilizado e de composição de classes.

A construção capitalista hegemônica concebe a terra como um meio de produção, somos parte dessa contradição desde que se atribuiu à terra o valor mercantil. De maneira que ao mesmo tempo é vivenciado nos assentamentos o dilema das ausências, de infra estrutura, crédito agrícola, os meios para a comercialização da produção etc. A afirmação e a defesa intransigente da propriedade privada da terra conforme vemos todos os dias sendo reforçada pela ideologia dominante na sociedade, significa apenas, a dimensão da luta ainda necessária no reivindicar do valor de uso da terra. Esse é um grande desafio.

A proposta da reforma agrária popular e o que se constrói nos territórios do MST compreende várias dimensões. A agroecologia compreendida a partir dos conhecimentos seculares dos povos do campo da floresta, colocada em prática por milhares de famílias em reconexão com a natureza, possibilita o contraponto ao

agronegócio e ao sistema capitalista de exploração dos bens comuns, apontando também na reprodução da vida em sua totalidade (MST, 2022).

Poderíamos escrever um capítulo inteiro sobre o processo de ruptura metabólica, crise estrutural e civilizatória que afeta diretamente a vida humana em todas as suas dimensões. Em se tratando da subordinação da agricultura à indústria, partilhamos da seguinte leitura,

Essa subordinação da agricultura à indústria produziu um fluxo constante de pessoas e bens naturais para as cidades, o que gerou uma ruptura metabólica, uma quebra no ciclo da fertilidade dos territórios. A consequência veio rápido: nas cidades, uma poluição das águas, do ar e dos solos de proporções gigantescas. No campo, profundas crises de fertilidade dos solos agrícolas e destruição das florestas. Ao mesmo tempo, milhões de camponeses se transformaram em proletários, ou seja, trabalhadores sem quaisquer meios de produção, nós vamos nos tornando alienados da nossa capacidade como seres produtores da vida. E, desterrados do campo, também nos tornamos alienados sobre nossa relação com a natureza (MST, 2022, p.33).

O MST a partir dos assentamentos tem compreendido e construído a agroecologia na centralidade da reforma agrária popular e na estratégia política, envolvendo as ações conformadas a partir da arte, cultura, educação, saúde como formas de resistências, além da criatividade popular sempre presente nos territórios fazendo enfrentamento aos problemas sociais. São experiências infindáveis das quais não é possível abordá-las em sua totalidade.

O reivindicar da luta antirracista na práxis emancipatória, conforme temos elaborado a partir da perspectiva étnico-racial coloca para a organização muitas tarefas, a construção da reforma agrária popular é uma síntese de ações em construção junto à sociedade brasileira, que dentre os diversos desafios impostos pelo modelo de produção vigente, ainda convive com a realidade da fome, por exemplo, neste contexto, as comunidades rurais representam possibilidades de produção de alimentos saudáveis e de construção de novas sociabilidades.

3.4 As dinâmicas produtivas como formas de resistência da produção e reprodução social

Os povos afrodescendentes junto com os indígenas tiveram que compartilhar muitas experiências para sobreviver e construir a sua economia no território. Alguns chamam de economia de subsistência, o que na verdade é um modo de vida. Através da representação poética da vida camponesa expressada na música

Arrumação, de Elomar Figueira, (1988) que diz *“Futuca a tuia, pega o catadô, vamo plantá o feijão no pó!”*, podemos captar o sentido das dinâmicas produtivas como parte da produção e reprodução da sociabilidade. Ressaltando que essas dinâmicas nos assentamentos são atravessadas pela cultura, assim, plantar feijão no pó pode ter muitos significados.

Aqui vale uma referência ao quilombo como organização social e reafirmação dos valores das culturas africanas.

O quilombo foi, portanto, um acontecimento singular na vida nacional, seja qual for o ângulo por que o encaramos. Como forma de luta contra a escravidão, como estabelecimento humano, como organização social, como reafirmação dos valores das culturas africanas, sob todos êstes aspectos o quilombo revela-se como um fato novo, único, peculiar, - uma síntese dialética. Movimento contra o estilo de vida que os brancos lhe queriam impor, o quilombo mantinha a sua independência à custa das lavouras que os ex-escravos haviam aprendido com os seus senhores e a defendia, quando necessário, com as armas de fogo dos brancos e os arcos e flechas dos índios (Carneiro, 1946, p. 24).

Ou seja, vemos confluências entre negros e indígenas nas formas de resistências e reprodução social ao longo do tempo. A sociabilidade vincula-se às lembranças de experiências vividas e/ou aprendidas sobre como preparar os alimentos, cultivar a terra, fazer a colheita, beneficiar e selecionar os produtos que compõem a gastronomia desde os Quilombos, tais como a mandioca, milho, amendoim, arroz, feijão, carne de sol, linguiça defumada, torresmo, cana de açúcar, entre outros (Santos, 2016).

Estabelecendo uma relação com essa sociabilidade na forma da produção e reprodução social dos quilombos, o assentamento Nova Vida é uma comunidade referência no município de Novo Cruzeiro, e na região com relação à produção de feijão. Também produz uma diversidade de outros alimentos a partir das chamadas lavouras onde se cultiva o mandiocal, o canavial, o milho, amendoim, café, além dos quintais produtivos que são espaços de trabalho familiar protagonizado majoritariamente pelas mulheres, que além de trabalharem no espaço chamado da reprodução, cultivam a lavoura e os quintais, que também é composto por uma diversidade produtiva, como às hortaliças, frutas, plantas medicinais e a criação de pequenos animais.

Mas não somente a produção de alimentos e a forma como é produzido diz sobre o território, outras dimensões encontram-se presentes e que também significam uma perspectiva de sociabilidade vinculada à memória indígena e dos

quilombos presentes no território. As festas da colheita, os mutirões, o conhecimento da natureza, os saberes na fabricação de instrumentos como a colher de pau, o pilão, a peneira de taquara, o enrestiar do alho, o movimento de peneirar os grãos e outras dimensões encontram-se presentes desde o cotidiano, e dizem sobre uma dimensão do trabalho envolvendo a sociabilidade e a cultura.

A cooperação é outro elemento fundamental que acontece a partir da comercialização conjunta, mas também a partir da prática dos mutirões e a troca de dias de serviço no cultivo das lavouras. A relação com a terra e a natureza dão as bases para o conhecimento que sobretudo os mais velhos e as mais velhas da comunidade possuem sobre o momento certo de colocar as sementes na terra.

Há também, entre as famílias, os conhecimentos sobre a conservação dos grãos de feijão, por exemplo, envolvendo o cuidado no armazenamento, que é uma ação importante realizada de diversas formas, nas tuias, no barro, no litro, no saco, há também quem “imunize” o feijão com o próprio barro, como forma de garantir a preservação e durabilidade das sementes (Santos; Marinho, 2024).

As imagens abaixo, demonstram sobre a dimensão da produção de alimentos no assentamento, uma das características mais visíveis na construção da reforma agrária popular.

Figura 14 – Horta familiar no assentamento Nova Vida.



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

Figura 15 – Trabalho familiar no plantio de mandioca



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

Figura 16 – Plantio consorciado de milho e feijão



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

Figura 17 – Feijão produzido nos assentamentos Nova Vida e Aruega (Novo Cruzeiro) e Mãe Esperança (Teófilo Otoni) sendo comercializados na Feira estadual da reforma agrária em Belo Horizonte, 2023.



Fonte: Dowglas Silva, 2023

São muitas variedades: feijão de corda, feijão guandu, catador, fradinho, guarani, carioca, bico de ouro, feijão de todas as cores, branco, preto, amarelo, roxo, verde, rosinha e vermelho. Já os pratos preparados com o feijão vão desde os tropeiros, feijão bebido, feijão seco, feijão em caldo, feijão pagão, tutu de feijão, feijoada, tem até doce de feijão, e não dá para esquecer o acarajé, que também é preparado com a massa de feijão. E o capitão de feijão? Quem nunca experimentou? (Santos; Marinho, 2023, s/p).³⁰

Antes de chegar até a feira o feijão tem uma longa trajetória, desde a escolha das sementes, à espera do tempo certo do plantio, pois envolve a questão climática da região, então, é necessário compreender e esperar o tempo das águas e das secas. O cultivo exige intenso trabalho que as famílias desenvolviam de forma rudimentar, na enxada, sem nenhum auxílio tecnológico que pudesse diminuir o dispêndio de tempo e força de trabalho. Após ter sido solucionado as questões jurídicas envolvendo a posse da terra, as famílias conseguiram através de parcerias a conquista de um trator para arar a terra, e com o acesso a pequenos projetos realizaram a compra de uma plantadeira e outra máquina para a seleção dos grãos.

Refletindo sobre essa dimensão da produção e reprodução nos assentamentos Aruega e Nova Vida, encontramos elementos nessa relação social pela qual não devemos idealizar, pois, muitos são os desafios desta realidade. O

³⁰ Ver texto por Mara Santos e Gustavo Marinho. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/07/15/feira-leva-variedade-da-producao-de-feijao-do-mst-para-belo-horizonte/>. Acesso em: 15 jul.2023

desgaste da terra, dificuldades de irrigação, o trabalho pesado, a falta dos instrumentos necessários, e na relação com as mercadorias, visto que na comercialização do excedente adquirido, por meio da relação M-D-M (reprodução simples econômica) elemento importante assentado na reforma agrária popular e que não concorre com a renda capitalista da terra, no entanto, essas mercadorias são vendidas por um preço muito baixo resultando numa captura da renda trabalho, seja por meio dos atravessadores, ou mesmo nas feiras locais, mas, ainda assim, lembramos, esse é um elemento de não subsunção absoluta às lógicas do capital, pois, essas comunidades ainda possuem o autoconsumo, um certo grau de domínio técnico da produção, além do próprio meio de produção que é a terra.

No tocante à igualdade de gênero, não é novidade a lógica extremamente machista do modelo tradicional de produção, alicerçado na divisão sexual do trabalho e na hierarquização das relações de produção, relegando a esfera da reprodução como obrigação da mulher e, portanto, inviabilizada como trabalho e não remunerada, enquanto a esfera da produção, considerada a única da produção de riquezas, é tida como responsabilidade do homem (Moreira; Amaral, 2021). Por isso,

Faz-se necessário promover processos tecnológicos que fortaleçam a auto-organização das mulheres, fortalecendo seu papel enquanto trabalhadoras do campo e lhes propiciando uma dinâmica de resistência contra o modelo de agricultura capitalista e do patriarcado (Addor; Eid; Sansolo, 2021, p. 41).

A produção de alimentos é organizada a partir dos quintais produtivos e das lavouras, dialogando com princípios básicos da agroecologia, da cooperação e da solidariedade. O modo de produzir e trabalhar a terra, mesmo na escassez de outros bens de produção como insumos e máquinas permitem a segurança alimentar dentro dos assentamentos de forma diversificada e saudável. Essa é uma construção que não apenas sustenta as comunidades, mas também desafia o modelo hegemônico do agronegócio.

Na construção da reforma agrária popular essas experiências não estão fora do escopo, em reconhecer os povos originários e afrodescendentes como produtores de biodiversidade podemos compreender e valorizar a coevolução entre ser humano e natureza e seus resultados na domesticação de espécies, na seleção de sementes, no plantio e manejo, na organização de comunidades e nas diferentes formas de praticar a agricultura (MST, 2022).

Como temos construído a agroecologia para um emergente processo histórico de transição para uma sociedade em que a forma comunidade seja hegemônica? (Souza; Basconi, 2023). Nos deparamos com desafios e possibilidades, pois, conforme lembra Lefebvre, a reprodução social

[...] é reprodução ampliada de capital, mas é também reprodução ampliada de contradições sociais: não há reprodução de relações sociais sem uma certa produção de relações – não há reprodução do velho sem uma certa criação do novo, mas não há produto sem obra, não há vida sem história. Esses momentos são momentos de anúncio do homem como criador e criatura de si mesmo (Martins, 2010, p. 57).

No entanto, se o objetivo educativo é adaptativo, não há ruptura. Mas, se o objetivo educativo se conforma em resistência e proteção de formas coletivas e ambientalmente sustentáveis de reprodução social (camponesa, quilombola e indígena), então tendemos a modificar a nossa relação com o mundo. Por exemplo, mobilizando novas relações com os seres vivos e com a terra que nos alimenta. Nesse caso, a agroecologia pode ser pensada como uma forma de reconectar a relação entre humanos e natureza (Charlot, 1997; Bendell; Carr, 2019; Descola, 2005; Moreira, 2009; Barthes; Basconi, Lenthorn; Chalando; Gibert; Souza, 2004).

Vale ainda ressaltar que estamos tratando do tempo do possível, no capitalismo em que tudo se transforma em mercadoria, e que, vivenciar a práxis emancipatória em uma realidade atravessada pela colonização-escravismo-patriarcado-razão-ocidental-capitalismo/dependente-racismo estrutural, é portanto, parte de uma luta constante.

É verdade que se trata da luta pela não mercantilização da vida e pelo domínio técnico da produção, é o que tentamos trabalhar quando nos referimos às práticas agroecológicas, as tecnologias sociais, os saberes ancestrais, a relação com a terra e a comunidade em perspectivas anti sistêmicas. Neste sentido, buscamos uma referência no sentido de comunidade e de quilombola que se constrói, levando em consideração a agroecologia como um modo de vida no território.

A compreensão da soberania alimentar como saída para a crise sistêmica é uma proposta das organizações camponesas do mundo, que fazem parte da Via Campesina. Segundo a qual compreendem que a soberania alimentar tem haver com o direito de cada povo na escolha dos seus alimentos e das suas políticas agropecuárias, proteger e regulamentar a produção agropecuária nacional e o

mercado interno, objetivando alcançar metas de desenvolvimento humano sustentável

No modelo de soberania alimentar, especifica-se que os alimentos devem ser produzidos mediante sistemas de produção diversificados, agroecológicos e com base comunitária e camponesa. Para conseguir e preservar a soberania alimentar dos povos - e garantir sua segurança alimentar -, os governos devem adotar e aplicar políticas que fomentem uma produção nacional sustentável, baseada na produção familiar camponesa, em vez do modelo industrial, de altos insumos e orientados para a exportação (Machín Sosa et al., 2012, p. 30).

Esse é um dilema colocado visto os entraves com que nos deparamos na relação direta com a mercadoria, infelizmente, no mundo capitalista o alimento tem sido uma mercadoria. Não nos aprofundaremos nas contradições desta relação, neste momento, este não é o objetivo principal neste trabalho. Continuaremos focando no que estamos desenvolvendo a partir de uma dimensão da realização da vida de uma autonomia produtiva, que mesmo estando assentadas na relação M-D-M carregam em si uma perspectiva do viver.

Ainda se tratando da produção e comercialização numa escala maior, no assentamento Nova Vida, as famílias têm experimentado ações de beneficiamento do feijão, sendo importante o processo de envolvimento das mulheres e os jovens no trabalho e na renda, ao mesmo tempo, os agricultores e as agricultoras lidam com as exigências da seleção dos grãos padronizados quando vão comercializar, sendo que, possuem o costume em plantar cada família uma variedade diferente de feijão que mais lhe agrada culturalmente. Há também questões, que envolvem por exemplo o desabastecimento na feira local. Contudo, as famílias consideram importante ter a garantia da venda do seu excedente, o que possibilita adquirir outros bens necessários à reprodução da vida.

Entretanto, as conquistas alcançadas não sem luta são igualmente significativas, como por exemplo, as experiências de produção materializadas em territórios da reforma agrária popular, são formas comunitárias de resistência em meio a grandes problemas produtivos e tecnológicos que dificultam a organização da produção agrícola, implicando nas condições cotidianas de vida e trabalho.

Ainda no campo dos desafios sobre os processos de trabalho a partir das tecnologias sociais e a reforma agrária popular, as famílias enfrentam a negação do direito às demais políticas públicas que devem acompanhar um programa de reforma agrária popular, impossibilitando-as em avançar na consolidação de sua

emancipação tecnológica, sem prescindir do apoio de técnicos e parceiros externos, que contribuam em dinâmicas de inovação e de intercâmbio de conhecimento popular que os possibilite dar conta das demandas que se apresentam (Ador; Eid; Sansolo, 2021, p. 40).

No livro "Tecnologia Social e Reforma Agrária Popular" de Sansolo, Addor e Eid (2021), fruto de uma práxis militante, o capítulo "Agroindústrias e a Reforma Agrária Popular: Da Formação Capitalista à Tecnologia Social" (Reis; Mancio; Moreira, 2021) reflete sobre o cotidiano organizativo do MST, especialmente no âmbito do Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente. No estudo foram analisados os desafios à luz do materialismo histórico dialético, buscando apreender a essência, a estrutura e a dinâmica do processo.

Havia por parte do MST o questionamento das relações de produção, mas não havia amadurecimento no que se referia às alternativas ao modelo oriundo dos pacotes tecnológicos voltados à produção com intensivo uso de insumos. A estratégia adotada era vinculada à produção de matérias-primas e de beneficiamento da produção em grandes agroindústrias. O modelo adotado causou endividamento das cooperativas e associações, que não conseguiram avançar em face do processo de centralização e verticalização que ocorreu durante os anos 1990 (Reis; Mancio; Moreira, 2021, p. 87).

No assentamento Aruega encontramos alguns exemplos que demonstram as dificuldades enfrentadas nesse período dos anos 1990. Entretanto, outras formas também prevaleceram, possibilitando a produção e reprodução social no território. Compreendemos essas experiências como exemplos significativos de resistência a partir dos valores socioculturais e ambientais alicerçados na perspectiva de comunidade, ou de domínio dos conhecimentos ancestrais. Estas experiências destacam-se não apenas por suas contribuições econômicas, mas também pela manutenção e reprodução de práticas sociais e culturais que desafiam as estruturas de opressão historicamente impostas.

Em meio aos desafios relacionados ao enfrentamento ao modelo de desenvolvimento do agronegócio, e às questões relacionadas às dinâmicas produtivas, a necessidade da produção de alimentos saudáveis e a agroecologia permanecem como alternativa central na reforma agrária popular. O Plano Nacional de Plantar Árvores e Produzir Alimentos Saudáveis, é parte das ações envolvendo a construção da reforma agrária popular a partir da meta colocada pelo MST de plantar 100 milhões de árvores durante 10 anos, esta definição dialoga com uma prática já existente no MST, ao mesmo tempo é um grande espaço de

form(ação) política que denuncia o modelo destrutivo do agronegócio e fortalecendo a produção de alimentos saudáveis (MST, 2020). Também é parte dessa construção a luta pelo acesso às políticas públicas, como PAA, PNAE e outras que priorizem o combate à fome a partir da produção agroecológica objetivando a produção e reprodução social a partir da agricultura camponesa, quilombola, e dos demais povos do campo e das florestas.

Essas são questões que instigam a compreender os territórios a partir de uma visão que aprofunde e trabalhe a importância do domínio das técnicas e a preservação das práticas de ancestralidade, como exemplo, a preservação das sementes crioulas, os conhecimentos da natureza, ao mesmo tempo em que se enfrente o desafio da forma como nos relacionamos, ser humano e natureza, tudo isso são condições que geram graus de autonomia e apontam para uma possível reversão da ruptura metabólica.

4 TEÇAMOS A LUTA ANTIRRACISTA NA REFORMA AGRÁRIA POPULAR

A transformação não se faz fora do nível da práxis verdadeira, que demanda ação constante sobre a realidade e a reflexão sobre esta ação, o que implica em um pensar e atuar corretamente (Freire, 1983). Neste sentido, este último capítulo traz algumas reflexões sobre o nosso fazer constante na construção da reforma agrária popular, a partir do olhar voltado para a questão étnico-racial, conforme vimos estudando, e compreendendo a perspectiva antirracista como parte da estratégia de enfrentamento da questão agrária e na construção da emancipação. Assim, comecemos por discutir a nossa compreensão do popular nesta construção.

4.1 Uma reflexão sobre o popular na construção da reforma agrária

As raízes da reforma agrária popular não estão somente no esgotamento do objetivo da reforma agrária clássica. Mais que isso: As raízes da reforma agrária popular brotam e crescem de um único lugar - o enfrentamento dos sujeitos trabalhadores contra as forças do capital. Que agora se agrava com sua crise civilizatória e se apropria, violentamente, de todos os bens da natureza, da saúde e da cultura popular para transformar tudo em mercadoria, em lucro! [...] Esse é o sentido histórico do lema do VI Congresso! Lutar! Construir Reforma Agrária Popular! (MST, 2013, p. 52).

Compreendemos que na perspectiva da emancipação o popular ganha centralidade, pois, “é desse universo de massacre coletivo real e formal, no qual transita a história e o poder oficiais, que o popular se origina na América Latina e o Caribe” (Traspadini; Souza, 2023, p. 196). Ainda conforme os autores, a história de negações, desde a invasão colonial, o escravismo e o capitalismo de desenvolvimento desigual e dependente pela qual passamos na formação sócio-histórica brasileira, explicitam a conformação do popular.

Após o processo de invasão, o popular, tem raízes nas escravidões indígenas e negras e na subjugação camponesa, e transita do plural e diverso para o singular da espoliação, violação, expropriação e exploração. O processo de colonização e agora de imperialismo definiu através da violência sobre os sujeitos retirar suas histórias, suas memórias, suas terras e ontologias (Traspadini; Souza, 2023).

E, se no conceito de povo/população cabem todos os sujeitos de uma nação, como massa amorfa, vinculada a uma ideia de cidadania refém de uma sociedade política punitiva, no popular torna-se evidente quem são os sujeitos que, não tendo propriedades e tendo seus corpos como único meio de sobrevivência na sociedade mercantil, se tornarão a peça chave da produção de riqueza mercantil, seja na forma de operários, de camponeses, de trabalhadores informais e/ou não pagos. Estes e estas conformam os

rostos do popular. A classe trabalhadora, portanto, é conformada por diferentes grupos sociais que precisam sobreviver dentro de uma lógica que insiste em restringi-los/as e igualá-los/as (Traspadini; Souza, 2023, p.198).

A cristalização de nossos conceitos, definições ou princípios deve exprimir a vivência de cultura e de práxis em disputa. Essa necessidade de codificar nossas experiências a partir de nossas próprias perspectivas e vivências é essencial para garantir a autenticidade e a profundidade do conhecimento que produzimos. Neste sentido, ao refletirmos sobre a nossa história, valores e lutas, reconhecemos a importância de sermos os protagonistas na construção do nosso saber, sem intermediários que distorçam ou simplifiquem nossas narrativas. Abdias Nascimento, em 1980, já destacava essa urgência em reivindicar a autoria de nossa própria experiência, sublinhando que somente através dessa codificação autônoma poderemos alcançar uma compreensão plena e verdadeira da nossa realidade.

Precisamos, portanto, assegurar que nossos conhecimentos e práticas sejam fundamentados em nossas vivências coletivas, promovendo uma construção/ou uma práxis que seja verdadeiramente emancipatória e representativa da diversidade e riqueza da cultura indígena e afrodescendente.

A luta pela terra no Brasil, conforme realizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), denuncia o problema histórico de uma questão agrária brasileira, a partir das ocupações de terra, a luta pela reforma agrária, e pela transformação social. Desde a construção do V Congresso Nacional do MST³¹, realizado no ano de 2007 e o aprofundamento na compreensão da complexidade do debate em torno da questão agrária, a palavra popular aparece no lema: *reforma agrária, por justiça social e soberania popular*. Sete anos depois, uma nova formulação é construída a partir da concepção de uma reforma agrária popular, no sexto congresso nacional, entre os dias 10 a 14 de fevereiro do ano de 2014.

“Lutar, construir reforma agrária popular” significa a síntese reflexiva das ações que o movimento busca construir junto à sociedade no período histórico que compreende a atual realidade brasileira. Dentro dessa perspectiva o MST dá

³¹ A cada período, em média cinco anos, o MST realiza o congresso nacional e atualiza o seu programa agrário, como parte de um processo de aprofundamento na construção da reforma agrária, redefinindo as linhas gerais de atuação. É construído um lema em que é a palavra de ordem sintetiza a estratégia de atuação no período seguinte. “O lema do 5º Congresso, “Reforma Agrária, por Justiça Social e **Soberania Popular**”, representou os novos desafios da luta pela terra, a Reforma Agrária como alternativa para as soluções dos gravíssimos problemas sociais do Brasil: a fome, o desemprego, a violência e todo o processo crescente de exclusão econômica e social. E a luta pela Reforma Agrária era vista como parte da construção e acumulação de forças para a construção de um projeto popular e soberano para o Brasil”. Página do MST: Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/05-14/#sobre-congresso>. Acesso em 12 ago.2024.

passos, atualmente, já completados seus quarenta anos de existência, se reconhecendo enquanto um movimento majoritariamente negro e buscando se manter atual na história de luta da classe trabalhadora, tem sido provocado a partir dos sujeitos negros e negras que compõem a organização a dar mais um importante passo nessa construção histórica de compreender o racismo estrutural e a luta antirracista como parte da estratégia de enfrentamento da questão agrária.

Trabalhamos no capítulo anterior a dimensão da agroecologia, da comunidade, e do quilombo como referências, significando dialogar com as raízes históricas profundas das lutas e resistências negra, indígena e popular, elemento sempre presente na história do movimento, e, que pedem um aprofundamento maior na concepção do sentido da práxis emancipatória na reforma agrária popular.

Algumas reflexões estão sendo elaboradas, construídas no debate da questão étnico-racial no movimento. Conforme compreensão debatida no coletivo Terra, raça e classe do MST, durante seminário sobre a questão étnico-racial e os desafios na construção da reforma agrária popular realizado em 2024, é fundamental, por exemplo, a perspectiva do quilombo. Que pode ser compreendido como uma forma de reforma agrária da época, e dão contorno a um modo palmarino de existência, entendido como,

uma alternativa concreta de desenvolvimento diante da lógica de escassez e pobreza imposta pelo capitalismo. Ao se assentar como uma forma de controle coletivo da terra, digamos que uma espécie de reforma agrária da época. Existiam outros Quilombos além de Palmares, pois, onde houve escravidão teve resistência. A relação com a terra, o viver da terra, é uma relação dos povos indígenas, mas também dos povos africanos que têm a terra como lugar onde se mantêm as tradições de colher, plantar, se configurando em uma visão antagônica à visão dos europeus. Os quilombos então, são formas de resistência ao modelo de produção colonial escravista, dando contorno ao chamado modo palmarino de existência. Assim, Clóvis Moura mostra que não há uma separação da luta contra o racismo e a luta pela reforma agrária, ele articula na leitura a relação entre terra, raça e classe, visto por exemplo, a lei de terras que tinha como alvo específico a população negra; esses são elementos que colocam a reforma agrária como uma política importante para colocar fim à desigualdade social, ou seja, a luta por reforma agrária é uma luta contra o abismo social (MST, 2024, s/p).

Ao referir-se à estrutura agrária racista a compreendemos dentro do entendimento de racismo estrutural, pois, segundo os autores Oliveira (2021), Almeida (2021) o racismo é uma realidade social objetiva que está diretamente vinculado às determinações históricas, portanto deve ser compreendido também como um processo histórico, econômico e político.

Neste sentido, é fundamental pensar as relações raciais no Brasil pela perspectiva da *totalidade*, conceito de grande importância no pensamento marxiano: “os fenômenos sociais estão inseridos em uma totalidade social que se manifesta histórica e socialmente de forma concreta, tendo como base as contradições sociais” (Oliveira, 2021, p. 145). Ainda conforme o autor de referência, não há como falar da população negra no Brasil dissociando-a da sua situação histórica e social concreta que a fez estar e existir no Brasil: Seu sequestro no continente africano para a escravização em terras brasileiras (Oliveira, 2021).

Por isso mesmo, se partimos do pressuposto de que essas relações raciais estão inseridas dentro de uma determinada estrutura social, a ação antirracista vai no sentido de se destruir essas estruturas que alimentam o racismo e a construção de outras que se pautem pelo antirracismo (Oliveira, 2021, p. 146).

Neste sentido é que compreendemos a perspectiva antirracista como parte da estratégia de enfrentamento da questão agrária. O racismo surge no Brasil para justificar a escravização e dizimação dos indígenas e a escravização dos negros e por isso para resolver o problema da falta de mão de obra para explorar as vastas terras da colônia. No centro da questão, estavam *a terra e o trabalho*. A origem do racismo como justificador das ações da elite detentora da terra, dialoga com três fatos críticos: a Lei de Terras de 1850, a Lei Áurea de 1888 e a política de incentivo à imigração europeia, impondo aos negros uma situação de inferioridade socioeconômica no Brasil (Girardi, 2022).

O entendimento sobre a importância das ocupações de terra³², a construção dos acampamentos e assentamentos enquanto territórios de resistência compreendidos desde este olhar voltado para a questão racial, e, ou como uma luta antirracista, é uma construção em processo no MST, pois, este é um lugar no processo político que é pouco compreendido, devido às várias determinações do próprio racismo estrutural, e, ou das estratégias do poder dominante que sempre subestimou as lutas sociais no campo, na tentativa de invisibilizar o protagonismo do povo negro e indígena.

Neste sentido, dialogamos com a compreensão a partir do que discuti (Girardi, 2022) sobre a indissociabilidade entre a questão agrária e a questão racial,

³² Até os dias atuais há uma disputa ideológica sobre sentido da ocupação, a burguesia insiste em tratar as ocupações como crime/invasão, o que ocupa o imaginário social de uma disputa sobre a verdade que nos coloca em desvantagem dados os aparatos de dominação ideológica.

ao qual explica que o racismo e a questão agrária encontram-se intrinsecamente relacionados no processo de formação do Brasil. É nesta dimensão racial que encontramos o contorno para o que estamos caracterizando como possibilidades de prática antirracista em processo e em urgência de ser intencionalizada/compreendida na construção da reforma agrária popular. Visto que, ao organizar a ação concreta de luta pela terra e pela reforma agrária popular desenvolve-se um movimento de prática – teoria – nova prática (práxis).

O próprio racismo estrutural e a ideologia da democracia racial já nos colocou em atraso com esta luta, não sem realizá-la. Assim, em um processo preocupado com a emancipação, não cabe ficar de fora a perspectiva antirracista, assim como a feminista, pois, a histórica concentração da terra, o modelo do capitalismo dependente, a exclusão social a que a classe trabalhadora é submetida historicamente, conforme já identificamos, dão os elementos necessários no reivindicar dessa perspectiva antirracista. Neste sentido, denunciar o racismo estrutural e o patriarcado evidenciando as questões raciais e de gênero são parte intrínseca da luta pela terra e pela reforma agrária popular. Esta relação permite uma compreensão mais profunda das articulações que dão sustentação ao capitalismo, consequentemente a compreensão dos sujeitos na sua condição generificada e racializada.

Em suma, é fundamental, na construção da reforma agrária popular na sua relação com os territórios de assentamentos e acampamentos a compreensão da formação histórico social dos sujeitos. Esta compreensão, permite neste caso, a partir da relação afro e indígena que somos, compondo a base social do MST, trabalhar o espaço e a luta social compreendendo a perspectiva do aquilombamento, como prática de um compromisso explícito com a luta antirracista e feminista. Isso implica uma reflexão crítica sobre a composição racial e de gênero do movimento e a implementação de ações intencionais para as questões de raça, classe e gênero.

Sendo assim, o MST não apenas honra a sua herança dos quilombos, mas, permanece atual na luta pela terra e pela reforma agrária popular. A noção de que os assentamentos e acampamentos do MST são uma forma contemporânea de aquilombamento, que como dissemos, dialoga com um modo palmarino de existência, se fortalece ao reconhecer a centralidade das questões raciais e de gênero na luta pela terra e pela reforma agrária popular.

Compreendemos, portanto, essa construção que é dialética, a partir dos objetivos do MST, de lutar pela terra, pela reforma agrária popular e a transformação social. Assim, o que refletimos até aqui pode ser traduzido como uma busca por apreender o movimento do real no tempo histórico. Daquilo que tende a ser, não sem luta, resistências e intencionalidade política revolucionária, mas partindo sempre do princípio de que construímos a história.

4.2 O assentamento: território de possibilidades

Os territórios existem em meio ao contexto do desenvolvimento e da disputa pelos bens comuns. No caso do Vale do Jequitinhonha vemos um processo de recolonização, que se aprofunda a partir das investidas do capital estrangeiro na região, com a contínua apropriação dos bens comuns, a histórica e violenta concentração da terra, a atuação das empresas multinacionais que historicamente expropriam o território. O Estado, de forma frequente tem servido para legitimar a permanente apropriação das riquezas e dos bens comuns por meio da espoliação da terra e do trabalho na região. Entretanto, a construção das ações nos assentamentos se inserem nesse contexto de compreender que “[...] sem território não somos nada, não conseguimos nos ancorar como sujeitos coletivos e nos desmanchamos no ar” (Zibechi, 2022, p. 18).

Ou seja, os territórios onde se constroem a reforma agrária popular podem ser compreendidos dentro de um processo dialético como possibilidades naquilo que almejamos como produção e reprodução social da vida. Pois, nos objetivos do MST, a luta pela terra não termina com a conquista do assentamento, ela continua na construção de uma vida coletiva baseada na construção de uma nova sociabilidade e na busca pela emancipação. Esse é um processo contínuo, contraditório de construção e resistência, e também dialoga com a perspectiva dos quilombos. Considerando que o quilombo é mais do que um espaço físico, mas, diz também de uma forma de pertencimento ao mundo.

Os quilombos, formados inicialmente por africanos escravizados e seus descendentes, são exemplos de resistência que remontam ao período colonial. Eles estabeleceram comunidades que movimentam outras formas de produção e reprodução social, baseadas na cooperação, solidariedade e preservação de suas culturas ancestrais. Lélia Gonzalez (2020) ressalta que os quilombos foram

fundamentais para a formação da identidade negra no Brasil, atuando como espaços de resistência cultural e social.

No contexto contemporâneo, os assentamentos rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em especial na região em que delimitamos este estudo, são espaços de cultivo desses conhecimentos de resistência, de produção e reprodução social e busca por um modo de vida saudável na terra, alicerçado na construção da reforma agrária popular como alternativa de uma sociabilidade que emancipa. A forte presença negra e indígena nos territórios reforça essa dimensão.

Além da sociabilidade do vivido, desde às dinâmicas produtivas, caracterizada por práticas de trabalho ancestrais e diversas, que vão desde a produção agrícola, artística, cultural, coletivas, individuais, familiares, cooperadas e dialogadas com um jeito indígena, negro, camponês, popular, um modo sem terra de produzir, projetam a economia nas comunidades.

Além do trabalho na agricultura, a produção de alimentos, a vida cotidiana e a organização social nos assentamentos é um elemento fundamental de resistência na construção de sociabilidades. Os assentamentos são comunidades que se estruturam a partir de uma organização comunitária, com a existência de uma estrutura orgânica, de associações, coletivos, núcleos familiares de trabalho, e outras forças vivas dos territórios, como por exemplo, a escola, a igreja, o time de futebol, etc. que, por vezes, reproduzem a lógica hierarquizada da sociedade capitalista, ao mesmo tempo, são forças importantes em manter o território vivo.

Assim também compreendemos os quilombos como referências de uma construção de autonomia, resistência, e alternativas de vida comunitária. Da mesma forma, os assentamentos e acampamentos do MST podem ser entendidos como formas contemporâneas de quilombamento, onde se busca não apenas a posse da terra, mas a criação de um lugar bom de se viver, onde a agroecologia deve ser construída como parte de um modo de vida, espaços onde se constrói novas relações humanas, baseadas em princípios da solidariedade, cooperação, simbolizando a construção da expressão de uma liberdade, identidade e cultura, refletindo os valores revolucionários que buscamos nestes tempos atuais. Tudo isso se insere em uma construção dialética e em processo.

Uma vinculação perceptível nesse sentido, é a relação com o tempo, não é o tempo do calendário ou do relógio. É uma forma baseada na relação com a terra e

os elementos da natureza, de respeito aos ciclos da luta, por exemplo, assim, há o tempo das águas, e o tempo das secas, o tempo de plantar e o tempo de colher. Estes são elementos ainda presentes em cultura comunitária no campo, considerável de uma cultura camponesa, indígena e afrodescendente. Essas noções nos faz lembrar conforme reflete a canção, “O plantador”,

[...] Eu que plantei muito e não tenho nada
Ouço tudo e calo na caminhada,
Deixo que ele diga que eu sou preguiçoso,
Mas não planto em tempo que é de queimada (Vandré, 1995).

O MST a partir das suas construções orgânicas, a começar pela luta de ocupação da terra, reforça essas dimensões, pois, desenvolve uma forma de apropriação da terra que foge à lógica mercantil da compra e venda, onde o direito à posse se consolida a partir da morada e do cultivo. A morada (casa-domicílio-família) é a base da organização do trabalho e da produção, por este caminho, se constrói a partir da luta e desde o acampamento o direito à terra. Tanto que o primeiro marco durante as ocupações do MST é a construção dos “barracos” com a família, materializando a disputa entre ‘terra de negócio’ e ‘terra de morada’ (Oliveira, 2001).

A noção da terra de cultivo e morada oferece resistência à lógica capitalista da acumulação. Dialogando com Oliveira (2001), tal aspecto, conforme também já apresentamos no capítulo anterior, não significa que enquanto unidade de produção/consumo, estejam alheias às trocas mercantis, elas são desenvolvidas a partir das necessidades e perspectivas do grupo, da família e da comunidade.

Mediante essa negação do valor de mercado, mostra a existência de uma racionalidade que se estabelece a partir de uma sociabilidade, de um direito, de uma moral, que negam princípios capitalistas de produtividade e de rentabilidade que valorizam o capital. Ao contrário, o cálculo econômico no sentido de um empreendimento familiar busca a valorização do trabalho como categoria estrutural das relações de produção (Oliveira, 2001, p.10)

A ideia de quilombo como referência de organização social é uma construção dialética e permanente. Palmares transformou-se no símbolo da resistência e da luta por uma sociedade alternativa, onde negros, índios e brancos fossem considerados a partir daquilo que os torna iguais — sua humanidade — e organizados a partir dos critérios democráticos com a justa distribuição dos frutos do seu trabalho. E não há dúvida de que Palmares foi a primeira tentativa de criação dessa sociedade igualitária, onde existiu uma efetiva democracia racial (González, 2020).

Esta luta pela vida para além da sobrevivência econômica também é parte de uma construção permanente. Na pedagogia do MST, essa recriação e busca constante se manifesta a partir da organicidade, nas ações dos setores e coletivos, mas, também nos acampamentos e assentamentos em meio à vida comunitária em disputa com a hegemonia capitalista.

Ailton Krenak (2019) enfatiza a importância da ancestralidade na luta por justiça e dignidade. No MST, a conexão com a ancestralidade se manifesta através do cultivo da mística, por exemplo, na valorização da história, e na busca por formas de vida que compreendam o legado dos antepassados. As reminiscências de quilombismo presentes nos territórios conforme já apontamos nas relações de produção e reprodução social, diz muito de um presente vivo e pulsante nos territórios, ao mesmo tempo, significam referências para o cultivo ancestral de uma memória histórica. Entretanto, assim como os quilombos, os acampamentos e assentamentos são espaços em disputa dentro da práxis hegemônica do capitalismo, pois, são territórios inseridos dentro do modelo de sociedade onde os sujeitos são parte de uma realidade composta por múltiplas determinações.

Por fim, compreendemos que nestes territórios de assentamentos, encontramos uma força negra e indígena, da qual inspirados nos quilombos, são espaços de construção de novas sociabilidades das quais carregam valores subjetivos e materiais, onde se reconstroem a memória histórica e trabalham por um futuro de justiça social, dignidade, buscando ser força social e política na luta de classes. Lélia Gonzalez, Ailton Krenak, Nego Bispo, Beatriz Nascimento nos oferecem as ferramentas teóricas para entender essa relação e para valorizar a luta dos trabalhadores rurais sem terra como uma forma contemporânea de quilombamento.

Neste sentido, é essencial a importância do MST em se reconhecer como um movimento negro, enraizando em sua organicidade viva o sentido da herança da práxis dos quilombos, materializando em sua prática cotidiana, e na práxis emancipatória a perspectiva antirracista na luta pela reforma agrária popular, considerando que os assentamentos e acampamentos do MST são formados majoritariamente por uma base étnico-racial prevaiente nos territórios, referenciando nos quilombos como um contínuo histórico, mas também revelando sobre a racialização do espaço agrário, a histórica exclusão e a marginalização no

acesso à terra. Estes são elementos de uma compreensão dialética da luta antirracista na construção da reforma agrária popular, ao qual esse capítulo discute.

4.3 A práxis da ocupação dos que descendem de povos ancestrais na reforma agrária popular

“Olhar, ver e pensar são ações intrínseca e historicamente inseparáveis. [...] A memória é o olhar da vida, e o esquecimento é a opacidade, a morte” (Ciavatta, 2002, p. 18). Iniciamos este item com uma imagem compartilhada através de um grupo de whatsapp por um companheiro, Brasilino Moreira da Silva, assentado no Assentamento Oziel Alves, município de Governador Valadares, atualmente é dirigente estadual do MST no estado, e um militante que participou da ocupação da Fazenda Aruega. Na foto, a pessoa, conhecida como Sebastião de Clemente, está com o pé em cima de uma marca onde era a sua casa em que morou quando criança na Fazenda Aruega, antes de ser ocupada, conforme relembra o militante, Brasilino ao compartilhar a imagem e comentar sobre esta memória histórica.

Figura 18 – Encontro no ano de 1988 com pessoas que já moraram na fazenda Aruega antes da ocupação.



Fonte: Douglas Mansur.

Beatriz Nascimento (2021) trabalha a perspectiva dialógica que compreende a importância de uma história que também é negra, e feita por pessoas negras, discutindo as relações raciais, quilombos e movimentos. Refletir sobre essa história, remete à noção de que viemos das lutas e resistências de antes, perspectiva que pode ser traduzida nesta fotografia.

Considerando que o nosso objeto de estudo é a construção da reforma agrária popular compreendendo os sujeitos Sem Terra na relação envolvendo a questão racial, agrária, de gênero e social compondo uma mesma formação social específica determinada pelo escravismo colonial, como é a nossa realidade brasileira, vinculamos a práxis da ocupação que é a essência do MST, mas também dos quilombos, pois, remanescente vem das ocupações anteriores, logo, compreendemos a relação entre questão agrária e a questão racial, obviamente, denunciando o racismo estrutural e dialogando com o sentido de reterritorializar, aquilombar, retomar, ou, ocupar. Essas são releituras das quais compreendemos como parte do aprofundamento da reforma agrária popular em seu potencial emancipatório.

A ocupação como práxis possui esse significado de ser parte de um movimento que se coloca na história como sujeito político importante na construção de um projeto emancipatório. Também dialogamos com o que nas palavras de Traspadini (2016, p. 189), traduz a ocupação como práxis.

Trato aqui da ocupação concreta de terras. Evidentemente, toda ocupação expõe as complexas dimensões da objetividade e subjetividade inerentes ao processo. A ocupação como práxis, ainda que aparente ser o momento mais “pé na terra” do Movimento, mais camponês, carrega em si mesma complexas determinações que materializam o complexo de complexos inerente à luta de classes. Ou seja, mais do que uma ocupação entendida como a entrada em um território demarcado pela propriedade privada sem função social da terra que o capital define como “invasão”, a práxis da ocupação do MST apresentava-se como um processo histórico de luta, resistência e formação em movimento.

Considerando o que reflete Fernandes (2000) sobre a “Formação do MST no Brasil”, as lutas e resistências sempre estiveram presentes na história do país, os conflitos sociais no campo não se restringem ao nosso tempo, o MST é parte de uma luta histórica de cinco séculos de latifúndio, de luta pela terra e de formação camponesa, marcada pela colonização, invasão do território indígena, a escravização, e pela produção do território capitalista.

Essa, portanto, é a memória que nos ajuda a compreender o que estamos chamando de práxis da ocupação, refletindo-a dentro da realidade de um país onde

as desigualdades sociais são necessárias para a manutenção do modo dominante. Tal compreensão apenas reforça a ideia de que não é possível acabar com o racismo mantendo a dominação da terra, ou as relações de exploração e desigualdades sociais, que são as causas reais da existência do racismo estrutural.

Através da práxis da ocupação da terra compreendemos a dimensão antirracista na luta pela reforma agrária popular. E conforme já identificamos neste estudo, na perspectiva antirracista da luta no MST, consideramos fundamental a importância do aprendizado com as diversas lutas, revoltas, batalhas, os quilombos, o papel e o significado da América Latina e África na luta de classes, assim, como a experiência do Movimento Negro, e/ou outras construções anti-imperialistas, a exemplo da solidariedade internacional praticada como princípio dentro da organização etc. Neste sentido, condicionamos o nosso olhar sobre a luta pela terra, pela reforma agrária e pela emancipação humana, enquanto,

processos históricos de resistência da população negra brasileira, que cotidianamente tem seus direitos básicos, como saúde, educação, moradia, etc. relegados a um amplo processo de marginalização social. Logo, as lutas camponesas e a luta da população e da juventude negra são intrínsecas sobretudo pelo enfrentamento ao capital, mas também, pela real materialidade de que a Reforma Agrária Popular não está somente para o MST, assim como o enfrentamento ao racismo não está somente para o movimento negro (Pacheco, 2018, p. 57).

4.4 Alguns elementos sobre o debate étnico-racial no MST

O MST compreende que uma organização, um movimento social, é definido por objetivos, princípios, a forma como se organiza e pelo programa de transformações, que se dispõe a lutar. Assim, a partir das suas ações, evidencia junto à sociedade seu objetivo de lutar pela terra, pela reforma agrária e pela transformação social. Nesta caminhada de 40 anos do movimento, é parte do seu processo orgânico a atualização do Programa Agrário e o olhar atento aos desafios novos e atuais no movimentar da organização na luta de classes envolvendo a questão agrária brasileira.

A violência no processo por despossuir os povos indígenas do seu modo de vida, juntamente ao cerceamento do direito à terra aos povos afrodescendentes, submetendo-os à condição de mão de obra escravizada na lógica do modo de produção do escravismo colonial, e a proletários no modo de produção capitalista, processo que deu as bases e as condições que levaram o Brasil à condição de

exportador de matérias primas dentro da perspectiva que se configurou como capitalismo de desenvolvimento desigual e dependente, evidenciam a indissociabilidade entre a questão agrária e a questão racial. Neste sentido, compreendendo conforme (Girard, 2021), o racismo é um elemento estrutural da sociedade brasileira e indissociável da questão agrária, que é igualmente um problema estrutural.

A indissociabilidade entre essas questões ocorre por duas razões: I) pelo fato de que a situação atual de segregação em que se encontram os negros no Brasil, no campo e na cidade, tem origem histórica no racismo, na escravidão e na questão agrária do período de transição para o trabalho livre no país; II) porque, desde o início tolhidos de um justo acesso à terra e aos meios adequados para explorá-la e submetidos ao racismo sistêmico da sociedade brasileira, os negros ainda hoje continuam em situação de inferioridade socioeconômica em relação aos brancos no campo, sendo esta uma importante dimensão da questão agrária contemporânea (Girard, 2021, p.1).

A síntese que dá nome ao Grupo de Estudo Terra, Raça e Classe (Getrec), que desde o ano 2017, marco de realização do Seminário de Panafricanismo na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), o grupo de estudos começou a refletir de forma mais sistematizada sobre a relação existente entre a propriedade privada da terra e o racismo como estruturantes das desigualdades sociais no Brasil. Neste sentido, o grupo vem se consolidando como um coletivo integrado à organicidade do MST, também estabelece um diálogo com outras organizações que se estruturam no Movimento Negro e aprofundando na construção da reforma agrária popular a vinculação entre luta de classes, o patriarcado e a questão racial como centrais na realidade brasileira.

A compreensão da indissociabilidade entre racismo e questão agrária tem sido uma construção em processo no MST, sendo gestada como uma dimensão importante da luta pela terra e na construção da reforma agrária popular. Nos dias atuais é possível identificar na programação dos diversos cursos que são realizados na ENFF pautando a temática racial, assim como os cursos de feminismo e marxismo realizados nacionalmente, nas regiões, ou nos estados que intencionam a questão de gênero, raça e classe; o coletivo LGBTQIA+ também pauta na organização a existência dos sujeitos, as formas de amar e enfrentar o sistema patriarcal e racista. Além de outras dimensões que este texto discute perpassando a práxis das ocupações.

O MST a partir da sua pedagogia em movimento³³, e, ao longo de sua trajetória, vai dando passos buscando se assentar na história e se constituir enquanto uma força social política, assim, constituiu vários processos em sua trajetória compreendo o papel dos sujeitos, a exemplo, da experiência a partir do setor de educação que aprofundou a concepção organizativa sobre a infância, o setor de gênero aprofundando a compreensão do feminismo, o coletivo LGBTQIA+ e recentemente o Grupo de Estudos Terra Raça Classe (Getrec), conforme apontamos.

Neste estudo refletimos a questão racial a partir da experiência em uma territorialidade negra e indígena no Vale do Jequitinhonha como uma das referências em potencial nessa discussão, em sentido de reconhecermos a sua devida importância como experiência necessária de ser compreendida na totalidade envolvendo o MST, mas principalmente a luta pela terra em Minas Gerais.

Em se tratando desta relação entre questão agrária e a questão racial, a ocupação da propriedade privada da terra organizada pelo MST possui esse sentido de ser uma ação social protagonizada por sujeitos políticos que estão em luta desde os tempos da colonização, diga-se, dentro de uma formação social determinada pelo colonialismo, em que o processo de mercantilização da terra a partir da Lei de Terras de 1850 constituiu uma massa de despossuídos negros e indígenas no Brasil.

O relatório do Primeiro Seminário Terra, Raça e Classe, realizado no ano 2024 na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), enfatiza esta compreensão de que a Lei de Terras e a Lei Eusébio de Queiroz são mecanismos jurídicos que garantiram a não integração das populações “livres” à sociedade brasileira na passagem para o capitalismo dependente.

Lei de Terras e Lei Eusébio de Queiroz (mecanismos jurídicos) de 1850 que objetivavam criar as condições materiais para a transição do modo de produção escravista para o capitalismo dependente criando barreiras e impedimentos para o acesso das populações originárias e escravizadas de acessarem a terra, sendo obrigadas no dia seguinte à abolição a vender sua única mercadoria (força de trabalho agora livre) para seus antigos proprietários, agora empregadores, ou então sendo substituída gradativamente pela força de trabalho do imigrante branco e pobre europeu, sendo totalmente excluídos da República, não tendo sido criadas nesse processo nenhum mecanismo de integração dessas populações agora “livres” à sociedade brasileira (MST, 2024).

³³ Compreensão trabalhada no livro “Pedagogia do movimento Sem Terra: escola é mais do que escola”, por Roseli Caldard (2000).

A identidade étnico-racial, em sua maioria de negros e negras, compõe a base social do MST, sujeitos Sem Terra em luta, possuem suas raízes ligadas aos povos indígenas e africanos. Este é um diálogo com a pedagogia do movimento, mirando o objetivo da transformação social, ou a emancipação, construção essa que se faz necessariamente vinculada à luta contra todas as formas de opressões e dominações. É nesta toada que a ocupação da terra possibilita nos sujeitos oprimidos, racializados e em luta, o questionamento aos instrumentos de opressão, submissão e dominação materializados a partir da ideologia capitalista hegemônica, permeada pela propriedade privada, pelo racismo, e todas as formas de dominações e opressões.

Esta não é uma relação pré-determinada, a intencionalidade a ser dada é sempre necessária, é, portanto, uma construção permanente no movimento, em busca da transformação, cuidando do elemento da formação da consciência que cultive a práxis emancipatória.

Trabalhar essa consciência a partir da luta, o trabalho, o estudo não são questões separadas na realidade, são parte do método organizativo pelo qual buscamos consolidar práticas educativas, construções mirando a participação popular e a autonomia, a exemplo dos acampamentos de resistência ou assentamentos populares.

Ao tratarmos as relações raciais buscamos ao longo dessa pesquisa estabelecer esta relação com o que estamos denominando de luta antirracista, frente ao racismo estrutural e o capitalismo de desenvolvimento desigual e dependente, a ponto de implicar em reflexões em torno da construção da reforma agrária popular, essa é uma compreensão teórico-político envolvendo o debate da emancipação. Partimos do ponto de vista dos oprimidos, que ao desenvolverem o ato de ocupar a terra, também desenvolvem uma consciência prático-crítica perante a relação de dominação existente no mundo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: “COMEÇO, MEIO, COMEÇO”

A fala da terra

A Liberdade da Terra não é assunto de lavradores.
 A Liberdade da Terra é assunto de todos quantos
 se alimentam dos frutos da Terra.
 Do que vive, sobrevive, de salário.
 Do que não tem casa. Do que só tem o viaduto.
 Dos que disputam com os ratos
 os restos das grandes cidades.
 Do que é impedido de ir à escola.
 Das meninas e meninos de rua.
 Das prostitutas. Dos ameaçados pelo Cólera.
 Dos que amargam o desemprego.
 Dos que recusam a morte do sonho.
 A Liberdade da Terra e a paz no campo têm nome:
 Reforma Agrária.
 Hoje viemos cantar no coração da cidade.
 Para que ela ouça nossas canções e cante.
 E reacenda nesta noite a estrela de cada um.
 E ensine aos organizadores da morte
 e ensine aos assalariados da morte
 que um povo não se mata
 como não se mata o mar
 sonho não se mata
 como não se mata o mar
 a alegria não se mata
 como não se mata o mar
 a esperança não se mata
 como não se mata o mar
 e sua dança
 (Pedro Tierra, 2022).

Nós somos “começo, meio e começo”. Esta ideia está baseada na filosofia africana, especificamente no conceito de Sankofa (linha da vida), que implica olhar para trás, Bispo (2023, p. 102) explica que “somos povos de trajetórias [...]. Somos da circularidade: começo, meio e começo. As nossas vidas não têm fim. A geração avó é o começo, a geração mãe é o meio e a geração neta é o começo de novo”. Esta é uma compreensão que permeou toda a pesquisa, e reflete sob um olhar de não linearidade da história.

A partir do poema “*A fala da Terra*” conforme escrito no início das considerações desta dissertação, concluímos essa escrita, caracterizada de escrevivências, refletindo como a questão da terra e a emancipação humana se inscrevem em um interesse social comum e trata-se de uma luta contra muitos grilhões.

Afinal de contas, compreender a questão racial na construção da reforma agrária popular, exige, conforme já explicitamos, o aprofundamento do sentido do popular, assim como compreender as diferentes cosmologias, visões de mundo e modos de existir que se encontram entrelaçados na diversidade do povo brasileiro a partir de sua formação sócio histórica, perpassando fundamentalmente pelas dimensões indígenas e afro diaspóricas presentes. Estas dimensões, precisam ser consideradas pois permanecem em luta e resistência para sobreviver diante o processo de colonização de uma passado-presente. O popular que demarca, na sua dimensão de classe, de raça e de gênero, os costumes comuns ao longo da história das resistências, conforme salienta Thompson (2002) na história da classe operária inglesa.

Tecer e aprofundar, a luta antirracista significa apreender essa dimensão que perpassa pela identidade Sem Terra, os valores, as cosmologias dos sujeitos nos territórios, isso significa um aprofundamento das relações étnico-raciais na reforma agrária popular e no MST, e fortalece a luta contra o racismo estrutural. Ainda, vale ressaltar a necessidade de uma análise do ponto de vista da antropologia para aprofundar a perspectiva negra e indígena ancestral presente nos assentamentos rurais. Embora este trabalho não tenha se aprofundado nessa dimensão antropológica, o caminho reflexivo realizado até aqui nos permitiu identificar que essa é uma dimensão presente, e importante a ser considerada.

Não se trata de nenhuma volta a um passado essencialista, mas sim, uma busca mesmo, por aprofundar a relação ser humano-natureza das quais perdemos devido à ordem sociometabólica do capital³⁴. Por isso insistimos nesta relação com a terra, das quais os povos que vivem no campo significam esperança na forma do viver.

A crise de modelo civilizatório pela qual passamos apenas reafirma as consequências da ruptura sociometabólica do capital e o que representa o capitalismo em seu afã por continuar dividindo o mundo para ter acesso aos bens naturais, aos mercados consumidores através das históricas disputas pelos

³⁴ Se trata da crise estrutural cada vez mais profunda conforme tratada por István Mészáros. Ver texto: MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. Política & Sociedade, 2008. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=stvan+mezaros+sociometabolico+do+capital&btnG. Acesso em: 01 set. 2024.

territórios, definido também pela forma de desenvolvimento capitalista dependente, tem trazido graves consequências no tocante à destruição da natureza.

Ao mesmo tempo aprofunda as desigualdades sociais, o genocídio da população negra, o assassinato de lideranças indígenas, a criminalização da luta pela reforma agrária popular, os processos de encarceramentos em massa, são parte do projeto de desenvolvimento dependente conforme temos nos baseado nesta pesquisa.

Essa realidade impõe ao movimento o desafio em dar este salto em sua história, continuar evidenciando os problemas desta sociedade, e enfrentando junto às demais organizações populares, as questões raciais, de gênero e ambientais de maneira central em sua estratégia de emancipação. São muitos os legados de referência nesta construção, neste estudo, trouxemos o legado da luta das mulheres a partir do feminismo camponês e popular, construído a partir da Via Campesina, lembramos Palmares, e a dimensão dos quilombos em diálogo com a experiência da práxis da ocupação conforme realizada pelo MST, assim, dialogamos com o Coletivo, terra, raça e classe ao compreender o papel do movimento nessa trincheira de luta.

Como uma organização que faz o enfrentamento a essas relações de desigualdade podemos afirmar que em certa medida o MST faz a luta racial na prática, pois faz o enfrentamento direto ao latifúndio e o capital no campo, que são desdobramentos diretos da Lei de Terras de 1850 e da lei de 1888. Além disso, ao mobilizar os pobres do campo e das periferias para essa luta seus acampamentos são formados, majoritariamente por negras e negros. **A organização desses sujeitos na luta pela terra retoma o debate da dignidade, do conhecimento tradicional, da ancestralidade da luta e resistência, que permite a radicalidade necessária da luta pela transformação social** (Getrec; MST, s/d, Grifo nosso).

Estas são preocupações do presente, neste sentido, é que refletimos a importância do MST na luta pela terra e pela reforma agrária popular nos marcos de uma busca coletiva pela emancipação humana. Assim objetivamos com este estudo, um modo de ser libertário que supere o eurocentrismo, o capitalismo e impulse a emancipação popular coletiva, conferindo o mesmo peso à igualdade, à liberdade e à fraternidade, buscando uma sociedade em que sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e livres.

Por fim, partimos do princípio de que todas as mudanças são construídas a partir de avaliações rigorosas, reorganização prática e teórica, que ocorrem no nível da concepção e da práxis, pois, estamos sempre em processo de desenvolver uma

nova compreensão e uma nova práxis, neste sentido, dialogamos com a canção novos caminhos,

Novos caminhos virão, queiramos ou não,
Da mesma forma que o dia, a primavera e o verão
Parecem se repetir, mas não se repetem não
E a voz da vida a sorrir nunca é a mesma canção,
nunca é a mesma canção,
Virão novos dias, novas melodias, novas utopias
Da liberdade de dizer não
Independentemente de nossos desejos,
De nossos defeitos,
De nossas razões... De nossas razões
Vamos em frente com a cara e a coragem
de quem ainda sonha com um país mais feliz [...]
(Pereira da Viola, 2018).

Afinal, se de caminhos se trata, manteremos o ato coletivo de caminhar nas pegadas da resistência da luta pela terra no Brasil. Nesta, a práxis antirracista se manifesta, em toda sua tessitura, como práxis emancipatória e nos revela novas questões que se abrem enquanto se caminha a partir do sentido de nossa própria existência.

A práxis antirracista explicitada neste trabalho desde a luta pela terra, os quilombos e as mulheres dos assentamentos do Vale do Jequitinhonha configuram-se ou não como uma práxis emancipatória? Se sim, que outros elementos caracterizadores da práxis emancipatória precisam emanar na luta pela terra e pela reforma agrária popular para que de fato outro mundo seja necessário possível? O que significa pensar em sujeitos emancipados? Essas perguntas se abrem com vistas a novos projetos de investigação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. Quilombos: sematologia face a novas identidades. In A. W. B. Almeida. **Frechal: Terra de Preto – Quilombo reconhecido como reserva extrativista** (pp. 11-19). São Luís/Maranhão: Ed. São Luís. 1996.

ALMEIDA, S. L. de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2019.

ALMEIDA, S. L. de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Ed. Jandaíra, 2021.

ANZALDÚA, G. **Ensaio**. 1981. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880/9106>. Acesso em: 2 ago. 2024.

BAÉZ, F. **A história da destruição cultural na América Latina**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

BARBOZA, G. dos S. (Coord.). **Relatório Técnico-Científico sobre os Remanescentes da Comunidade de Quilombo de São Pedro, no Vale do Ribeira, SP**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 1998.

BARTHES, A.; BASCONI, T. C. F.; LENGTHORN, E. E.; CHALANDO, V.; GIBERT, A.-F.; SOUZA, J. G. de. A agroecologia e a multirreferencialidade do currículo. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 19, n. 54, p. 175–195, 2024. DOI: 10.14393/RCT195473255. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/73255>. Acesso em: 1 fev. 2025.

BASCONI, T. C. F.; SOUZA, J.G. **Agroecología: ¿lucha contra el capital?**. In: IV Congresso brasileiro de organização do espaço XVI Seminário de pós-graduação em geografia, 2023, rio claro - sp. "Os brasis da fome: os regimes de acumulação capitalista na organização do território". Rio Claro: Editora IGCE/UNESP/Rio Claro, 2023. v. 1. p. 221-226.

BENDETTI, Mario. **Transgressões**. Teoria e Debate, n. 41, 10 jul. 1999. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/estante/transgressoes/>. Acesso em: 14 fev. 2025.

BISPO, A. **Trecho retirado do poema de Antônio Bispo**, musicado por Lazzo Matumbi. Disponível em página redes da maré. Site: <https://www.redesdamare.org.br/br/artigo/321/somos-comeco-meio-e-comeco-um-at-e-breve-a-nego-bispo>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BOTTOMORE, T. (Ed). **Dicionário do Pensamento Marxista**. Jorge Zahar Editor Ltda. 2012.

BUARQUE, C. **Gente humilde**. In: BUARQUE, Chico. Chico Buarque de Hollanda – v. 3. Rio de Janeiro: Philips, 1970. 1 disco sonoro (LP).

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CAMPOS, Luísa. **Projeto "Vale do Lítio" transformará o Jequitinhonha em polo de exploração para benefício externo**. Cáritas Regional de Minas Gerais, 21 dez. 2023. Disponível em:

<https://mg.caritas.org.br/noticias/projeto-vale-do-litio-transformara-o-jequitinhonha-e-m-polo-de-exploracao-para-beneficio-externo>. Acesso em: 20 jun. 2024.

CARVALHO, M. G. **Lutas e conquistas de camponeses sem terra: a trajetória dos assentados da Fazenda Aruega, Novo Cruzeiro - MG**. Dissertação. 2000. 135 f. (Mestrado em administração rural e desenvolvimento) — Universidade Federal de Lavras. Lavras, 2000.

CIAVATTA, Maria. **O mundo do trabalho em imagens**. A fotografia como fonte histórica (Rio de Janeiro, 1900-1930). Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

DAMASCENO, W. M. F. Racismo, etnia e luta de classes no debate marxista: Porque o capitalismo não pode ser antirracista. In: MARTUSCELLI, D. E.; SILVA, J. B. da (org.). **Racismo, etnia e lutas de classes no debate marxista**. Chapecó, SC: Ed. dos Autores, 2021. p. 420-440.

BOTTOMORE, T.; HARRIS, L.; KIERMAN, V. G; MILIBAND, R.; DUTRA, W.; GUIMARÃES, A. M. (Org.) **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

DIEESE. **Desigualdade no Mercado de Trabalho e Precarização**. São Paulo: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2023/populacaoNegra.pdf>. Acesso em: 1 set. 2024.

DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, v. 12, p. 100-122, 2007.

EVARISTO, C. A Escrivência e seus subtextos. In: DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. **Escrivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 26-47.

EVARISTO, C. **Olhos d' água**. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016. Disponível em: <https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/NEAB/Grupo%20de%20Estudos/7.%20EVARISTO,%20Conceição%20-%20Olhos%20d'agua.pdf>. Acesso em: 02 set. 2024.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2022.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2000.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. São Paulo: Editora São Paulo, 1967.

FERNANDES, F. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Expressão Popular co-edição Ed.Fundação Perseu Abramo, 2017.

FIGUEIRA, Elomar. **Arrumação**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MttagqNg1FE>. Acesso em: 17 ago. 2024.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade**. 5ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 7ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

GIRARDI, E. P. **A indissociabilidade entre a questão agrária e a questão racial no Brasil**: análise da situação do negro no campo a partir dos dados do censo agropecuário 2017. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2022.

GOMES, N. L. **O movimento negro educador**: saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONÇALVES, A. M. **Um defeito de cor**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

GONZÁLEZ, L. (aut); RIOS, F.; LIMA, M. (orgs.). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GORENDER, J. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo, 2016.

GRUPO DE MULHERES ORGANIZADAS DO MUCURI-GMOM. **Mulheres Negras nos Vales**: R(e) Existências. Teófilo Otoni [17 mai. 2023]. Facebook: Disponível em: <https://ms-my.facebook.com/gmomto/videos/mulheres-negras-nos-vales-re-exist%C3%A2ncias/1172187863274539/>. Acesso em: 17 mai. 2023.

HENRIQUES, M. S. **Sobre o Vale do Jequitinhonha**. Disponível em: <https://www.ufmg.br/polojequitinhonha/o-vale/sobre-o-vale-do-jequitinhonha/>. Acesso em 19 set. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017: Resultados Definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em:

<https://censoagro2017.ibge.gov.br>. Acesso em: 1 set. 2024.

JAMES, C.L.R. **Os Jacobinos negros**: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos. São Paulo: Boitempo, 2010.

JESUS, C. M. de. **Quarto de despejo**: Diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

LOPES, D. Aromas de Março. In: **Cancioneiro**: Jornada das Mulheres Sem Terra - PR 2023. São Paulo: MST, 2023. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://mst.org.br/wp-content/uploads/2023/03/Cancioneiro-Jornada-das-Mulheres-Sem-Terra-PR-2023.pdf>. Acesso em: 1 set. 2024

MACHADO, A. **Antonio Machado**, o poeta do povo. Nova Acrópole, 10 out. 2023. Disponível em: <https://nova-acropole.org.br/blog/antonio-machado-o-poeta-do-povo/>. Acesso em: 11 set. 2024.

MACHIN SOSA, B. et al. **Revolução agroecológica**: o movimento de camponês a camponês na ANAP em Cuba. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL . MG - **Agricultores familiares, quilombolas e trabalhadores rurais sem terra lutam por regularização e titulação de território tradicional - Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil**, 2018. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/mg-agricultores-familiares-quilombolas-e-trabalhadores-rurais-sem-terra-lutam-por-regularizacao-e-titulacao-de-territorio-tradicional/>. Acesso em: 1 ago. 2024.

MARCUSSI, A. A. O anticolonialismo como tragédia: “Os jacobinos negros” entre a História e a política. **Cadernos de História**, v. 19, n. 30, p. 95-122, 29 jul. 2018.

MARTINS, J. de S. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Contexto, 2010.

MARTINS, J. de S. **O cativo da terra**. São Paulo: Nova edição, revista e ampliada Editora Contexto, 2010.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

MARTUSCELLI, D. E.; SILVA, J. B. da (org.). **Racismo, etnia e lutas de classes no debate marxista**. Chapecó, SC: Ed. dos Autores, 2021.

MARX, K. **O capital**. Livro III, v. 6. São Paulo: Difel, 1985.

MÉSZÁROS, I. O desafio e o fardo do tempo histórico. **Política & Sociedade**, v. 7, n. 13, p. 17-33, 2008. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=stvan+mezaros+sociometabolico+do+capital&btnG=. Acesso em: 01 set. 2024.

MORISSAWA, M. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOURA, C. A história do trabalho no Brasil ainda não foi escrita. **Revista Princípios**, n. 37, p. 51-57, maio/jul. 1995. Transcrição feita por marxists.org. Disponível em: <https://emdefesadocomunismo.com.br/a-historia-do-trabalho-no-brasil-ainda-nao-foi-escrita/>. Acesso em: 11 set. 2024.

MST. **O MST e a memória**. Caderno de formação nº 61. MST, 2024.

MST. **O MST nossa história**. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/84-86/>. Acesso em: 12 jan. 2024.

MST. **Plantar árvores produzir alimentos saudáveis**. Disponível em: <https://mst.org.br/especiais/plantar-arvores-produzir-alimentos-saudaveis/>. Acesso em: 17 set. 2024.

MST. **Por reforma agrária popular: plantar árvores e produzir alimentos saudáveis**. Caderno de agroecologia - Vol 2. MST, 2022.

MST. **Programa agrário do MST** - Textos para debates e ajustes. 2023.

NASCIMENTO, A. **Quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. Petrópolis: Vozes, 1980.

NASCIMENTO, B. **Kilombo e memória comunitária**: um estudo de caso. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, v. 6-7, p. 259-265, 1982.

NASCIMENTO, B. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. **Revista Afrodiáspora**, v. 3, n. 6-7, p. 41-49, 1985.

OLIVEIRA, A. A. de. **Relatório**: A luta do MST no Baixo Vale do Jequitinhonha. Belo Horizonte, 21 set. 2015.

OLIVEIRA, D. de. Prefácio. In: MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. 3. Ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020. p. 15-22.

ORÍ. Direção: Raquel Gerber. Produção: Angra Filmes, 1989. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1PBQutmbgkx63IUUD8qOgIM2wKVld4n/view>. Acesso em: 10 jul. 2024.

PACHECO, A. I. N. O MST e a construção das relações entre terra, raça e classe. **Monografia**. 2018. 57 f. Especialização - Faculdade de serviço social. Belo Horizonte – MG, 2018.

PAULO NETTO, J.; FORTES, R. **Ideologia e política no último Lukács**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jWCjQVptv7w>. Acesso em: 25 out. 2023.

PINASSI, M. O; MAFORT, K. Os agrotóxicos e a reprodução do capital na perspectiva feminista da Via Campesina. In: RODRIGUES, F. C.; NOVAES, H.T.; BATISTA, E. (orgs.) **Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital**. São Paulo: Outras Expressões, 2012. p. 81-99.

PINASSI, M. O. O protagonismo das mulheres no MST. In: SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 4., 2010, Londrina. **Anais...** Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2010.

PINTO, Z. **Caminhos alternativos**, 2005. CD Caminhos alternativos. Veranópolis, RS. Gravadora Estúdio GDS Sound.
<https://www.youtube.com/watch?v=va7WIWbQ8zk>. Acesso em: 9 de jul. 2024

PROCÓPIO, A. P. Prefácio. In: MOURA, Clóvis. **Brasil: as raízes do protesto negro**. Dandara Editora, 2023. p. 17-27.

ROCHA, G. **Eztetyka da fome**. Disponível em:
http://www.tempoglauber.com.br/t_estetica.html. Acesso em: 2 ago. 2024.

SANSOLO, D. G.; ADDOR, F.; EID, F. (org.). **Tecnologia social e reforma agrária popular** – vol. 1. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2021.

SANTOS, M. **Chama ancestral**. 2024. [Poesia inédita].

SANTOS, M. MARINHO, G. **Feira leva variedade da produção de feijão do MST para Belo Horizonte**. Disponível em:
<https://mst.org.br/2023/07/15/feira-leva-variedade-da-producao-de-feijao-do-mst-para-belo-horizonte/> . MST, 2023. Acesso em: 20 set. 2024.

SANTOS, M. **Tecemos a luta antirracista**. 2024. [Poesia inédita].

SANTOS, M. **Transmutar a dor**. 2024. [Poesia inédita].

SANTOS, M. J. **A práxis antirracista na construção da reforma agrária popular**. Orientadora: Roberta Traspadini. 2021. 30 f Artigo (Pós Graduação em Economia e Desenvolvimento Agrário) - Universidade Federal do Espírito Santo. Espírito Santo, 2021.

SANTOS, Suely Virgínia. **Quilombos e Educação Escolar Quilombola: estudo**

introdutório sobre subjetividade e atitudes reativas às afetações psíquicas causadas pelo escravismo e racismo no Brasil. 2016. 236 f. Dissertação (mestrado em psicologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2016.

SESC SÃO PAULO. **Ideias - Branquitude e antirracismo**. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7k6ksxJmjSY>. Acesso em: 4 mai. 2023.

SEABRA, O. C. de L. **O pensamento de Henri Lefebvre e a geografia**. Palestra proferida V Congresso Brasileiro de Geógrafos. Curitiba - julho 1994. Site: [file:///C:/Users/Mara/Downloads/terralivre,+Journal+manager,+BPG_74_Seabra_7_2%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Mara/Downloads/terralivre,+Journal+manager,+BPG_74_Seabra_7_2%20(1).pdf). Acesso em: 12 de ago. 2024.

SHANIN, T. **La clase incómoda**. Madrid, alianza editorial, 1983

SILVA, J. G. da. **A Modernização Dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SOARES, G. C. **História, memória, identidade e realidade atual**: informações sobre a colonização dos Vales do Jequitinhonha e Rio Doce em Minas Gerais no século XIX - e aspectos da realidade. Araçuaí, Minas Gerais, 2017.

SOUZA, C. L. S. de. A indissociabilidade entre racismo e superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente. **Sociologia & Sociedade**, v. 35, n. 2, p. 301-320, jul./dez. 2023.

SOUZA, C. L. S. de. **Racismo e luta de classes na América Latina**: as veias abertas do capitalismo dependente. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2020.

SOUZA, R. T. de. **Lições de Floresta para o antirracismo radical**. Disponível em: <https://outraspalavras.net/movimentoserebeldias/licoes-de-floresta-para-o-antirracismo-radical/>. Acesso em: 19 mai. 2023.

STÉDILE, J. P.; FERNANDES, B. M.. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 2012.

TIERRA, P. A fala da terra. In: **Vozes Sem Terra** : As Imagens e as Vozes da Desposseção -> Cultura emergente por tipo de mídia, 2022. Disponível em: <https://landlessvoices.qmul.ac.uk/vieira/archive-053020.html?rd=EARTHSPE688&ng=p&sc=1&th=13&se=0>. Acesso em: 1 set. 2024.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1986.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

TOM ZÉ. **Senhor Cidadão**. [Se o caso é chorar (1972)] In: O Canto do Trabalhador (Clipe Oficial). YouTube, 28 jun. 2023. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=zLTMM3r8wYI>. Acesso em: 11 set. 2024.

TRASPADINI, R. S. “Questão agrária e América Latina: breves aportes para um debate urgente”. **Revista Direito Práxis**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, 2018, p. 1694–1713.

TRASPADINI, R. S. **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina**: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas. 2016. 338 p. Tese (Doutorado) — Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2016.

TRASPADINI, R.; SOUZA, J.G. Vigência e Relevância de Dialética da dependência à Luz de Marion Greenwood. **Reoriente**, v. 1, p. 191-217, 2023.

VALE, R. **No Jequi tem onha**. Composição: Gonzaga Medeiros. LP Tropeiro de Cantigas - 1982. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QHeHSrPga2Y&t=41s>. Acesso em: out. 2024.

VANDRÉ, G. O plantador. In: **Canto geral (Os originais)**. Digital remaster, 1995.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2011.

VIOLA, P. da. **Novos Caminhos** Pereira da Viola / João Evangelista Rodrigues. Disponível em: <https://www.facebook.com/pereiradaviolaoficial/photos/novos-caminhospereira-da-viola-jo%C3%A3o-evangelista-rodrigues-novos-caminhos-vir%C3%A3o-/1876203805732848/>. Acesso em: 1 set. 2024.

WERNECK, J. Nossos passos vêm de longe! Movimento de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da ABPN**, v.1, n.1, p.8-17 mar/jun.2010

ZIBECHI, R. **Territórios em rebeldia**. Organização: Alana Moraes, Lucas Keese, Marcelo Hotimisky. São Paulo: Elefante, 2022.